GILENO DÉ CARLI

GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL DA CANNA DE AÇUCAR NO BRASIL

COM PREFACIO DO SR. A. ANDRADE QUEIROZ, VICE-PRESIDENTE EM EXERCICIO, DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

EDIÇAO DE
BRASIL AÇUCAREIRO
1938

Ao meu muito prezado o
Queiroz, a quem vendo uma
do espirito culto e
brilhante, off. como
testemunho de amizade,
Gileno
Rio, 2-7-.

GILENO DÉ CARLI

GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL DA CANNA DE AÇUCAR NO BRASIL

COM PREFACIO DO SR. A. ANDRADE QUEIROZ, VICE-PRESIDENTE EM EXERCICIO, DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

EDIÇÃO DE
BRASIL AÇUCAREIRO
1938

D 47 662

5297 4 1146

Meu caro Gileno Dé Carli,

A carta de um extranho abrindo a sua "Geografia economica e social da cana de açucar", poderá dar a impressão de carecer V. de quem o apresente, quando, na realidade, dessa tarefa já se desencumbiu V. mesmo, em livros anteriores, em artigos e ensaios publicados em revistas e jornais tecnicos. E o fez de forma cabal e tão brilhante, que seu nome, na especialidade que V. escolheu, não se tornou somente conhecido: é o de autoridade ouvida, citada, comentada.

A carta, portanto, não vem dizer quem V. é; traz apenas o depoimento do leitor designado para, em primeiro logar, percorrer o seu novo trabalho.

Entre os grandes "herois" da nossa economia, cronologicamente, cabe á cana de açucar a primazia. Foi ela que reuniu homens em comunidades de interesses, das quais nasceu a civilização colonial no Norte, agora tão estudada, interpretada e discutida. Os tempos mudaram, outros agentes de riqueza, outros instrumentos de prosperidade a venceram em importancia, desbancaram-na, relegaram-na para plano inferior. Ela subsistiu porem, tropega e mal cuidada, na região das suas glorias de antanho, até o reflorescimento de 1931.

A historia desse amargo percurso, traça-a V. com precisão, escudado em algarismos que se não contestam, em fatos cuja tradição as arquivos conservam. Essa historia de um vegetal é tão animada e emacionante quanta a das homens; tem, cimo a deles, esplendores e miserias. Completam-se as duas e explicam-se. Estudados, certos gestos do passado vão encantrar razão em situações que V. revela na sua narrativa. E' o fator economico determinando a ação humana.

A cana de açucar teve a sua epoca, realizou a sua função social e passou á categoria subalterna, derrotada pela café, pelo cacau, pela borracha, que estão, tambem, a reclamar historiadores camo V. Não morreu, porem, e, graças á mão amiga que lhe estendeu o governo trazido pela Revolução de 30, ressurge.

Estará ela destinada a desempenhar papel saliente em outro cicla da nossa vida economica, embora a sua farça de haje seja menor, pois que, par emquanto, não se projeta alem fronteiras, não tendo ainda readquirido valor como mercadoria de intercambio internacional? Os dias o dirão. Entretanto, do seu trabalho ressalta a possibilidade disso. A cana de açucar, valorizada mas perseguida pelas secas e por um secula de atrasa tecnico, é cobiçada por zanas mais afortunadas e ameaça abandonar as extensões nordestanas, nas quais o homem, tradicianalmente, a planta e dela tira a pão. A sua documentação dessa ameaça é impressionante. V., parem, indica a remedio para o mal que se avizinha, aconselhando a racionalização das lavouras e a irrigação das terras setentrio-

nais para tornar a cultura mais rendosa, mais economica e chegarmos á solução perfeita, que tudo sanaria: o barateamento do açucar, aliando, assim, indissoluvelmente, a produção e o consumo.

Desse resultado já se aproximam alguns usineiros mais avisados e eles proprios, ao que sei, surpreendem-se com o que estão conseguindo. Constatam praticamente a pissibilidade de retornar á grandeza perdida sem o recurso suicida das valorizações, que acarretam sempre o germen da ruina. E' preciso animar a esses e combater os outros, os que apenas veem cotações artificialmente elevadas, assaltos á bolsa incauta do consumidor.

Felizmente, contra a minoria dos que assim pensam, age uma grande maioria, que observa fatos objetivamente, compulsa estatisticas, crê na experiencia metodizada e sabe que a economia não se dirije com retorica, nem se subordina ao interesse de um ou de poucos. Estou certo que vencerão. E para isso o seu livro lhes será precioso. Os fatos que V. ordena, os algarismos que classifica, as deduções que tira, em tudo lhes dão razão, mostram que tomaram o bom caminho, o que conduz a fazer da cana de açucar um agente pacifico de prosperidade coletiva, e não o instrumento grosseiro de riquezas privadas e de dissenções brasileiras.

Seu, muito cordialmente,

amigo e admirador,

Andrade Queiroz

Rio, 5-VI-938

GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL DA CANNA DE AÇUCAR NO BRASIL

Introducção

No Brasil, em toda a extensão do seu vasto territorio, onde o clima seja quente e humido, até o limite da zona de vegetação xerofila, que tem uma adaptação especial ao meio sêco, com suas arvores de espinhos e arbustos com raizes de grande penetração, a canna de açucar vegeta e produz economicamente. A distribuição geografica da canna de açucar occorreu sempre em todas as Capitanias, em todas as Provincias, em todos os Estados do Brasil; desde o inicio da colonização portugueza, até os nossos dias.

Onde ella predominou criou uma civilização.

A funcção da canna de açucar na geografia economica e social do Brasil, é de um relevo notavel. Os dados estatisticos e os numeros attestam o valor da canna de açucar sob os variados aspectos, economico, historico, social e politico, e toda sua influencia nos destinos do Brasil. Applica-se muito bem a frase de Goethe, epigrafando um antigo livro de estatistica de Kolb: "Man sagt oft: Zahlen regieren die Welt, Das ober ist gewiss Zalhen zeigen, wie sie regiert wird". "Diz-se muitas vezes que os numeros regem o mundo. O que é positivo, é que os numeros mostram como o mundo é regido".

Canna Crioula

Trazida pelos portuguezes para um meio tropical, a canna de açucar aqui plantada foi a variedade chamada crioula, denominação sómente dada, após a concorrencia da canna caiana, procedente de Tahiti. Presume-se ser a canna crioula proveniente das Indias, tendo emigrado para o Occidente, dominado o mercado açucareiro da Sicilia, transposto o estreito de Gibraltar, sendo cultivada nas ilhas da Madeira, Canarias e Cabo Verde e de lá levada primeiramente a São Domingos, e da Madeira trazida para o Brasil onde funda uma civilização sem igual em toda a historia sul-americana, pois, torna-se a base predominante de toda a estructura economica, financeira, cultural, social e politica, durante mais de tres seculos, do mais vasto imperio americano.

A' canna crioula denominaram na America tambem de Merim, canna Nativa, canna del paiz, canna de tierra.

A canna crioula tem gommos curtos, de espessura média, muito doce, esverdeada e apezar de apresentar uma porcentagem alta de fibra, attingindo até 16,4%, possue tecido macio.

Canna Caiana

Após ter dado grande esplendor á florescente industria açucareira, a canna crioula foi aos poucos sendo substituida pela canna Otahite ou de Bourbon, proveniente de Cayenna. Para o Brasil ella veiu dessa possessão franceza no tempo do Governador D. Francisco de Souza Coutinho, após o anno de 1790. Em 1810, ella chegou á Bahia tendo sido primeiramente plantada no engenho Praia, de propriedade de Manoel Pereira de Lima. Dahi saiu para

o Rio de Janeiro, levada por Manoel Felisberto Caldeira Brant, depois Marquez de Barbacena, sendo plantada em primeiro logar em 1811, nos engenhos Bangú e Gerecinó, na freguezia de Campo Grande e de propriedade da Sra. D. Aurea de Castro.

Em 26 de Março de 1811, el-rei baixou uma ordem mandando que se propagasse por todo o paiz, a canna caiana, dada a sua grande superioridade sobre a canna crioula. A canna caiano foi introduzida em Campos no anno de 1812 por José Joaquim Pereira de Carvolho e foi plantada na freguezia de Quissamã, pela primeira vez, em 1815, na fazenda Machádinha.

E a caiana imperou nos cannaviaes brasileiros, trazendo uma verdadeira resurreição á industria açucareira que vivera durante todo o seculo XVIII em constantes crises de preço e de producção. Com a melhoria do rendimento agricola dos cannaviaes, e do rendimento industrial no banguê, o açucar resurgiu com o temporario predominio dos mercados açucareiros, abertos ao Brasil com a desorganização tremenda da industria açucareira mundial. E apezar das crises do seculo XVIII, o açucar, com a caiana, creou uma economia brasileira, creando tambem uma politica.

Predominio do Açucar

Sendo o açucar a base da economia coloniol que passava já da passageira fase do predominio da extracção do páo brasil, tornou-se o factor politico do Brasil. Foi o periodo aureo do Nordeste açucareiro, marcando e pontificando, na directriz politica e economica do paiz. Pernambuco e Bahia e tombem o Rio de Janeiro, nessa epoca da hegemonia, recebiam todos os favores e mercês da Metropole. Essa hegemonia trazida e mantida pelo açucar, prolongou-se até o apparecimento duma cultura que dominasse a intensidade, a profundidade e o valor da canna de açucar.

Tivera de facto o Brasil, até o apparecimento da café como potencia na nossa economia, surtos isolados de culturas que temporariamente predominavam, sem que, porém, conseguissem, deslocando o eixo economico, o desvio do eixo politico-cultural. A cultura do fumo tinha uma relativa prosperidade no Brasil colonial, porém era a cultura do pobre, cultivado em pequenos sitios e raramente encontramos productores de fumo que recolhiam "cada anno tres mil e quinhentas ou quatro mil arrobas, quando os accidentes do tempo, ou falta de cuidado e beneficio lhe não diminuem o seu costumado rendimento". O mesmo acontece com o algodão, que sendo lavoura do sitiante, do meiero, do rendeiro, do trabalhador rural, raramente chegou a sobrepujar, como em Pernambuco em 1817, a situação do açucar.

E tal foi a corrida então para o algodão, que o encarregado dos negocios e consul geral da França, coronel Maller, dizia em sua correspondencia official, que o "pão para os ricos e a mandioca paro a classe indigente vinham de fóra e compravam-se por preços muito elevados". Segundo Lumachi em 1816, em Pernambuco, o valor das exportações de algodão era de 3.200:000$000 e do açucar 576:000$000.

Mas faltava ao algodão a caracteristica de economia profunda, radicada, civilizadora e constante. O fumo, a farinha de mandioca, o cacáo, o matte, a borracha e o algodão, são culturas fluctuantes, que esporadicamente exercendo influencia no Brasil, limitando-se a zonas geograficas, não conseguem criar um ambiente, uma fisionomia, como a criada pelo açucar até o segundo reinado e pelo café. E' interessante focalizar a influencia dessas culturas fluctuantes nos destinos economicos do paiz, podendo-se, pois, deduzir, o verdadeiro sentido da actuação da canna de açucar.

Fumo

Realmente, ao mesmo tempo que evoluiu a economia brasileira, baseada no açucar, uma outra cultura ia a pouco e pouco se avantajando, concorrendo em valor e em prestigio. O fumo foi, além do açucar, a unica cultura que mereceu as attenções do chronista André Andreoni, que diz "se o açucar do Brasil o tem dado a conhecer, a todos os reinos e provincias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo: em as quaes hoje tanto se deseja, e com todas diligencias, e por qualquer via se procura". E o chronista informa ser o fumo um dos generos de maior estimação que sae da America meridional para o restante do mundo e dá grandes cabedaes aos moradores do Brasil e incriveis emolumentos aos erarios dos principes.

Já na epoca em que Antonil escreveu a "Cultura e Opulencia do Brasil" sómente o arrendamento do dizimo da Cachoeira da Bahia dava dezoito mil cruzados. Os sertões de Sergipe del-Rei, Continguiba, rio Real, Inhambupe, Montegordo e Torre rendiam doze mil cruzados. A exportação da Bahia orçava em vinte e cinco mil rolos de fumo.

E o valor da exportação do fumo do Brasil para Lisbôa, importava em 816.625 cruzados, correspondendo a 344:650$000, cujo valor e despesas discriminadas são:

O rolo de tabaco de 8 arrobas	8$000
O couro e o enrolo nelle	1$300
O frete para o porto da Cachoeira	$550
O aluguel do armazem na Cachoeira	$040
O frete para a cidade da Bahia	$080
A descarga no armazem da cidade	$020
O aluguel do armazem da cidade	$040
O chegar á balança do peso	$010
O peso da balança a 3 réis por arroba	$024
Direito e fretes, e mais gastos em Lisbôa . . .	2$050
O que tudo importa em .. .. Réis	12$114

Dão ordinariamente cada anno da Bahia vinte e cinco mil rolos de tabaco; e a 12$124	303:100$000
Dão ordinariamente cada anno das Alagôas de Pernambuco, dois mil e quinhentos rolos; a 16$200 por ser o melhor tabaco	41:550$000
Importa todo esse tabaco em	344:650$000

Era esse o valor do fumo exportado, na época em que o açucar exportado valia 2535:142$800, os couros orçavam em 201:800$000, a exportação do páo brasil 614:400$000.

A culturo do tabaco que nascera ao tempo da do açucar foi aos poucos se avolumando, até chegar a superar em valor, nas receitas do Estado. O seu consumo, a principio restricto, apezar — e talvez por isso — das prohibições, começou se generalizando, passando de producto de luxo, pora de consumo popular. Em todo o periodo de predominio do açucar foi o tabaco a unica cultura que empanou sua supremacia. E "alargava-se no Brasil a cultura, e na metropole, na Europa inteira, o consumo. Ao mesmo tempo ia-se convertendo a producção, em industria colateral, da do açucar. A troco de tabaco se adquiriam na costa da Mina os escravos, sem os quaes não se podiam trabalhar os engenhos". Tal como o açucar, o fumo chegou a funccionar como moeda. Era o tabaco plantado nas aldeias pelos ricos que ora o plantavom em suas terras, ora recebiam grandes proventos pelo arrendamento das terras applicadas no cultivo do fumo. E tal foi a corrida para o fumo, que sua cultura foi prohibida sob a allegação que provocava a diminuição, ao plantio da mandioca.

Duronte todo o seculo XVIII o fumo tem grande ascendencia na economia brasileira, dando grandes lucros á Fazenda Real. No triennio 1728-30 a arrematação do monopolio rendeu annualmente 1.700.000 cruzados.

Em 1750 a renda subiu para 2.020.000 cruzados, em 1753-55 ascendeu a 2.100.000. No anno de 1803 o contracto do fumo foi arrematado por 1.160 contos. Finalmente em 1820, o contracto estava arrendado por cerca de 1.440 contos.

E finaliza o gronde historiador J. Lucio de Azevedo, affirmando que em nenhum anno deram tanto á corôa as minas de ouro e os diamantes do Brasil.

No periodo de 1821 a 1860, o volume de fumo vendido foi de 241.000 toneladas, com o volor de 44.000 contos. A partir dahi já o fumo se distancio bastante do açucar e principalmente do café que se apresenta na deanteira, com um volume de 3.337.000 toneladas, e com um valor de 838.000 contos de réis.

O açucor concorreu com 3.400.000 toneladas, no valor de 438.000 contos de réis. Durante esse periodo o café se apresenta com 42,8% do total do valor, o açucar com 24,4 % e o fumo com 2,2%.

No periodo de 1861 a 1889, o volume de fumo é de 484.000 toneladas, tendo um volor de 175.000 contos de réis, sendo o volor do açucar superior 266 % ao do fumo. Então, a differença paro o café é bem sensivel, pois que o volume desse producto vendido é de 6.800.000 toneladas, no valor de 2.100.000 contos e o açucar tem um volume de 4.685.000 toneladas, com um valor de 640.000 contos Ao café pertencem 53,8 % do total do valor, oo açucar 11,1 % e ao fumo 3 %.

Durante o periodo de 1889 a 1921 o fumo concorre com 820.000 toneladas, no valor de 750.000 contos. Sobre o total do valor da distribuição dos producto:

Preparação da farinha de mandioca (Gravura de F. Denis)

da economia brasileira, o fumo entra com 2,5 %, o açucar com 3,4 % e o café, soberanamente com 55,5 %, com os valores, respectivamente de 2.400.000 contos de réis e 20.500.000 contos de réis.

No periodo de 1922 a 1932 a producção brasileira de fumo attinge a 954.573 toneladas, com um valor de 1.825.020 contos de réis.

Computando-se a producção do quinquennio 1928-32, verificamos que ainda á Bahia cabe a primazia da producção, concorrendo com 32,5 % da producção total e 30,81 % do seu valor. Em seguida apresenta-se o Rio Grande do Sul com 31,01 % do volume e 29,49% do valor. Depois, Minas Geraes com 16,25% do volume e 18,24 % do valor. Sommam os volumes de producção desses tres Estados 79,15 % e os valores 78,94 %.

Actualmente a area cultivada com o fumo sobe a 124.300 hectares, representando 0,9 % da area total cultivada no Brasil.

Na Bahia, a tradicional terra de producção de fumo, os antigos nucleos de cultura ainda hoje subsistem, tendo unicamente perdido sua posição, o municipio de Cachoeira, que foi supplantado pelos municipios de S. Felix, Nazareth e Santo Amaro.

Depreende-se claramente que a relativa ascendencia do fumo foi anterior á supremacia cafeeira.

Apesar do seu grande valor nos seculos XVII, XVIII e XIX, esse valor é mais de fundo economico, que social. O fumo é uma cultura facil e que não exige grandes capitaes. Não é uma cultura de fixação pela inversão de valores em bens e bemfeitorias, como no açucar, ou capitaes de fundação duma cultura permanente como no café.

Ademais a propria zona geografica do fumo ficou circumscripta a alguns municipios da Bahia, Alagôas e Pernambuco, onde era cultivado nas zonas inappropriadas á cultura da canna de açucar. E em relação a essa cultura, era muito mais humana, mais democratica.

Podia ser explorado por ricos ou pobres, na pequena, média e grande propriedade e apezar disso, chegou em algum tempo, a gozar de maior importancia commercial que o açucar. Ahi está a enorme differenciação entre as duas grandes culturas da economia colonial do Brasil. O açucar era nobre, o fumo plebeu. O açucar aristocratico, o fumo democratico.

Mandioca

A cultura da mandioca é a mais rustica de todas as nossas culturas. Sempre foi espontaneamente a cultura do pobre. Só coagido o rico, o proprietario rural, o senhor do engenho, se dedicavam á sua cultura. Sempre foi a base da alimentação no Brasil. E' interessante transcrever as apreciações do nosso chronista, padre Simão de Vasconcellos, que inegavelmente escreveu uma pagina perfeita sobre economia brasileira do seculo XVII.

"O genero de herva de raiz mais notavel, e proveitosa do Brasil, he a que chamão mandioca. Tem debaixo de si diversissimas especies, a saber: mandijbuçú, mandijibimana, mandijbibiyána, mandijbiyuruçú, apitiúba, aipij, e este se divide em mui varias especies apontadas á margem. O sumo d'estas raizes verdes (exceptas as dos aipijs todos) he venenoso, e mortal a todo o genero de vivente. He esta planta toda a fartura do Brasil, e he tradição, que a ensinou aos indios o Apostolo S. Thomé, cavando a terra em montinhos, e mettendo em cada qual quatro pedaços da vara de certos ramos, que chamão manaiba (maniva) de comprimento como de hum palmo cada hum dos pedaços, cujas tres partes vão mettidas em terra, que fiquem em forma de cruz: e dahi a dez dias commumente brotão os pedaços de vara por todos os nós que tem ameudados, e dentro em sete ou oito mezes crescem em altura de dois, até tres covados; supposto em he necessario ordinariamente hum anno para perfeição de seu furo, que são raizes, duas, quatro, seis, e muitas vezes chegão a dez, mais ou menos compridas, e grossas, conforme a fertilidade da terra.

"D'esta raiz tirada da terra, raspada, lavada, e depois ralada, espremida, e cozida em alguidares de barro, ou metal, a que os Brasis chamão vimoyipaba, os Portuguezes forno, se faz farinha de tres castas: meio cosida, a que chamão vytinga; os Portuguezes farinha lavada: mais de meio cozida, que chamão véeçacoatinga: e cozida de todo, até que fique secca, que chamão vyatá; os Portuguezes farinha secca, ou de guerra. A farinha ralada dura dois dias, a meio cozida seis mezes, a de guerra, ou secca, hum anno. Todas estas servem de pão aos Brasis, e gente ordinaria dos Portuguezes, e a juizo de muitos que correrão mundo, abaixo de pão de Europa, não ha outro melhor. He muito grande a abundancia d'este mantimento: não farta sómente o Brasil, mas podéra abranger a muitos Estados, e antiguamente fartava o Reino de Angola, antes que lá usassem d'esta planta. Do sumo d'estas raizes quando se espremem, fica no fundo hum pé, ou polme, do qual, tirado, e seco ao Sol, fazem farinha alvissima, mui mimosa, chamada tipyioca: e do mesmo polme obreas pera cartas, e goma pera roupa, e manteos.

"Prepara-se tambem d'outras maneiras a mandioca: partem-se as raizes verdes depois de limpas em diversos pedaços, estes se põem a secar ao Sol por dous dias; depois de sêcas, pizão-se em hum pilão, e faz-se farinha, a que os indios chamão Typirati; os Portuguezes farinha crua. D'esta fazem huns bollos alvissimos, e delicadissimos, que he o comer mais mimoso, ou em quanto molles, e frescos, ou depois de duros, e torrados: e estes guardão por muito tempo e chamão-lhe os indios miapeatá, que val o mesmo que biscouto. Lanção tambem de molho em agoa estas raizes por tres, quatro, ou cinco dias, até que amolleção, e d'estas assi molles, chamadas mandiópuba, fazem farinha mais mimosa, chamada vypuba; os Portuguezes farinha fresca: e he o comer ordinario da gente Portugueza mais limpa em lugar de pão, feita todos os dias; porque passada hum dia não he já tão bôa. Secão tambem estas raizes ao fogo, e guardão-nas por de maior estima pera varios usos: chamão-lhe carimã. D'estas pizadas fazem huma farinha alvissima, e d'ella os mais estimados mingáos; que he a modo de papas sutis, e medicinaes, frescas, contra peçonha. Tambem se fazem d'ella bollos doces com manteiga, e assucar. Todas estas especies de mandioca crua são peçonhentas aos homens que as comem, excepto o aipigmachaxera; o qual

assado, he muito gostoso, e saudavel; porém os animaes brutos todos comem estas raizes cruas sem prejuizo algum; que como não sabem lançal-a de molho, assal-a ou cozel-a, accomodou o Autor da natureza as cousas a necessidade de suas criaturas.

Da raiz do aipijmachaxera fazem tambem os indios seus vinhos, a que chamão oaúymachaxera; e além d'este outra casta na fórma seguinte: mastigão as femeas a mandioca, e lançada em agoa assi mastigada, fazem outra especie de vinho cavicaraixú; até as folhas da mesma manayba pizadas, e cosidas, são outro pasto gostoso aos Indios. A farinha ralada posta sobre feridas velhas, he unico, e mui efficaz remedio para alimpal-as, e cural-as. A mandioca, a que chamão caaxima pizada, lançada na agoa, e bebida em fórma de xarope, he finissima contra peçonha".

A cultura da mandioca teve uma irradiação de area geografica, somente comparavel com a da canna de açucar. Aliás, poder-se-ia dizer ser a mandioca a irmã pobre da canna de açucar. Sobre o Brasil inteiro ha manchas de sua cultura, nas terras mais fracas dos engenhos, nas planicies, nas encostas, nos morros, nas partes mais distantes do banguê. As covas de mandioca se espalhavam de conformidade com os negros que trabalhavam nos engenhos e nas fazendas. Era uma cultura desprezada. Os senhores de engenho de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, constantemente reclamavam contra a obrigatoriedade do seu plantio. Sómente á força coercitiva do poder publico, se deve a irradiação geografica da mandioca.

Cacáu

O cacáu se apresenta com uma irradiação ainda mais circumscripto. Não tem, mesmo no quasi exclusivo centro de producção, uma ascendencia decisiva. Não generaliza o seu predominio. Planta silvestre na bacia amazonica onde é notada a sua presença em 1677, é o cacáu cultivado na Bahia desde 1746, primeiramente no municipio de Ilheus, depois em Belmonte, Itabuna, Barra do Rio de Contas, Santarém, Valença, Porto Seguro, Jequié, Itacaré, Camamú e outros pequenos nucleos, abrangendo hoje uma faixa de cerca de 500 kilometros de costa, por uma profundidade variavel até um maximo de 150 kilometros, e dentro della 98 % da producção bahiana provem de uma area contigua de 20.000 klm2., de Belmonte ao Sul, a Santarém ao Norte.

Attente-se porém, na localização do cacaueiro, geralmente nas faixas marginaes dos rios e seus affluentes. E vemos os extensos cacaueiros subindo rio-acima, nos rios de Almada, Rio de Contas, Perú, Jequitinhonha, Mucury e Rio Doce, sujeitos a grandes innundações, transformando toda a zona em fócos permanentes de impaludismos, impossibilitando um surto mais accentuado de progressão nas safras.

Em 1899 "havia as febres, em torno dos paúes, invisiveis sentinellas, mortaes guardiães de um advinhado thesouro.

Em volta das raras povoações construidas ao acaso, junto dos ribeiros mais sereros, campeavam as desordens mais tragicas. Os bandoleiros erravam pelas

estradas, as plantações tinham um incerto destino, a vida era ali barata e precaria, e só uma cousa realmente attrahia, fixava ou empurrava o pioneiro na sua aventura de descobrir novas paragens cheirando ao humus do diluvio, sob a sombra veneranda dos mattos pre-historicas: essa cousa era o cacáu". (1)

A primeira exportação registrada do cacáu bahiana occorreu em 1834, de 447 saccos de 60 kilos.

Em 1870 ascende a 23.917 saccos com um valor de 204:158$334. Em 1890, a exportação é de 58.376 saccos, representando um valor de 1.429:582$000. Em 1900, a exportação bahiana de cacáu sobe a 218.668 saccos, num valor total de 15.913:966$000.

Em 1910, emquonto o volume da exportação sobe para 418.706 saccos, o valor desce para 13.142:477$900, porque os preços por kilo descem de 1$211 para $522. Em 1920, as exportações totaes do cocóu brasileiro attingem 906.973 saccos, representando um valor de 91.687:664$000. Em 1930 essas exportações alconçam 1.114.203 saccos, com um valor de 91.687:664$000. Finalmente em 1935 as exportações sobem a 1.863.736 soccos, com um valor de 163.035:000$000.

Em 1935, a producção nacional de cacáu estava da seguinte maneira distribuida:

NORTE	Amazonas	20.200	saccos de 60 ks.
	Pará	65.000	" " " "
		85.200	saccos de 60 ks.
NORDESTE	Ceará	—	.
	Pernambuco	600	saccos de 60 ks
		600	" " " "
ESTE	Bahia	2.002.700	saccos de 60 ks
	Espirito Santo	21.500	" " " "
		2.024.200	saccos de 60 ks.
SUL	Rio de Janeiro . . .	590	saccos de 60 ks.
		590	saccos de 60 ks.
CENTRO	Minas Geraes	5.600	" " " "
		5.600	saccos de 60 ks.
PRODUCÇÃO TOTAL de cacáu no Brasil		2.118.600	saccos de 60 ks.

(1) — Civilização do Cacáo — artigo do sr. Pedro Calmon em "Bahia Rural".

Da analise desses numeros deduzimos que a Bahia concorre com 94,5 % e Amazonia com 4 %, restando pois para os demais Estados, 1,5 % da producção al de cacáu no Brasil.

O cacáu pois, se imprimiu uma fisionomia na zona Sul da Bahia, jómais teve jecção para caracterizar a economia brasileira, ou mesmo temporariamente locar o eixo economico já em São Paulo, para a Bahia.

atte

O matte ainda possue menos irradiação que o cacáu e o fumo. Estando circumscripto aos Estados do Paraná, Santa Catharina, Matto osso e Rio Grande do Sul, e não requerendo os cuidados capitaes necessitados o açucar ou pelo café, a herva matte é uma cultura "fria". Não tem nenhuma ensidade. Não apresenta aspecto de luta de fixação. Foi uma cultura que uco custou propagar e aclimatar. A manufactura do matte nos meiados do ulo XIX, já se tinha deslocado completamente para Paranaguá e depois para tonina e Morretes, tornando-se esta ultima cidade o maior centro industrial e expansão commercial do matte durante o Imperio.

Em 1837-38 a exportação paranaense de matte foi de 46.380 kilos. Em 48-49, as exportações sobem a 5.500.690 kilos, representando em 1852-53 um or de 514:348$000. Em 1877, para uma exportação de 13.209.020 kilos, entramos um valor commercial de 2.641:804$000. Em 1890 essas exportações ingem a 20.592.942 kilos e em 1900 a 24.920.028 kilos, com um valor de .003:427$800. Em 1910 para uma exportação de 39.774.114 kilos de matte, valor official attingiu 22.613:873$500. Em 1920 com um valor official de réis 020:584$200, o volume da exportação de matte alcança a 44.843.093 kilos.

Em 1930 as exportações de matte attingem a um volume de 84.846.000 kilos, resentando um valor de 95.352.000$000. Nesse anno, as procedencias das ortações são:

PARANA'	58.118.000	kilos
SANTA CATHARINA	19.414.000	"
RIO GRANDE DO SUL	4.504.000	"
MATTO GROSSO	2.244.000	"
DIVERSOS	566.000	"
TOTAL	84.846.000	kilos

Em toda sua historia economica o matte jamais logrou attingir siquer uma uação que motivasse quer o deslocamente de capitaes, quer movimentos mitorios.

Jamais o matte viveu os dias de animação da borracha. Não conheceu verens nem fastigios. E' pois uma cultura "fria". Uma cultura fluctuante dentro s quadros e da fisionomia economica do Brasil.

Borracha

A borracha conseguiu em algum tempo, fixar a anciedade do paiz, para alguma coisa grandiosa, magestatica — uma civilização — que estava se construindo, se alevantando, revolta, desordenada, incompleta, como o proprio Amazonas: — "tal é o rio: tal a sua historia: revolta, desordenada, incompleta". (2)

A borracha apagou tudo o que existia, nos tempos anteriores á sua vertigem. A agricultura da Amazonia baseada rudimentarmente na canna de açucar, no algodão, nos cereaes e na mandioca; as industrias com suas fabricas de tecidos de algodão e com seus estaleiros; a vida social espalhada pelas innumeras cidades e villas; sua vida religiosa em suas innumeras igrejas e conventos; tudo isto, inopinadamente parou, regrediu e quasi desappareceu. Dir-se-ia authentica aquella sintese de Euclides da Cunha: — Terra sem historia. A borracha subverteu toda a actividade da Amazonia, transmudou o caracter das explorações. Emquanto o sentido das explorações agricolas tende para a fixação do homem ao solo, para ambientar o homem á fisionomia das fazendas, dos engenhos, das aldeias e villas, dando um caracter de conquista consciente, o que occorreu com a borracha da Amazonia foi uma verdadeira rapina economica, que os geografos e economistas allemãs denominam Raubwistschaft.

Se a devastação da floresta é essencialmente obra da civilização, isto é, obra de uma população mais densa (3), se com a canna de açucar o homem foi saharizador, abusivamente um criador de desertos, de descampados, de margem de rios desnudas, no entanto elle se fixou e se prendeu á terra.

A canna de açucar possuia uma força de condensação. Dahi a economia patriarchal do banguê.

A seringueira, num ambiente em que a propria natureza se irmana, se junta, se condensa, o homem se espraia, se dispersa, se perde.

Sómente nas grandes cidades, o luxo, corollario da abastança, com o ouro da borracha, dava para tudo. Pompeavam Manáos e Belém. Houve no periodo aureo da borracha um verdadeiro chamamento migratorio. A Amazonia tendo de descobrir as arvores de borracha, dentro de suas selvas, foi devassada, recortada pelos caboclos do nordeste, principalmente o cearense, que impossibilitado de domar as sêcas, quiz dominar a floresta.

A borracha em 1827 apresentava em sua exportação de 31.365 kilos, um valor de 9:361$000. Dez annos após, essa exportação attinge a 289.920 kilos, no valor de 114:747$000. Dahi em deante, a ascensão só encontra — guardada certa relatividade — similar com a do café. Eis a demonstração, nos decennios:

---

(2) — Euclides da Cunha.

(3) — Ratzel.

1847	624.690	kilos	Réis	272:448$000
1857	1.808.715	"	"	1.358:279$000
1867	5.826.802	"	"	8.721:900$000
1877	9.215.375	"	"	14.929:695$000
1887	13.390.000	"	"	14.509:000$000
1897	21.256.000	"	"	203:525:206$000

O anno inicial do desenvolvimento da extracção da borracha foi o de 1870, em que a producção nos dois grandes Estados productores que praticamente totalizam a extracção, attingiu a 6.601.726 kilos, com um valor de 12.510:850$000.

Dahi em deante começa a queda. A technica faz concorrencia á rotina. A economia constructara em luta com a economia rapace.

O apogeu da exportação da borracha foi entre 1904 e 1905, cujos valores attingiram respectivamente 206.572:267$000 e 208.311:021$000 e 1910 quando a especulação eleva o seu valor a 376.972:000$000, emquanto o valor da exportação do café attingiu 385.494:000$000.

Em 1892 o Brasil concorreu para a producção mundial de borracha com 61 %, em 1910 com 50 % e em 1927 informa o sr. J. C. de Macedo Soares, só concorre com 7 %. (4) Sobre esse facto alarmante, resultado do plantio de exploração racional da seringueira nas colonias inglezas do Oriente, esclarece Brunhes: (5)

> "En 1910, le caoutchouc de cueillette fournissait 62.000 tons. En 1920, dix ans aprés — dix ans seülement — la production atteignait 360.000 tonnes, et le caoutchouc de cueillette était representé dans le total du monde par une production huit fois moindre que celle du cauotchouc de plantation. La proportion était exactement renversée. Y a-t-il une production végétale qui, en une décade, ait jamais fourni l'exemple d'une aussi extraordinaire revolution?

E por causa dessa extraordinaria revolução, causada por nossa imprevidencia, aquelle surto fantastico de civilização estacionou e começou a decair. Era mais um drama da super-producção.

Em 1918 o valor total da exportação da borracha brasileira só attingiu a 73.727:818$000 e em 1921 desce a 35.904:000$000 o que representa sobre o anno de 1905, uma differença de 77,9 %, e em relação a 1910, um desnivel de 90,4 %.

Após uma melhoria em 1925, quando o kilo da borracha subiu a 8$149, attingindo a exportação total a 191:803:000$000 novamente outro colapso traz o desanimo e a desorganização ao Amazonas. Num plano inclinado, o volume e o valor das exportações da borracha attingem um nivel inferior ao de 1870. Em

(4) — "A Borracha" — José Carlos de Macedo Soares — Estudo economico e estatistico.
(5) — "La Geographie Humaine" — Jean Brunhes.

1932, para um volume exportado de 6.224 toneladas, o valor dessa exportação é de 10.626:000$000. Em relação a 1870 ha uma differença de 5,7 % no volume e sobre o valor 15 %.

E comparando com o peso e o valor da exportação do anno de 1910, em 1932 a exportação da borracha accusa no peso um desnivel de 83,8 % e no valor uma differença de 97,1 %. Isto representa quasi fallencia de uma zona que possuindo um producto em que baseia sua economia, producto de circulação internacional e relativamente de fraco consumo interno, o vê annullado nos mercados mundiaes.

A borracha teve um ciclo muito curto de actuação. Não tendo tido tempo para traçar no meio amazonico uma fisionomia propria, que denotasse sua funcção precipuamente civilizadora, a influencia da borracha lembra bem o drama da terra em formação, sem caracteristica. Terra caida é, bem o aspecto da decadencia da zona geografica da "hevea", abrangendo uma area superior a 1.000.000 de milhas quadradas, contendo 300.000.000 pés da hevea, cuja capacidade de producção é calculada como superior a 600.0000 toneladas.

Algodão

Pouco antes de findar o seculo XVIII, o bacharel José de Sá Bittencourt, correspondente da Real Academia de Sciencias de Lisbôa, escrevia ao sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretario de Estado dos Negocios Ultramarinos, acerca da plantação de algodão e sua exportação, no termo da Villa de Camamú, na Bahia, solicitando o seu patrocinio para a lavoura algodoeira, "afim de que seja um dos maiores ramos do nosso commercio para felicidade da Nação e riqueza da Capitania da Bahia onde a natureza tem depositado os thesouros de que só é capaz pela sua liberdade".

E descrevendo a influencia do clima sobre o algodão, diz o bacharel que "o agricultor póde modificar o sólo, fazendo-o mais ou menos gordo, mais ou menos poroso, appropriando-o á natureza de sua lavoura, mas não o clima em grande que influencia na maior parte da vegetação".

"A mesma differença que observamos nos paizes da Europa em relação aos de beira-mar no Brasil, se observa, nestes a respeito dos do sertão ou terra dentro, onde as estações mais regulares e as chuvas vêm em tempos determinados, e constantes, o que faz com que a lavoura seja igual e sempre certo o tempo da plantação".

"O terreno da Villa de Camamú, que fica entre 14 e 15 graus desviado da Bahia, 24 leguas, he o paiz mais irregular nas suas estaçoens que tenho visto, porque quer seja de verão, quer de inverno, sempre as chuvas são continuadas, e o calor no verão, conforme o thermometro de Fahrenheit, não chega a mais de 90 grs. e meio o que faz com que as plantações sigão a irregularidade do clima, e se não possa nelle cultivar com vantagem, senão mandiocas, cafés, arroz, e canna e não o algodão, que he o principal objecto deste discurso, porque embora cresça nas terras beira-mar, a sua cultura se não póde fazer com proveito, porque o terreno lhe não he tão proprio e a irregularidade do clima rouba ao lavrador as suas

esperanças, vindo as chuvas no tempo da colheito destruir e apodrecer o olgodão ainda nas suas capsulas" (6).

O clima em toda o zona do Norte e do Nordeste e do Sul, fez a selecção das culturas. No Nordeste açucoreiro a selecção pelo climo foi coodjuvada pela da propria conna de açucor. Tanto o feitio monocultor da canna de açucar, como suo locolização na zona do motto, — foixa estreito indo, por exemplo em Pernambuco a menos de 200 kilometros do mar, em Alagôos, Parohiba e Sergipe a talvez menores distancios — permittem que o pluviosidode troce o limite geografico dos plontios do canno de açucar. Sempre proximos oo mar. Na Bahia, nas zonas morginoes do Reconcavo, com pouca profundidode paro o hinterland. E' a zona das chuvos mois torrenciaes, mos extemporaneos, com verões frescos.

Zonas quando não improprias, pelo menos de exito duvidoso para o cultivo do algodão se occorre qualquer anormalidade climatico.

Encontromos em vorias épocas, olguns engenhos, na zono do matto, plantando algodão. Ero quando o febre poro o algodão supplantava o açucar, se arrastando em crises. Nos oltos, nas chapados, nas chãs, o senhor de engenho, o meeiro, o rendeiro, o trobalhador rural, nos suas roças, nos seus sitios, — no engenho — plantavam o preciosa malvacea.

Quasi sempre o senhor de engenho, participante do lucro agricola, participova do lucro commercial, pois que ero o comprador exclusivo do algodão.

Mos essa promiscuidode de algodão com a conna não era permanente. Cessado a febre, o olgodão emigrovo para a sua verdodeiro região. Poro o agreste, para o caotinga, poro o sertão. Como poderia viver num ambiente tão aristocrotico como o da conna de açucor, uma culturo que foi plebleia e que só octualmente está renegondo o seu possodo de cultura do pobre, de ouro do cootingueiro ou do sertonejo. Ero a lavoura predilecta do pequeno proprietorio e depois, uma cultura sem orgulho, que consentio se ossociar oo milho, ao feijão, oos legumes. Que dava o seu lucro em pouco tempo, em seis ou sete mezes. As mulheres e os meninos podiam-no facilmente colher. Culturo focil, leve e barata, contrastando com o conna de açucor, culturo difficil, pesodo, carissima. Uma, não exigindo muitos terros poro sua cultura economica, o outro voraz, insaciavel, e só podendo viver á custa do gronde propriedode. A canno de açucar formou uma elite, uma closse — do senhor de engenho e depois, do usineiro. Ninguem conhece a classe formado pelos plontadores de algodão. Pois se eram elles quasi sempre os pobres, os anolfobetos, os descolços, os sem - gravota...

Mas, ossim mesmo o somma desse trobolho, excerceu uma grande influencia na economio brosileiro, principolmente no Nordeste. Vem de longe em Pernambuco, a noticio sobre o olgodão. Hons Stoden descrevendo o cerco de Igorassú,

(6) — José de Sá Bittencourt — "Memoria sobre a plantação dos algodoens, sua exportação e decadencia da lavoura de Mandiocas, no termo da Villa de Camamú" — Archivo Publico do Est. da Bahia — n. 53.

em 1548, faz menção ao atoque dos selvicalos que atiravam flechas envoltas de algodão com cera que accendiom para provocar incendio. Em 1549, Duarte Coelho escrevendo a el-rei sobre o progresso de sua capitania faz referencia ós remessas de algodão para a metropole, e que entre todos os moradores e povoadores — "uns fazem engenhos de oçucar, porque são poderosos poru isso e outros cannaviaes, olgodoaes e mantimentos" (7). Na proprio zona da matta antes da invasão hollandeza no municipio do Cabo, zona hoje completamente tributaria de usinas, João Paes Barreto funda o engenho Algodooes em terra conquistado aos indios, originando-se — diz o erudito historiador pernambucuno Pereira da Costo — naturalmente aquella denominoção do engenho, da existencia de grandes roças de algodoeiro na localidade.

Assim como em Pernambuco, em todas as outras copitanias, o algodão vicejou, com pauco exito na exportação, até os meiados do seculo XVIII.

Entre 1771 e 1781 os plantios de algodão foram augmentando, tornando-se no Nordeste, o maior centro productor o municipio de Santo Antão da Victoria, em Pernambuco. Data precisamente de 1781 o surto do algodão nos exportações brasileiras. Em 1817 Tollenare descrevendo suas viagens pelo interior de Pernambuco diz que "a grande cultura do algodão em Pernambuco só se encontra de 12 ou 15 leguas do Recife e estenae-se em certas direcções, seja para o Nordeste, até 100 e 150 leguas". E Pernambuco tarnou-se o grande emporio algodoeiro da colonio portugueza. Cumprindo um outro destino historico, Pernambuco que vivera já a sua gronde epoca de emporio mundial do açucar, voltava ao scenario mundial comi o melhor fornecedor de algodão para as fabricas de tecido da Inglaterra.

Lumachi dá poro as exportações de Pernambuco no anno de 1816, o valor 3.200:000$000 para o algodão e 576:000$000 para o açucar.

Oliveira Lima, citando uma carta do coronel Maller, consul geral da França, nos informa que as exportações de algodão em 1817, foram superiores as dos

Pernambuco além de sua grande producção propria, canalizava para o seu porto a producção dos Estados Nordestinos.

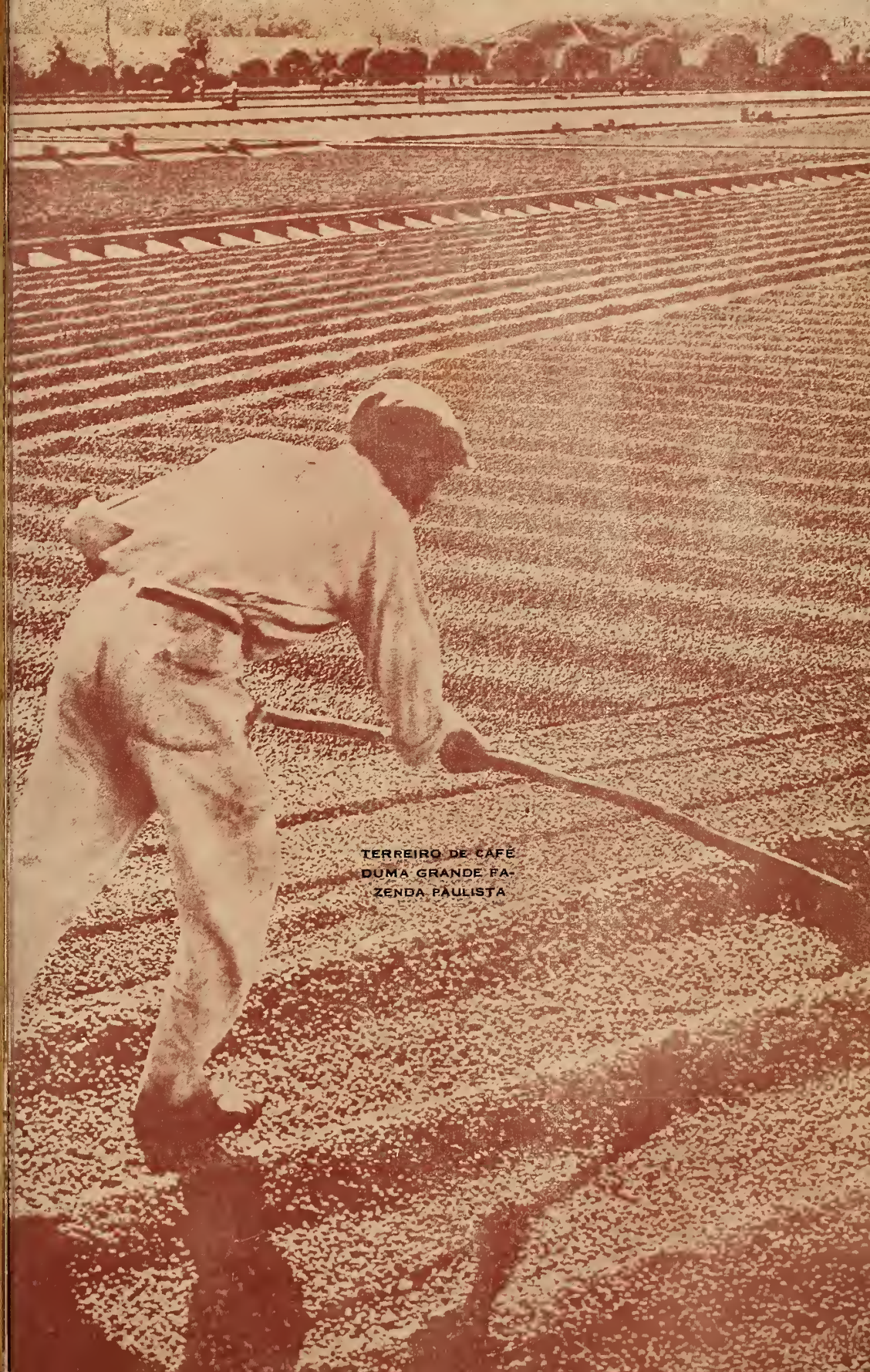
A exportação fluminense de algodão nessa epoca era de vulto, sobrepujando em valor ao oçucar, café e fumo, porque emquanto o valor da exportação de algodão attingia 2.360:000$000, o do açucar ia a 1.360:000$000, o do café a 687:597$600 e o do fumo o 180:000$000.

Segundo Leconte (8) em 1820, já o Brasil figuravo em segundo logar, na importação ingleza, com 89.999.174 kilos, occupando os Estados Unidos o primeiro logar com 89.999.174 libras e as Indios Orientaes o terceiro com . . . . 23.125.825 libras.

---

(7) — "O algodão em Pernambuco" — F. A. Pereira da Costa.

(8) — Leconte — Le cotton.



TERREIRO DE CAFÉ
DUMA GRANDE FA-
ZENDA PAULISTA

A partir de 1822 uma crise, que após se torna aguda, diminue extraordinariamente o movimento commercial do algodão. A exportação pernambucana que havia sido em 1816 de 4.315 toneladas e em 1820 de 4.436 toneladas, cae gradativamente, chegando a diminuir, por exemplo em 1826, 79,4 % em relação a 1820. A exportação de 1820, sómente foi superada 43 annos após, attingindo então a 5.954 toneladas. Em 1865, attingindo 9.499 toneladas, com os preços valorizados, o algodão consegue superar novamente em valor, a exportação do açucar, pois que o valor da exportação do algodão foi de 12.898:485$000, emquanto o do açucar foi de 8.145:086$000. Ainda no anno de 1866, o algodão supplanta o valor da exportação de açucar, que foi 10.785:834$000, emquanto o valor daquelle foi de 16.882:334$000, numa exportação total do Estado, de 30.699:679$000.

"Nessa epoca não havia nenhuma fabrica de tecidos em actividade em Pernambuco, pois duas tentativas desse genero fracassaram. E no Brasil havia em 1867, nove fabricas, sendo cinco na Bahia, duas no Rio de Janeiro, uma em Alagôas, e outra em Minas, com um total de 14.875 fusos e 385 teares, dando trabalho a 568 operarios, com uma fabricação de 4.303.200 metros de tecidos no valor de 2 116:200$000, apezar de já no sexennio 1860-65 a importação brasileira de tecidos, ser de 261.978:187$000 (9)".

Exactamente nesse periodo de animação, de corrida para o algodão no Norte, no Sul, em São Paulo, identico fenomeno occorre. Assim é que em 1863-64, tendo São Paulo uma producção de 336 arrobas de algodão, na safra 1866-67 produziu 211.971 arrobas, o que valeu a esse Estado o premio de "Manchester Cotton Supply Association" por ter obtido o maior augmento na producção algodoeira em todo o universo, num prazo curto.

Em 1883-84, a exportação de algodão do Brasil é de 32.685 toneladas, em 1884-85 é de 23.304 toneladas, em 1886-87 de 15.053 toneladas e em 1887-8 de 23.280 toneladas. Em 1889 o valor da exportação do algodão é simplesmente de 6.963:000$000. Em 1910 ainda se colloca mal a exportação do algodão, que outrora attingiu a tão alta cifra. Nessa data a exportação vae a .. .. 13.456:000$000.

Dahi em deante ora descendo a 2.400:000$000 em 1916, ora subindo a . . 103.663:000$000, subindo mais em 1925, com 124.494:000$000, chegamos á safra 1927-28, em que a producção brasileira de algodão attingia 131.504 tonetoneladas, o que representa um augmento de 208 % em relação á safra de 1901-02.

Em 1928, o maior productor de algodão no Brasil é o Ceará com 24.000 toneladas, em 2º logar a Parahiba com 19.004 toneladas, seguindo após Rio Grande do Norte com 14.500 toneladas e em 5º logar São Paulo com 10.175 to-

---

(9) — Gileno Dé Carli — Aspectos da economia pernambucana. **Boletim da Secretaria da Agricultura, Industria e Viação — Tomo III — n. 1.**

neladas. Em sintese, pertencia ao Norte, da producção brasileira de algodão 86,6 % emquanto ao Sul cabia 13,4%.

Em 1934 a posição estatistica da producção do algodão e de sua exportação, está completamente alterada. São Paulo que seis annos antes occupava o quinto logar, passa para "leader" da producção, a qual é superior á somma das produducções do Ceará, Parahiba e Pernambuco. Era a repetição do surto algodoeiro occorrido em 1867.

Hoje occupa o algodão o segundo logar nas exportações brasileiras, tendo attingido em 1935 o valor de 930.281:000$000, quando o açucar sómente alcançou 43.724:000$000.

Sob o ponto de vista social, o algodão vae se aristocratizando. Já é plantado em grandes extensões pelos donos das terras e explorado agricolamente por companhias, aliás quasi todas estrangeiras. O drama social do algodão terá a sua Historia.

O algodão tem vivido ciclos de grande intensidade. Depois vem o arrefecimento. O surto do algodão hoje faz lembrar o da borracha, de hontem. Está até provocando o deslocamento dos nordestinos para as terras hospitaleiras de São Paulo.

O Nordeste do açucar perdeu o seu dominio e o Nordeste do algodão vae seguindo o mesmo destino. Qual então o destino historico do Nordeste?

Café

O café foi um desvirginador de terras, mais terrivel que o proprio canna de açucar. Foi um grande devastador de floresta, um saharizador. A mobilidade de suas areas de cultura traçou um aspecto sui-generis, de decadencia nas zonas que cançou. As cidades que floresceram quando a riqueza e uberdade do sólo attendiam ás exigencias da cultura civilizadora, começaram a decair quando a onda verde emigrou. Apezar disso, o café foi o mais bandeirante dos paulistas. Criador de cidades.

Onde a matta era abatida, onde a queima reduzia tudo a cinza e emergia como por encanto um cafezal novo nas terras virgens do hinterland, uma cidade nova nascia, progredia, se avantajava. E de zona em zona, em procura de terra bôa — a terra roxa — o café attendia ao seu destino de civilizador, criando na terra americana, a maior fisionomia agricola do mundo.

No Estado do Rio, onde o café foi introduzido em 1770, o deslocamento da lavoura cafeeira se processou da parte meridional para a septentrional. Esse deslocamento não foi rigorosamente absoluto, porque concomitantemente vicejava no Sul, tendo como base o municipio de Vassouras e, em Cantagallo, no Nordeste, municipios que apresentavam no meio social brasileiro, fastigio sómente encontrado nos engenhos banguês do seculo XVIII e principios do XIX. Mas, abstraindo

as pequenas variantes, a trajectoria obedeceu o sentido da direcção para o septentrião, deixando atraz, após a exhaustão do sólo, as cidades decadentes, as fazendas abandonadas, a Baixada Fluminense num estado de desprezo ao qual o proprio governo não é capaz de se innocentar, e signaes evidentes de um passado resplandecente, evidenciado nos monumentos architectonicos ainda visiveis na Baixada Fluminense, dando ensejo á commoção irresistivel, com "a visão retrospectiva dos bellos tempos em que a vivenda senhorial pompeava triunfantemente no centro dos cafezaes floridos. (10).

E tudo isto ás portas do Districto Federal, num contraste envergonhador e desolador.

Tambem em São Paulo, duzentos annos de cultura cafeeira demonstram o deslocamento accelerado da lavoura, de Este para Oeste. Quando ainda o braço escravo era o sustentaculo da economia cafeeira, os plantios da preciosa rubiacea se faziam no Norte de São Paulo e ella proporcionou grande progresso ás cidades. Mas por onde passava, deixava a desolação. E "deante do abandono das ruinas que ainda soletram a imponencia e prosperidade do passado, ha de forçosamente absorver-se numa meditação dolorosa sobre um dos mais estranhos e peculiares fenomenos economicos que a historia apresenta, e que é essa marcha implacavel, ininterrupta e fatal, do café para as terras do Oeste. Na sua directriz, condensando em decennios o evoluir de seculos, o café reproduz numa escala contrahida, que é uma sinthese, a marcha da civilização. Leva para o poente a riqueza e deixa, por onde passou, ruinas e desolação (11).

Mas de facto, apezar do nomadismo do café, elle foi e é o grande elemento civilizador do Brasil. O açucar perdendo a supremacia economica, cedeu ao café o monopolio, quasi, da economia nacional. E data de longe essa luta pela supremacia. Essa luta de predominio economico começa pouco depois do alvorecer do seculo XIX. Pelas estatisticas de exportação verificamos, que no periodo da ascenção do café na balança commercial do Brasil, isto é, entre 1821 e 1860, num total de 8.220.786 toneladas de mercadorias, já a rubiacea entrava com 3.337.760 toneladas.

E no concernente ao valor das mercadorias exportadas, a quota que cabe ao café é de 42,8 %, correspondendo a 838.000 contos de réis, emquanto que o açucar concorre com 24,4 % ou 483.120 contos de réis.

No periodo que abrange os annos de 1811 a 1889 num total de 14.164.102 toneladas de productos exportados, o café concorre com 6.804.000 toneladas. O valor total dos productos exportados attingiu 5.753.000 contos e ao café cabe a importancia de 3.101.000 contos, isto é, 53,8 %, e o açucar corresponde a 11,1 %.

---

(10) — "Entre Ruinas" — Euclides da Cunha.
(11) — "Problemas Nacionaes" — Vivaldo Coaracy.

Do periodo de 1890 a 1921 inteiramente se firma a supremacia do café, pois que da exportação total do Brasil que attingiu a 29.282.000 toneladas, pertence ao café o montante de 20.584.000 toneladas, cabendo ao açucar o quarto logar na classificação da exportação (12).

De 1930 a 1935, nesse sexennio, as porcentagens da distribuição dos productos de exportação, assim se alinham:

	Café	Outros productos
1930	62,86	37,14
1931	69,07	30,93
1932	71,90	28,10
1933	72,79	27,21
1934	61,13	38,87
1935	52,55	47,45

Na média desse sexennio cabe ao café, do total das exportações brasileiras, 65,05 % e aos demais productos 34,95 %.

Deslocamento do Eixo Economico

Pelos dados estatisticos verificamos o ponto quasi exacto em que começou a se processar a queda do açucar e ascenção do café.

Ia o Norte açucareiro perdendo aquella fisionomia de aspecto social, economico, cultural e politico. Pernambuco perdia o seu antigo esplendor, onde era notoria a fama de riqueza do senhor de engenho, em sua patriarchal casa grande imperando em seu mundo, formando uma sociedade de nivel elevado, verdadeiros oasis nas selvas americanas. Tradicionaes se tornaram o alto nivel economico do senhor de engenho e a riqueza das capitanias e provincias açucareiras. Então, junto á miseria das demais capitanias, Bahia e Pernambuco criaram "uma fidalguia nova, a dos senhores de engenhos, cujos filhos já vão recebendo uma certa instrucção, e ostentando o luxo que, em todas as formações sociaes, é o corollario da abastança".

A par dessa hegemonia cultural, teve o Norte açucareiro a hegemonia politica, até quando o açucar, genero principal de exportação, por causas varias, começou a decair em nossa balança commercial, dando logar a uma outra cultura que tem intensidade e valor. E com esses dois atrributos, o café plasmou uma civilização, creou uma fisionomia e pela primeira vez na historia do Brasil, deslocando o eixo economico do Norte para o Sul, transmudou tambem o eixo cultural e politico.

(12) — Alfredo Ellis Junior — "Geografia Superior e Estatistica".

Luta de Duas Culturas

"O Norte açucareiro consta principalmente de Pernambuco e Alagôas, e o Sul caféeiro, de São Paulo e Rio de Janeiro.

Pernambuco na média quinquennal de 1852 a 1856, estava collocado em 3° logar entre os Estados brasileiros, com uma exportação para o estrangeiro, de 10.799:000$000 e Alagôas em 8° logar com 1.596:000$000.

São Paulo estava em 6° logar e o Rio de Janeiro em 1° logar, com, respectimente, 2.896:000$000 e 46.191:000$000.

Nas médias quinquennaes da exportação dos annos de 1862 a 1866, cabe o 1° logar ao Rio de Janeiro com 61.416:000$000, o 2° a Pernambuco com..... 19.694:000$000, o 6° a São Paulo com 6.468:000$000 e o 7° a Alagôas com 5.846:000$000.

No quinquennio 1872-1876, coube ainda o 1° logar ao Rio de Janeiro, com 98.687:000$000, o 2° a São Paulo com 22.812:000$000, o 3° a Pernambuco, com 18.883:000$000, e o 7° a Alagôas com 4.156:000$000.

No quinquennio de 1882 a 1886, cabe ainda uma vez ao Rio de Janeiro o 1° logar nas médias da exportação, com 106.112:000$000, o 2° a São Paulo com 52.559:000$000, o 4° a Pernambuco com 16.690:000$000 e o 6° a Alagôas com 4.642:000$000.

No quinquennio 1893 a 1897, nas médias, cabe o primeiro logar, já a São Paulo com 248.690:000$000, o 2° ao Rio de Janeiro com 192.522:000$000 o 6° a Pernambuco com 31.419:000$000 e 9° logar a Alagôas com 8.430:000$000.

No quinquennio 1903 a 1907, a primasia cabe a São Paulo com 273.744:000$000 o Rio de Janeiro se colloca em 2° logar com 123.071:000$000, o 7° logar se destina a Pernambuco com 19.840:000$000 e o 14° a Alagôas com 5.113:000$000.

No quinquennio de 1913 a 1917, temos em 1° logar sempre São Paulo, com 444.082:000$000, depois o Rio de Janeiro com 318.987:000$000, para Pernambuco o 8° logar com 28.878:000$000, em 15°, Alagôas com 4.859:000$000.

No anno de 1919 o 1° logar é de São Paulo com 1.087.487:000$000, o 2° ao Rio de Janeiro com 348.172:000$000, o 7° a Pernambuco com 61.025:000$000 e a Alagôos cabe o 15° com 3.917:000$000.

E finalmente no anno de 1929, ainda o 1° logar cabe a São Paulo com 2.098.003:000$000, o 2° ao Rio de Janeiro com 508.021:000$000, o 7° a Pernambuco com 69.537:000$000 e o 16° logar pertence a Alagôas, com .. .. .. 4.635:000$000.

Os numeros indices falam mais altos e exprimem melhor a realidade. Tomemos o quinquennio 1852 a 1856, por base, isto é 100:

I — IMPERIO

	1862-66	1872-76	1882-86
Rio de Janeiro	132,9	213,6	216,7
Pernambuco	180,6	164,0	153,1
Alagôas	366,2	260,4	291,4
São Paulo	216,6	787,9	1.815,5

II — REPUBLICA

	1893-97	1903-07	1913-17
Rio de Janeiro	416,7	266,4	690,5
Pernambuco	288,2	182,0	264,9
Alagôas	528,2	320,4	304,4
São Paulo	8.590,3	9.451,1	15.239,6

III — REPUBLICA (após-guerra)

	1919	1929
Rio de Janeiro	753,7	1.099,8
Pernambuco	559,9	638,0
Alagôas	254,4	291,1
São Paulo	37.564,6	72.504,4

O café apparecia, dando a São Paulo de 1852 a 1929, um augmento na exportação estrangeira, de cerca de 72.404,4% ou 941,6% de augmento annual.

Era o deslocamento economico do Norte para o Sul. Era a canalização dos capitaes para as terras roxas e productivas de São Paulo. Era a queda do açucar e ascenção do café. A geografia economica determinando o destino de zonas, a hegemonia de Estados. O Sul com o café, o norte com o açucar.

Degladiando-se, duas culturas..." (13).

(13) —"Aspectos da economia brasileira" — Norte e Sul. (Gileno Dé Carli) — Artigo publicado na "Gazeta de Alagôas", em 6|7|34.

Valores das Culturas

Pernambuco em 1576, dizem as estatisticas e informam os chronistas, em seus 30 engenhos banguês, fabricava e exportava de 50 a 70 mil arrobas de açucar. As altas cotações obtidas pelo açucar brasileiro, promoveram um rapido progresso na colonia portugueza de producção, tanto que em 1583 a Bahia possuia 36 engenhos e em Pernambuco ascendiam a 66, com uma producção de 200.000 arrobas de açucar.

Nos principios do seculo XVII, possuindo o Brasil 200 engenhos, a sua producção era de 25.000 a 35.000 caixas de açucar de 35 arrobas cada uma. E' o tempo aureo do açucar no Brasil. Em 1618 sómente Pernambuco tem uma producção de 500.000 arrobas. Em pleno dominio hollandez, a producção de açucar em Pernambuco, já sóbe a 990.000 arrobas. Tal o lucro do açucar, que o Brasil Hollandez rendeu á Companhia das Indias Occidentaes, dividendos até de 95 % do capital e a média dos lucros no periodo dos dez primeiros annos, foi de 50 % (14). Em 1650 os preços do açucar sobem fantasticamente a 2$091 a arroba, o que representava um grande lucro para o productor.

No fim desse seculo os preços começaram a cair, baixando em 1698, para 1$050 a arroba.

No inicio do novo seculo, a producção de açucar do Brasil era de 1.400.000 arrobas. Em 1711 a producção de Pernambuco cae bastante, pois que sua exportação só attinge 360.500 arrobas de açucar. Nos fins do seculo XVIII, a Bahia já era um grande productor de açucar, com sua exportação num valor de 1.645:576$640 e Campos tambem, com seus 300 engenhos se apresentava como grande centro de producção.

Durante os vinte primeiros annos do seculo XIX houve uma verdadeira corrida para o açucar, que se bem tivesse passado por periodicas crises no seculo anterior, no entretanto representava a quasi totalidade do valor de toda a actividade economica da colonia de producção. Já em 1711, conforme Antonil, a distribuição dos valores dos productos exportados era:

Açucar	2.535:142$800
Fumo	344:650$000
Ouro	614:400$000
Couro	201:800$000
Páo Brasil	48:000$000
	3.743:992$000

Do total da exportação, o açucar concorre com 67,7 % e o fumo com 9,1 %. E em relação aos productos de origem vegetal, cabe ao açucar a alta quota de 86,5 % da exportação.

(14) — "Epocas de Portugal Economico" — João Lucio de Azevedo.

Ainda mais um seculo, em 1827, e dentre os productos exportados pelo Brasil, o açucar mantem a hegemonia, sendo a collocação pelos valores:

Açucar	9.289:000$000
Café	5.264:000$000
Algodão	3.970:000$000
Fumo	457:000$000
Cacáo	190:000$000
Borracha	9:000$000

Num total de 19.179:000$000, da exportação dos seis productos, as suas porcentagens são:

Açucar	48,4 %
Café	27,4 %
Algodão	20,6 %
Fumo	2,3 %
Cacáo	0,9 %
Borracha	0,04 %

Na época da proclamação da Republica, a collocação dos productos de exportação está completamente mudada como podemos verificar:

Café	172:288:000$000
Borracha	25.295:000$000
Açucar	14.356:000$000
Algodão	6.963:000$000
Fumo	6.534:000$000
Matte	4.008:000$000
Cacáo	3.497:000$000

A exportação dos sete productos de origem vegetal somma 232.920:000$000, evidenciando-se sobremodo a supremacia do café. A ordem da distribuição percentual é:

Café	73,9 %
Borracha	10,9 %
Açucar	6,1 %
Algodão	2,9 %
Fumo	2,8 %
Matte	1,8 %
Cacáo	1,6 %

Os numeros exprimem exhuberantemente o valor do café e explicam porque os destinos do Brasil foram ha mais de meio seculo governados pela preciosa rubiacea.

Cafezal – Quadro de Candido Portinari

E esse predominio de valor continua em pleno seculo XX, apezar das crises de super-producção do café, attenuadas pelas valorizações artificiaes. Assim vemos em 1910, as collocações na exportação dos sete productos que exerceram — alguns absoluta, outros relativa — influencia na evolução economica do paiz:

Café	385.493:000$000
Borracha	376.972:000$000
Matte	29.017:000$000
Fumo	24.391:000$000
Cacáo	20.679:000$000
Algodão	13.456:000$000
Açucar	10.605:000$000

Pela distribuição percentual verificamos que o surto formidavel da borracha quasi se emparelha no valor da exportação, ao café. Deduzimos tambem a queda fragorosa do açucar, como producto de exportação. O açucar quasi que foi excluido dos mercados mundiaes, tornando-se unicamente producto de expansão interna.

Na balança das trocas, não produzindo ouro, fica o açucar comparado aos productos de alimentação, como milho, arroz, batata e farinha de mandioca, de exclusiva circulação interna.

Aliás, na opinião de um sociologo brasileiro, "o nosso grande problema economico é o da producção, com circulação interna; só dahi virá solução ás nossas crises, inclusive á da circulação monetaria e do cambio; mesmo, em parte, á das finanças (15).

Eis a distribuição dos productos de exportação na sua ordem percentual:

Café	44,9 %
Borracha	43,8 %
Matte	3,3 %
Fumo	2,8 %
Cacáo	2,4 %
Algodão	1,5 %
Açucar	1,3 %

Em 1920, dez annos mais tarde, vamos encontrar modificações sensiveis nos valores das culturas. Alguns productos da exportação brasileira se apresentam no decorrer dos annos, com escalas de altos e baixos, que fazem crer extravasamentos da capacidade interna de absorpção.

---

(15) — **Alberto Torres.**

Os valores dos productos de origem vegetal, constantes do presente estudo, nas exportações foram:

Café	860.958:000$000
Açucar	105.831:000$000
Algodão	80.697:000$000
Cacáo	64.650:000$000
Borracha	58.350:000$000
Matte	50.559:000$000
Fumo	42.006:000$000

A melhoria occasional do açucar e queda fragorosa da borracha, são os aspectos mais importantes dos numeros acima. O açucar que em 1920 attingiu a uma cifra um pouco superior a 100.000:000$000 no decorrer do decennio, por exemplo em 1912 e 1913, teve sua exportação quasi annullada, pois que attingiu sómente aos valores de 841:000$000 e 974:000$000, respectivamente.

A borracha teve nesse mesmo periodo decennal, uma queda sempre constante.

A distribuição das porcentagens na exportação é a que segue:

Café	68,1 %
Açucar	8,3 %
Algodão	6,4 %
Cacáo	5,2 %
Borracha	4,6 %
Matte	4,0 %
Fumo	3,4 %

Em 1930 já em plena crise, as exportações brasileiras resistiam, apresentando altos valores. O café então se apresenta com um augmento de 112,2 % em relação ás exportações em 1920.

Eis os diversos valores da exportação:

Café	1.827.577:361$000
Matte	95.352:08 $000
Cacáo	91.687:66[illegible]$000
Algodão	84.601:86[illegible]$000
Fumo	74.846:00[illegible] $000
Açucar	25.218:54[illegible] $000
Borracha	23.293:79[illegible]$000

O açucar já ha annos se apresenta na balança commercial de exportação brasileira como um factor do seu proprio equilibrio estatistico interno. Procurando os mercados mundiaes, é exportado como quota de sacrificio. Não exerce essa exportação nenhuma influencia directa sob o ponto de vista de rendimento economico, para o productor.

A distribuição desses sete principaes productos de origem vegetal na balança commercial brasileira, é a que segue:

Café	82,4 %
Matte	4,2 %
Cacáo	4,1 %
Algodão	3,8 %
Fumo	3,4 %
Açucar	1,1 %
Borracha	1,0 %

Em materia de valor, o do café é absoluto, pois que em relação ao do açucar que tanto já pesou em nossa economia, que foi tambem soberano, é superior . . . 7390,9 %.

Finalmente em 1936, o açucar occupa o ultimo logar nas exportações dos sete productos estudados e o café sempre o primeiro. O algodão é que demonstra um surto digno de nota, passando para o segundo logar nas exportações, com um valor approximado de um milhão de contos de réis. Eis os valores:

Café	2.231.473:000$000
Algodão	930.281:000$000
Cacáo	258.015:000$000
Borracha	68.015:000$000
Fumo	66.591:000$000
Matte	64.074:000$000
Açucar	43.724:000$000

O total dessas exportações attingindo 3.662.173:000$000 é o mais elevado de todos os periodos que analisamos nesse estudo. E quanto á distribuição percentual, é a seguinte a collocação:

Café	60,9 %
Algodão	25,4 %
Cacáo	7,1 %
Borracha	1,9 %
Fumo	1,8 %
Matte	1,7 %
Açucar	1,2 %

E' verdade que o açucar apresenta um alto valor na producção interna, pois que a média do seu valor no quinquennio 1931-35 foi de 576.280:000$000, sómente superado no mesmo periodo pelo café e pelo algodão que respectivamente apresentam os valores de 1.757.990:000$000 e 693.130:000$000, ou sejam uma differença a mais de 67,2% e 16,8 %, em relação ao açucar.

E' portanto o açucar um elemento de valor na economia brasileira, porém um producto que tendo deixado de influir nas trocas internacionaes, não cana-

lizando ouro, perdeu a influencia preponderante nos destinos economicos e politicos do paiz.

A economia brasielira que vivia antigamente dos valores da exportação do açucar, depois do deslocamento do eixo economico para o sul, vive quasi dos valores do café. E' uma fatalidade que não diminue o Nordeste mas que o põe na dura realidade de inferioridade economica. Faltou ao Nordeste a revolução technica, em todos os sectores de sua actividade açucareira.

A primeira doença da Canna de Açucar

A variedade que proporcionou um verdadeiro resurgimento na industria açucareira no Brasil, nos principios do seculo XIX, foi como vimos, a canna caiana que até 1830 se desenvolveu admiravelmente no novo habitat, sem que tivesse soffrido qualquer ataque de natureza fitopathologica.

Já em 1834, porém, o "Campista" (16), jornal existente no prospero municipio açucareiro de Campos, em sua edição de 2 de abril, dizia:

> "A canna caiana está completamente degenerada, e já não tem semelhança com a primeira, que para aqui foi transplantada nem no tamanho nem na qualidade, ou isso provenha de uma lei geral imposta pela natureza aos vegetaes ou, como nos parece do estado da terra; e ou seja filho dessa mesma degeneração ou seja uma doença particular, é certo que de certo tempo a esta parte se tem observado um mal que tem atacado os cannaviaes quasi inteiros e que desgraçadamente não conhecemos para remedial-o".

Era pelo signal de degenerescencia, a gomose da canna, que sómente muito mais tarde foi estudada e caracterizada e que segundo alguns autores apparecera no Brasil em 1860. Esse topico do antigo jornal vem lançar um pouco de luz sobre o caso. Quanto á questão propriamente dita, de ser considerada a decadencia vegetativa da canna caiana, como degenerescencia, ha grande controversia, pois que existem fortes argumentos, de que em terrenos virgens, humosos, a canna caiana readquire seu antigo vigor e rendimento cultural. Ao passo que em solos parcialmente exhaustos, ella degenera por causa do seu sistema radicular, que exige sempre condições excepcionaes de riqueza de solo. Seria mesmo no Brasil a degenerescencia da caiana uma causa de mudança de condições?

Sobre esse mal primeiramente observado em Campos, depois em Pernambuco, onde foi pela primeira vez verificado nos cannaviaes do engenho Santo Ignacio, do senador Luiz Felippe Souza Leão e tambem na Bahia, ha uma extensa bibliografia brasileira, como os estudos de Carlos Glasch, Mauricio Draenert e Gustavo Dutra, respectivamente publicados na Revista Agricola n. 1, 1869, "Jornal do Agricultor", vols. I e II, e "Diario da Bahia" e "These apresentada á Imperial Escola Agricola da Bahia em 1880".

(16) — Hoje "Monitor Campista".

Em 1879 o presidente da Provincia de Pernambuco nomeou uma commissão de estudos, que apresentou um parecer provisorio publicado no "Diario Official", em 10 de outubro de 1880. Em 1881 o dr. Cosme de Sá Pereira publica um estudo detalhado de trabalhos microscopicos, com cannas doentes. Ainda em 1881, o dr. Pedro de Athaide Moscoso publicou em annexo ao relatorio do ministro da Agricultura, um parecer minucioso do mal que acomettera a quasi totalidade dos cannaviaes brasileiros. Em 1882 o dr. Daniel Heuninger publicou na Revista do Instituto Fluminense de Agricultura, um dos mais completos trabalhos sobre o assumpto.

Novas variedades de Canna

A degenerescencia da canna caiana acarretou um grande prejuizo para a industria açucareira, tendo motivado uma expedição ás ilhas Mauricia e Bourbon em 1858, com o fim de serem trazidas novas variedades de canna, que pudessem substituir áquella que já proporcionara tão grandes lucros ao agricultor brasileiro.

O encarregado da expedição retornou ao Brasil, já fóra de epoca para o plantio, tendo se perdido bastante canna na travessia. As sementes que puderam ser aproveitadas foram plantadas numa chacara da rua da Lapa, n. 88 e no Jardim Botanico. As variedades importadas foram canna Penang (verde), canna rôxa e canna Diard (côr de rosa). A primeira, é semelhante á caiana e produz excellente açucar. A rôxa, geralmente cultivada nas ilhas Bourbon e Mauricia, apezar de não dar bom açucar, tem grande rendimento cultural. Finalmente a canna Diard, dá bom açucar, porém é de pouca productividade. A canna rôxa, denominada Tussac, na India, é tambem conhecida em Campos como canna da Batavia, e foi essa variedade que salvou a industria açucareira desse municipio. Possue côr violacea, não flecha, e se bem não seja muito rica em açucar, possue entretanto caracteristicas essenciaes de resistencia á gomose, não necessitando de solos excessivamente humosos para sua cultura.

As chronicas agricolas dessa epoca se referem a algumas variedades de canna provenientes de variações expontaneas, apresentando-se, por exemplo, a caiana, com variações denominadas "cristalina" e "imperial".

Em Quissamã, em 1868, existia então uma variedade do mesmo nome dessa freguezia, que é uma variação da caiana, sendo mais fina, porém de igual teor saccarino. Na mesma época, em Campos e Macahé, se notam as variedades "mole" — rica em açucar — assim chamada por ser muito tenra; a "imperial" listada de amarello e verde, de bom rendimento agricola e resistente á gomose.

Localização da Canna de Açucar

Desde as primeiras variedades de canna lançadas nas uberrimas terras virgens do novo continente, depois, as novas variedades plantadas, todas ellas, foram cultivadas, em sua quasi totalidade, em faixas littoraneas, num deslocamento sem profundidade para o hinterland, para o sertão.

Desde os primitivos nucleos de civilização, por um natural imperativo economico, as feitorias, os engenhos, foram procurando o longo da costa oceanica, a

proximidade dos rios navegaveis, os reconcavos das bahias, pela garantia de transporte dos productos da terra.

A Capitania de Pernambuco, em 1749, possuia 276 engenhos sendo 230 moentes e 46 de fogo morto, distribuidos todos, em zonas littoraneas, zonas marginaes de lagôas e bahias, ou adjacentes a rio navegaveis. Era a seguinte a distribuição: (17)

	Eng°s. moentes	Eng°s. de fogo morto
Cidade de Olinda e seu termo	49	13
Villa de Recife e seu termo	46	10
Villa de Igarassú e seu termo	30	5
Capitania de Itamaracá e seu termo	28	7
Villa de Serinhaem e seu termo	25	2
Villa de Porto Calvo e seu termo	18	0
Villa de Alagôas e seu termo	27	6
Villa de Penedo e seu termo	7	3
	230	46

Pela localização desses engenhos, póde-se deduzir a directriz dos plantios da canna de açucar em Pernambuco, em pleno seculo XVIII —: todos nas zonas humidas das varzeas proximas ao oceano, onde o transporte era facil ás margens das lagôas do Norte e Manguaba e ás margens do grande rio navegavel, — o São Francisco. Na Bahia, tambem, as lavouras cannavieiras se localizavam ás margens do Reconcavo, nos municipios de Santo Amaro, Villa de São Francisco, e adjacencias da cidade do Salvador.

Ainda em Pernambuco, em 1761, (18) possuindo as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá 308 engenhos, sendo 268 engenhos moentes e 40 de fogo morto, a Villa do Recife e seu termo, têm em sua freguezia de Muribeca, 10 engenhos; na do Cabo, 26 engenhos e na de Ipojuca 15. A Villa de Serinhaem possuia 25 engenhos e a freguezia de Sant'Anna 11 engenhos. A Villa de Porto Calvo tinha 15 banguês. A Villa das Alagôas e seu termo possuiam 22 engenhos. A cidade de Olinda possuia em sua freguezia da Varzea, 15 engenhos; na freguezia de Santo Amaro de Jaboatão 14 engenhos; na freguezia de São Lourenço da Matta 19 engenhos e na freguezia de Nossa Senhora da Luz, 17 engenhos; na freguezia de Santo Antão, 14 engenhos. A Villa de Igarassú e seu termo possuiam 16 engenhos e a freguezia de Tracunhaem, 17. Goianna possuia 21 engenhos e a Capitania de Itamaracá, com Tijucupapo, possuia 13 engenhos. Sómente as freguezias de Santo Amaro de Jaboatão e São Lourenço da Matta — aliás muito perto de Recife — e a freguezia de Tracunhaem, que estão localizados no interior, todas as outras Villas e freguezias, são littoraneas, tendo facilitado assim o escoamento de sua producção, por vias maritima, fluvial e lacustre.

(17) — Informação Geral da Capitania de Pernambuco — 1749.
(18) — Correspondencia do Governador de Pernambuco — 1753|1770.

Em todo Nordeste, os engenhos sendo localizados nessa estreita e uberrima faixa do littoral, naturalmente limitada para o interior, de accôrdo com as precipitações pluviometricas que traçaram um verdadeiro zoneamento e com a estructura geologica da região, — fixaram a canna de açucar á unica zona humida do Nordeste açucareiro, dando assim a caracteristica da civilização littoranea, em contraposição com a barbarie do sertão, onde o primitivismo da exploração pecuaria era um contraste com o luxo, a ostentação e a grandeza do senhor de engenho.

E tendo sido cruenta a conquista da terra ao amerindio, a necessidade do agrupamento traçou a concentração da senzala em volta da casa-grande e do banguê, verdadeiras villas e sempre sufficientemente fortificadas para a resistencia aos nativos.

O Latifundio

Mas, mesmo sendo imprescindivel a mutua cooperação de um senhor de engenho ao seu vizinho, começou o Brasil com o grande dominio açucareiro, desde doações de 500 braças, até 10 legoas, 50 e 200 legoas.

A principio, com os altos preços de açucar dos seculos XVI e XVII, houve uma reacção da pequena propriedade contra a dominação do latifundio açucareiro. Conta Reyes, tratando da economia de Campos, onde aliás se observa, através de toda historia economica do açucar o maior fraccionamento da propriedade — que então, "ha engenhocas que não têm de cobertura senão o espaço que occupam as moendas, cuja cobertura anda á roda, por estar armada por uma das almanjarras; e só móe em tempo de sól, outro ha, senhor de taes engenhocas que não possue escravo algum e se serve com a sua familia — filhos, irmãos, mulher e alugados. Faz-se incrivel o que se conta de algumas dessas fabricas, que assim mesmo fazem muito açucar com que se remedeiam os donos, e vão deixando de cultivar outras culturas, a que antes se aplicavam. Neste andar passam a adquirir melhores utensilios e alguns escravos, com o credito, que lhes facilitam os mercadores, e alguns chegam a montar engenho".

Porém, essas pequenas explorações agricolas no Norte, já haviam sido absorvidas pela grande propriedade e no Sul tambem em breve tiveram o mesmo destino.

Em Pernambuco encontramos em pleno seculo XVI, até a difficuldade do sesmeiro de desmembrar a propriedade doada. De facto, em 1577, a senhora dona Jeronyma de Albuquerque e Souza, capitôa e governadora da Ilha e Capitania de Itamaracá, conferiu licença a Bôaventura Dias, filho de Diogo Dias, para vender a metade da sesmaria das terras doadas no Capiberibe-Mirim, no vale de Goianna.

Quer dizer, que sómente com autorização do doador, nessa época, era possivel que a sesmaria de "cinco mil braças de terra com as alagôas e ribeiros que nellas houverem, e a ribeira de Goianna nomeadamente, para nella fazer os

engenhos que padesse, conforme dois por cento dos açucares para o capitão e senhores" soffresse qualquer desmembramento.

Houve com effeito, um certo interesse do Governo metropolitana de impedir o açambarcamento dos pequenos proprietarios pelos grandes detentores do poderio rural. Tanta que na Regimento dos Governadores do Estado do Brasil, no capitulo 24, ha o intuito louvavel de alargar a colonização, procuranda "por todas os meios que lhe parecer necessario que as terras se vão cultivando" e obrigando aos que de nova "tiverem terras as vão cultivando de sesmarias, e as povoem, e aos que o não cumprirem, se lhes tirarão e darão a quem as cultivem e povaem" para que se não dê a alguma pessôa tanta quantidade de terras que não podendo cultival-a redunde em damno ao bem publico".

Nas Ordens Régias aos Governadores de Pernambuco existe uma medida drastica que não temos sciencia se foi executada. No intuito de corrigir a ampliação da grande propriedade, de impedir a absorpção da pequena prapriedade e finalmente com o objectivo de augmentar a fortuna publica e particular, com uma mais equanime divisão de terras, terras doadas sem o supervisionamento do crescer da economia rustica, e ainda, por ultimo, para diminuir a ambição do latifundiario, de possuir desmedidas extensões territoriaes, sem culturas, sem trabalho agricola, sem criação, em abandono absoluto, sómente para satisfação da vaidade de ser um grande senhor de engenho, el-rei em data de 20 de janeiro de 1699, ordenou que qualquer pessôa que denunciasse numa sesmaria sitios ou terrenos incultos e despovoados e isto podesse comprovar, summariamente fosse dado ao denunciante até um total de tres legoas de cumprimenta e uma de largura ou legoa e meia em quadro; e que o excedente fosse doado a quem procurasse.

E ordenou ainda el-rei, que, de então em deante, qualquer pessôa que recebesse sesmarias, além de pagar os dizimos á ordem de Christo, despacho e demais taxas, pagasse tambem um fôro proporcional á grandeza e á qualidade da terra. Se bem que a intenção da ultima parte da ordem régia fosse desafogar o erario real, no entretanto a incidencia desses novos impostos redundava em cerceamento á cobiça do grande agricultor. Não pára ahi a legislação portugueza para a Colonia do Açucar, o grande ou o maior emporio mundial do precioso genero.

Em 1740, no Regimento dos Governadores da Capitania de Pernambuco, encontramos a mesma politica economica, do desejo de que a grande propriedade seja dividida, ordenando el-rei aos Governadores que "aos que não cultivarem na fórma da Ordenação e Regimento das Sesmarias, mandareis proceder contra elles, como se dispõe na mesma Ordenação e Regimento, e tambem procurareis que se não dê mais terras de Sesmarias, que aquellas que cada um puder cultivar". E de facto as grandes concessões vão pouco a pouco diminuindo, de fórma que encontramos, em Pernambuco, por exemplo, doações razoaveis como as de Apuá, Eixo, Petribú e Engenho Novo, na ribeira de Páo d'Alho, concedidos a Francisco Cavalcanti de Albuquerque, capitão-commandante, em 12 de setembro de 1812, tendo cada engenho 6 kilometros em cada linha divisoria.

Velha "casa grande" de engenho em Pernambuco. E' anterior ao dominio hollandez

A sesmaria da Cachoeira Furada, na Freguezia de Serinhaem, concedida a Manoel Rodrigues de Aguiar, em 19 de fevereiro de 1818, começava na fóz do iacho Cachoeira Furada, no rio Serinhaem, com uma legoa de comprimento.

A sesmaria de Prato Grande, á margem do rio Pirangy, na freguezia de Agua Preta, concedida a Francisco Gonçalves da Rocha, em 18 de fevereiro de 1824, portanto já no periodo de nossa emancipação politica, tinha uma legoa de terra.

Em 15 de julho de 1825, o capitão Sebastião Paes de Barreto Cavalcanti, consegue uma sesmaria de legoa e meia de plantar e criar ,tendo as suas terras devidamente demarcadas. Os numeros fantasticos das legoas diminuiram, tanto na região littoranea, como no hinterland, como occorreu com os engenhos, Anuá e Petribú, distantes cerca de sessenta kilometros da costa e a sesmaria de Cotunguba quasi á mesma distancia.

Caminhamos até essa data, do regime latifundiario, pelo excesso de terras devolutas e escassez de colonizadores, para um regime de média propriedade, em que o engenho vae num maximo até legoa e meia ou duas legoas, nas zonas nitidamente humidas, portanto civilizadas; nas regiões de transportes mais faceis, portanto povoadas. A propria grande propriedade das doações originarias, foi se desagregando, pela repartição entre herdeiros. Muitas vezes, o grande proprietario rural fundava dentro dos seus dominios varios banguês, doava-os em vida, aos seus filhos. Não havendo entre nós a herança morganatica, senão em poucos casos — como a do morgado do Cabo, a de Jurissaca, instituidos por João Paes Barreto, a de Santo Amaro por Francisco de Rego Barros e a de São Sebastião instituido por Christovam de Rego Barros e pouco mais, todos porém extinctos pelo governo imperial em 1831, — caminhamos sempre para o fraccionamento da grande propriedade rural. Nem se poderia conceber que nossa evolução social tendesse para outra orientação, desde que o intercambio social e economico requeria approximação. E o latifundio era a separação, era o deserto. Dahi a contraste de uma terra despovoada, com a densidade de população nos engenhos banguês, verdadeiras villas. Dahi a sensação terrivel do isolamento e insignificancia do homem, ante um ambiente de segregação. A média e a pequena propriedade encurtaram a distancia entre as casas grandes. E assim mesmo Tollenare em 1816, viajando de Recife para o engenho Salgado, caminhanda 15 legoas, apenas encontrou um povoado, tres engenhos, uma distillação e algumas miseraveis cabanas de taipa ou folhagem. E já nessa epoca, de que nos separamos por 130 annos, a proporção das terras incultas para os terrenos cultivados era de 30 a 25 para 1, num raio de 20 legoas em torno da terceira cidade do Brasil (19). Assim mesmo, já nos approximavamos bastante de um tipo ideal, para a epoca, da disseminação da propriedade média e pequena.

Latifundios açucareiros

E' interessante o parallelo entre o problema da terra no Brasil açucareiro e em Cuba e demais Antilhas, tambem grandes emporios do açucar. Lá, como aqui, houve doações a legoas, sem no entretanto haver a con-

(19) — "Notas Dominicaes" — L. F. de Tollenare.

quista á palmo, do sólo doado. Depois que se iniciou verdadeiramente a colonização hespanhola nas Antilhas, as grandes propriedades surgiram, com o ciclo da pecuaria. Em Cuba, por exemplo onde toda a terra era "realenga", os Conselhos Cubanos distribuiram grandes extensões territoriaes aos criadores, formando na ilha, grandes circulos. Como no Brasil, esse latifundio orginario não foi prejudicial, já porque a terra realenga era abundante, já pela população pequena, já porque os fornecedores se destinavam á criação do gado e entre as obrigações dos beneficiados constava a entrega ao "cabildo de todo o gado necessario ao consumo, de accôrdo com as requisições do Governo da Ilha, e a preço fixado pela Camara". (20). Mas havia uma disposição estatutaria permittindo, mesmo dentro da terra doada, a criação de "estancias" com o objectivo de que sempre houvesse "abundancia de mantenimientos y labranza de pan". A pequena propriedade portanto subsistia, enquistando-se dentro da grande concessão. Porém, onde a sabedoria colonizadora, antes do apparecimento da canna de açucar, se portou com mais habilidade, foi na colonia ingleza de Barbados, pois que o assalariado branco, apezar da vida miserrima que levava, por força de contracto, no fim de quatro annos de trabalhos, recebia uma certa area de terra, tornando-se pequeno proprietario e lavrador independente. Depois de uma série de tropeços, para se firmar como colonia de açucar, Barbados, com o estimulo do capital judaico dos capitalistas e commerciantes hollandezes, expulsos de Pernambuco, entrou numa fase brusca de prosperidade. Mas diz Harlow (21) essa brusca prosperidade, vantajosa como era sob o ponto de vista economico, posteriormente provou ser a causa principal da decadencia da ilha.

Como a industria açucareira tenha necessidade, para subsistir, de mão de obra barata e de grandes extensões territoriaes, e como só é possivel braço barato em regime latifundiario, em breve a terra de Barbados caiu em mãos de poucos, e aquella colonia que logo após quinze annos de fundada, era uma das mais fortes, ricas e povoadas da Inglaterra, se tornou uma grande feitoria de açucar. E diz Ramiro Guerra y Sanchez: "Em 1685, o processo estava terminado. A partir de então, Barbados quasi não tem historia. Os descendentes dos escravos são legalmente livres, porém percebendo diarias de 25 centavos, vivem miseravelmente." (22).

Dessa voragem de decadencia, motivada pela appropriação da terra, sómente Cuba, — a principio latifundista, porém aos poucos tendo fraccionada sua grande propriedade — até os meiados do seculo XIX, escapou. E' que a industria açucareira cubana só teve real relevo no inicio do seculo XIX, vivendo sempre o engenho, em propriedades de médio tamanho. Em Cuba só houve latifundio açucareiro, quando surgiu a concorrencia entre as Centraes, já após 1870, para aquisição da materia prima — a canna de açucar.

---

(20) — "Azucar y poblacion en las Antillas" — Ramiro Guerra y Sanchez.
(21) — V. T. Harlow — "History of Barbados".
(22) — Obra citada.

A differenciação profunda entre o problema do latifundio no Brasil e nas ilhas Antilhanas está na extensão territorial e consequente densidade demografica.

Emquanto no Brasil o sertão era immenso, a selva indevassavel, os planaltos sem fim, as varzeas uberrimas e numerosas, as grotas incontaveis, os rios navegaveis até um hinterland misterioso, desconhecido, duma amplitude imprevisivel, com meridianos dia a dia empurrados, deslocados sempre para o occidente, — nas Antilhas, o aspecto geografico era differente, pois que Cuba tem uma superficie de 114.542 km2, São Domingos de 48.577 km2, Haiti 77.255 Km2, Trindade 4.822 km2 e Barbados 430 km2. Por estes numeros poderá se vêr, que muitas das sesmarias brasileiras se approximavam quasi da area total de algumas dessas ilhas das Antilhas.

Latifundio açucareiro no Brasil

Houve um tempo em que ser usineiro era ser estrategista. Sciencia que requeria conhecimento absoluto da topografia de todos os engenhos circumvizinhantes. E para impossibilitar a passagem do concorrente que iria buscar canna mais além, no ambito economico de outra usina, se processou em todas as zonas açucareiras do paiz, uma verdadeira vertigem pela posse da terra. Uma luta de subsistencia, luta de vida e de morte, contrastando com o que idealizara o Barão de Lucena, em Pernambuco — tornou o usineiro de açucar um insaciavel possuidor de engenhos.

Engenho comprado era logo tentaculado, ligado á usina pela estrada de ferro de bitola estreita ou de um metro. Significava a posse. O desmoronamento do engenho banguê e muitas vezes da casa grande. O ambiente, a fisionomia se descaracterizavam. A faina industrial se extinguia. Restava só a monotonia do verde dos cannaviaes rasgados, pelas linhas de ferro da usina. O engenho perdeu até o nome. Chamam-no roça, sitio, fazenda, capitania, secção. Foi absorvido. Integrou-se na grande propriedade. Desappareceu.

No entretanto, paira entre os estudiosos dos problemas economicos do Brasil a duvida sobre se existe o latifundio açucareiro e sobre as causas que provocaram a sua existencia.

Se se tomar em consideração um dos criterios adoptados pelo sr. Alfredo Ellis Junior (23) para demonstrar que em São Paulo quasi não ha latifundio e que o café é cultivado em pequenas propriedades, resultado esse obtido dividindo o numero total dos caféeiros no Estado, pelo numero de fazendas de café, encontrando um total de 18.250 pés de café por propriedade, chegaremos a identico resultado, em relação á canna de açucar.

---

(23) — Alfredo Ellis Junior — "A evolução da economia paulista e suas causas."

Tomando-se para base de calculo a média das safras do triennio 1934-35 a 1936-37, incluindo todos os tipos de açucar e comparando com os totaes de fabricas, encontraremos os seguintes numeros para os seis principaes productores de açucar no Brasil: (24)

Estados	Saccos	Nºs. de fabricas	Saccos por fabrica
Pernambuco	4.345.810	1.838	2.364
Alagoas	1.458.531	623	2.341
Sergipe	749.000	209	3.585
Bahia	1.170.497	1.761	664
Rio de Janeiro	2.299.017	1.748	1.315
São Paulo	2.509.193	1.342	1.869

Uma propriedade produzindo materia prima para a fabricação de um maximo — em Sergipe — de 3.585 saccos, é positivamente uma média propriedade. Computando-se a media geral das producções do triennio, com o numero total de fabricas de açucar, chegariamos então á conclusão de que a distribuição para cada propriedade, é de 1.114 saccos de açucar. Seria uma conclusão paradoxal, de que no Brasil açucareiro não ha latifundio.

A realidade porém é que elle existe. Já Tollenare, nas suas observações fidedignas em Pernambuc de 1817, após uma série de visitas do engenho Salgado e diversos outros dessa Provincia, tem a opportunidade de se referir á amplitude das propriedades ruraes informando que ellos "têm limites conhecidos e mais terras do que necessitam". (25)

E calculando esse excesso de terras, esclarece esse nosso chronista que "em uma comarca reputada muito cultivada, da Capitania de Pernambuco, a parte em cultura está para vinte e quatro; ou se se quer abstrair como não sendo baldia certa quantidade de pastagens igual ao numero de geiras cultivadas, como de um para doze". (26).

J. Lucio de Azevedo classifica de vaidade, a posse de tanta terra, que" com numerosa escravatura e clientela submissa de aggregados e rendeiros, impellia á presumpção habitual e a vida faustosa" (27). Um dos nossos grandes pensadores e economistas, Arthur Orlando, dedicando um estudo especial a Pernambuco, tem a opportunidade de esclarecer que "foi com a escravidão negra que se implantou definitivamente o regime da enxada, da monocultura e da grande propriedade. A charrua teria poupado grande numero de braços; mas para que economizar trabalho, se a mão de obra fôra reduzida a vil preço, e se a consideração social se media pela maior quantidade de escravos possuidos?" (28)

---

(24) — Dados da Secção de Estatistica do Instituto do Açucar e do Alcool.
(25) — Tollenare — Obra citada.
(26) — Tollenare — Obra citada.
(27) — J. Lucio de Azevedo — "Epocas de Portugal Economico".
(28) — Arthur Orlando — "Brasil." A terra e o Homem.

A base, pois, da riqueza particular não era a extensão territorial e sim, o numero de trabalhadores escravos. E estigmatizando o uso da enxada, apontando-a como um dos factores do latifundio, Arthur Orlando, diz textualmente que "o emprego da enxada concorreu, é verdade, para o desenvolvimento da grande propriedade, mas foi um resultado em prejuizo da separação dos dois regimes, agricola e industrial (29). Sobre esse assumpto magno da nossa organização economica, é interessante a transcripção de dois topicos de um estudo de Oliveira Vianna, que se referindo á existencia do latifundio, e principalmente do latifundio açucareiro diz que "de um modo geral, contemplando em conjuncto a nossa vasta sociedade rural, o traço mais impressionante a fixar, e que nos fere mais de prompto a retina, é a desmedida amplitude territorial dos dominios agricolas e pastoris". (30)

Não é mais para saciar a vaidade de possuir muita terra, o motivo encontrado por Oliveira Vianna, para explicar a existencia do latifundio, sim, em parte, pela propria natureza das culturas. "A lavoura da canna e a lavoura de café exigem para serem efficientes, grandes extensões de terrenos" (31). Em Pernambuco e Alagôas a situação parece mais critica porque "infelizmente, estamos com a faixa do nosso littoral, que é a espinha dorsal da economia pernambucana, entregue sem freios ao dominio da grande propriedade. São municipios inteiros, em cujos registros de immoveis encontra-se apenas meia duzia de nomes substituindo as dezenas que existiam antes do progresso industrial açucareiro". (32). Sobre a distribuição das propriedades, vem a baila, nesse capitulo de opiniões sobre o latifundio açucareiro, uma estatistica recente, publicada em Pernambuco, pela qual se deduzirá que para uma população de 1.442.100 habitantes, ha na zona da matta, 17.906 proprietarios, emquanto que na zona do Agreste — Caatinga existem 17.601 proprietarios para uma população de 966.728 habitantes e na zona do sertão, 19.256 proprietarios para uma população de 519.062 habitantes. E raciocina o autor desse estudo que a distribuição da propriedade sobre a população geral "na zona da Matta ella affirma um indice de apropriação de um numero relativamente reduzido, nas zonas Agreste — Caatinga e Sertão, ella mostra uma paridade de situação ditada pela pequena densidade da população na zona sertaneja. Haveria theoricamente uma melhor distribuição nesta ultima zona; mas ella nada adianta, provada que será o indice de empobrecimento commum, num regime de economia fechada, que quasi se affirma na totalidade dos seus municipios". (33). Mas, não é sómente em Pernambuco, ou mesmo no Nordeste, a occorrencia do latifundio açucareiro, porque "o fenomeno de Pernambuco, Alagôas, Sergipe e Campos, é o mesmo fenomeno cubano. Devido á peculiaridade da grande central açucareira, se tem marchado da pequena para a grande propriedade".

---

(29) — Arthur Orlando — Obra citada.

(30) — Oliveira Vianna — "Funcção Simplificadora do Grande Dominio Rural".

(31) — Oliveira Vianna — Obra citada.

(32) — Novaes Filho — "Rendimento Industrial e Prejuizo Social" — Em "Fronteiras" março — 1936.

(33) — Souza Barros — "Distribuição da Pequena, Média e Grande Propriedade Territorial no Estado".

"A grande concentração economica, isto é, a usina, fez desapparecer em diversas zonas a burguezia dos pequenos proprietarios ruraes" (34).

Mas, tambem, não se restringe o latifundio áquellas zonas açucareiras, pois elle existe no Brasil, onde se plante a canna de açucar. Tratando da substituição da cultura do café pela da canna de açucar em São Paulo, o sr. Alfredo Ellis Junior affirma textualmente que" a canna de açucar, porém, não foi o principal usufruidor da desgraça do café, pois que vegetal de grande propriedade, não é o que mais se aconselha para se obter da terra um rendimento maximo. Mas como ainda existem grandes propriedades em São Paulo, a canna de açucar encontra nellas o meio do seu desenvolvimento. (35).

Embora com outros aspectos, o antigo latifundio dos senhores de engenho, hoje substituido e augmentado pelos usineiros, tem do nosso maior conhecedor dos problemas sociaes da canna de açucar — Gilberto Freyre — uma apreciação justa, de que, "sem o sistema latifundiario e escravocrata, teria sido talvez impossivel a fundação de lavouras á européa nos tropicos, e o desenvolvimento, aqui, de uma civilização a que não faltariam as qualidades e as virtudes das civilizações aristocraticas, ao lado das perversões sociaes e dos defeitos economicos e politicos" (36).

Se não era possivel a subsistencia do engenho banguê sem o latifundio, a usina poderá sobreviver com o esfacelamento delle? Não estarão essas razões, mais ampliadas, dando assim razão para que viva necessariamente a grande propriedade? Admittindo a existencia do latifundio açucareiro, sabendo os maleficios sociaes que delle resultam, serenamente o presidente Getulio Vargas procura uma solução, quando ao traçar o elogio ao maior municipio açucareiro do Brasil, (37) clama que "Campos precisa voltar ao seu esplendor de outróra, ao apogeu dos ultimos tempos do Imperio. Para readquiril-o não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver tambem a policultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num producto unico melhorando ao mesmo tempo, os methodos de exploração do sólo, não sómente quanto á technica, mais ainda quanto á fórma. O cooperativismo da producção, a parceria agricola, a constituição da propriedade média, muito mais apta a realizar o equilibrio social que a grande propriedade, a industrialização crescente, são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do baixo Parahiba, capazes de produzir tudo, em excellentes condições, e dispondo do mais barato genero de transporte, que é o fluvial-maritimo".

Posto isto, indagar-se-á se o fraccionamento da grande propriedade, na zona humida do Nordeste, de Campos, de São Paulo e Minas, resultará em beneficio para o interesse geral. Se o desequilibrio da producção açucareira decorrente da

---

(34) — Assis Chateaubriand. Artigo publicado no "O Jornal" em 3|1|1936.

(35) — Alfredo Ellis Junior — "A evolução da economia paulista e suas causas".

(36) — Gilberto Freyre — "Nordeste".

(37) — Discurso pronunciado na cidade de Campos, E. do R. de Janeiro, publicado no "Jornal do Commercio", de 26-6-1936.

mudança do regime da economia cannavieira, trará o almejado equilibrio social. Se o encarecimento do custo da producçao satisfará a consumidar de açucar. Emfim, se sem um plano sistematico e bem elaborado, a simples posse da terra, resolverá a miseria que lavra entre a população rural.

Se a industria açucareira no Brasil, por uma fatalidade economica tem sua base na grande propriedade e se se quer remediar sem anniquilar, cohiba-se que essa grande propriedade cada vez mais se elasteça e, em vez de combater o latifundio açucareiro, o Estado deverá combater a monocultura cannavieira. Ella é um mal de proporções maiores que o do latifundio, se bem que só exista com a existencia da grande propriedade. A policultura que o presidente Getulio Vargas reclama para Campos, é o anniquilamento parcellado e sem disturbios do latifundio açucareiro no Brasil.

Consequencias da Monocultura

Estudando a posição geografica da canna de açucar nas zonas humidas de Pernambuco, Alagoas, Bahia e no municipio de Campos, no Estado do Rio, verificamos uma falta quasi absoluta de cultura associativa. A canna de açucar vive só. Personifica com seu orgulho de grande cultura, toda a nobreza vegetal. O algodão é lavoura do pobre. Como tambem a mandioca, o milho, a laranja, o abacaxi. O café pode tambem ser lavoura de pobre. Igualmente o cacáu, o fumo. Cada um desses productos, póde viver independente, em suas pequenas culturas. Que vale porém ao agricultor ter um pequeno partido de canna, se não póde possuir o engenho? Essa aristocratização da canna de açucar resultou num mal que periodicamente se aggrava: — a falta de generos de primeira necessidade, decorrente da monocultura.

Paradoxalmente a canna de açucar é factor de fome. O Nordeste tem zonas nitidamente differenciadas. Zona humida, zona sêca. Os campos de transição pendem mais para uma au outra, de accôrdo com mais ou menos chuva. De forma que, havendo expulsão de toda cultura de generos de alimentação das zonas humidas — zonas açucareiras — ao menor disturbio climaterico, — falta de chuvas, — toda a zona intermediaria não chovida, zona cerealifera e de farinha de mandioca, se apresenta com aspecto de sertão em tempo de canicula. Não ha nenhuma producção. Vem dahi a crise de producção de generos alimenticios Crise essa já innumeras vezes assignalada, em todas as zonas açucareiras do paiz, em diversas épocas.

Assim, encontramos em abril de 1640, o principe Mauricio de Nassau obrigando a "todos os senhores de engenho e lavradores de canna de qualquer qualidade e nação que fossem, plantassem no mez de agosto e setembro por cada negro e negra de trabalho 250 covas de mandioca e outras tantas no mez de janeiro seguinte, e outros moradores de qualquer nação que fossem plantassem por cada negro e negra de trabalho que tivessem, 500 covas de mandiaca em cada um dos ditos tempos". (38)

---

(38) — Revista do Instituto Archeologico e Geografico de Pernambuco.

Nassau queria impedir a repetição do flagelo da fome que occorrera no anno anterior, por absoluta falta de generos de alimentação. Em novembro de 1702, em carta ao governador, os officiaes da Camara do Rio de Janeiro, alludem ao prejuizo que resulta da applicação da lei sobre a plantação da mandioca. Explicam as differenças existentes nas condições de trabalho e de vida, entre o Rio de Janeiro e Bahia, e a iniquidade da mesma lei, applicada para meios desiguaes. Porque "todo o fundamento que S. M. teve para mandar expedir o dito alvará, foi como delle consta, a supplica que da Bahia se lhe fez sobre a falta ao sustento commum, que padeceu aquella cidade por lhe irem as farinhas de mar em fóra sujeitas ao tempo e ao inimigo, e por qualquer accidente destes ficar exposta a padecer a falta que continuamente padecia, razão que mostraram ser conveniente plantar-se no reconcavo daquella cidade, livre por ser do interior e seguro de semelhantes perigos". E criticam a lei que tambem veda o plantio de canna aos lavradores que possuissem menos de 6 peças de escravos, ficando obrigados então ao plantio exclusivo de mandioca.

Na mesma carta explicam ser notorio "que nos tempos presentes (por razão do exhorbitante preço em que hoje se compram os escravos) são poucos os lavradores de cannas, que possam ter no beneficio dellas 6 peças quanto mais passar dellas: já se vê que sendo constrangidos pela lei a largar os cannaviaes todos os que ella compreende para se applicarem a plantar mandiocas, ficarão os engenhos desertos e desnecessarios sem terem açucares que fabricar e por isso irreparavelmente se acabarão de todo, porque todos elles (como tambem é notorio) se compõem de semelhantes lavradores com poucos escravos, poucas posses e todos faltos de cabedaes".

E traçando o panorama da monocultura cannavieira, querendo seu imperio absoluto, já então diziam os officiaes da Camara: "he o açucar, não sómente o fundamento em que se estriba a grandeza desta Republica, mas a unica couza que só a sustenta e tem mão". E finalizando, abordando as condições de trabalho dos lavradores e a dependencia dos mesmos ao senhor do engenho, esclarecem que "são as terras proprias dos engenhos e os senhores dellas lhas dão com o encargo de lhe plantarem cannas para as moerem nos ditos engenhos: mas tambem lhes permittem, a planta de mandioca só necessaria a sustentar as suas familias" (39).

Essa grita dos lavradores ante a imposição da Metropole attesta o grão de deficiencia de plantio de generos alimenticios no Nordeste açucareiro. Attendendo ao estado de penuria que dava motivo "ao clamor geral de todos os Povos com a falta dos generos comestiveis", em 1719, el-rei tomou serias providencias a respeito da exportação dos poucos generos obtidos na Capitania de Pernambuco e legislou sobre a re-exportação dos artigos destinados á alimentação, importados do Reino. Em 1724 novamente interfere o governo metropolitano para cohibir a exportação de farinha da terra, porque sua exportação redundaria em grande carencia. Em 1740, ordena o rei de Portugal ao governador e capitão general da Ca-

---

(39) — Annaes da Bibliotheca do Rio de Janeiro — Volume XXXIX, 1917.

pitonia de Pernambuco que "nam havendo falta de farinha, nessa Capitania, façaes que os navios que della navegarem para os portos da Reyno de Angolo, levem o farinha necessaria para o numero de escravos das suas arquiações e viagens". Percebe-se o intuito evidente da administração publica, ora em forçar o senhor de engenho a abandonar a monocultura, ora em amparar com o controle commercial os consumidores da colonia, contra a carencia dos generos de primeira necessidade. O senhor de engenho possuia inquestionavelmente em seus dominios, quasi sempre, o sufficiente para se alimentar e supprir as necessidades da escravaria. Mas o lavrador, o trabalhador livre, o operario e os demais habitantes da colonia, soffriam com a irregularidade das producções dos generos alimenticios e ficavam á mercê das importações

A provisão de 28 de abril de 1767, obrigava a todo lavrador do Reconcavo da Bahia, a plantar quinhentas covas de mandioca para cada escravo de serviço que empregasse, e aos negociantes de escravatura a cultivar quanto baste para o gasto dos seus navios. Na Bahia essa Provisão deu motivos a grandes queixas entre os senhores de engenho. Através dum dos documentos mais interessantes dos principios do século passado, poder-se-á perceber, não só o revolta, porém a indignação desse controle da economia, forçando o agricultor a plantar o que não desejo.

Porque elle só tenciona plantar a canna de açucar. Em parte logica essa tendencia, pois era o producto mais valorizado, mais rendoso, de mais prompta saida. Não houvesse essa constante pressão para o plantio de mandioca, a fome teria tido repetições mais amendadas.

O documento que retrata esse periodo, é o depoimento do desembargador João Rodrigues de Britto, deputado das Côrtes (40). Eis um trecho desse depoimento, quando allude á obrigatoriedade do plantio de mandioca: "Não duvidamos da pureza das intenções, como porém ello não basta para se alcançar o bem publico, este ultimo objecto não se preencheu, e de facto aquellas Leis directamente contrarias o Commercio das farinhas, prejudica igualmente á lavoura da canna, e á das farinhas, sem proveito do commercio da escravatura. A' da canna, porque obriga o lavrador a occupar com a mesquinha plantação de mandioca, que se dá em toda a qualidade de terra, os raros e preciosos torrões de massapê, aos quaes a naturezo dêo o previlegio de produzirem muito bom açucar, e outros generos de grande valor; vindo por este modo a perder huma parte do rendimento de suas terras, que se fossem occupadas com as ricas plantas para que são proprias, lhe darião huma renda mais considerevel, a qual o poria em estado de prover-se de todas as farinhas necessarias, ficando-lhe ainda hum sobejo de producto, que poderia empregar em augmento da mesma lavoura".

Por esse simples trecho duma opinião sincera, se percebe o exclusivismo da canna de açucar que queria sómente para si aquelles torrões de massapé tão privilegiado pela Natureza, e que deu ensejo a Gilberto Freyre de retratal-o na

---

(40) — **João Rodrigues de Britto — "Cartas Economico-Politicas sobre a Agricultura e Commercio da Bahia".**

sua intimidade, em todos os seus aspectos. Mas aquelles torrões de massapé que praduziam tão bom açucar e que parecia pelo depoimento daquelle eminente bahiano tão circumscripto, se estende num lençol de "terra gorda" por todo o Nordeste. E "ha quatro seculos que o massapé do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de canna, as pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raizes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos tropicos pela civilização agraria dos portuguezes". (41) O massapé só queria engulir pontas de canna e não maniva de mandioca e por isto Pernambuco soffreu nos primeiros annos de XIX seculo cinco annos de fome. Tal a calamidade, que a despeito de todas as prohibições de exportação da farinha da Bahia, essa Capitania exportou "toda quanta foi precisa para que não morressem os seus habitantes á fome e á necessidade". E o senhor de engenho da Ponta Maio, na Bahia, em 1807, assim continuava sua interessante correspondencia: — "Sustento para cima de duzentos e cincoenta pessôas: custa-me semanariamente o seu sustento, segundo os preços actuaes da farinha, de trinta e seis a quarenta mil réis; e não planto hum só pé de Mandioca, para não cahir no absurdo de renunciar a melhor cultura do Paiz pela peior que nella ha e para não obstar a huma por outra cultura, e complicar trabalhos de natureza differente; e sempre que desembalso o necessario para o pão de minha familia, quando elle está caro, assento em emprestar o excedente do seu preço ordinario a quem o trabalha; e ainda me não succedeo deixar de receber com usura semelhante avanços". (42)

O sentido monocultor da canna de açucar, sua aristocratização, sua nobreza, não permittiam o trato com qualquer outra cultura, principalmente sendo essa cultura de origem plebeia, de origem indigena. A canna de açucar teve o seu dominio absoluto, não permittindo nem siquer a proximidade da matta. A matta era um entrave á sua ansia de gozar terra virgem, terra nova, terra fertil. E fez o deserto, apesar da sabedoria da lei constante do Regimento á Relação da Cidade de S. Salvador, em 1609, que ordenava aos Governadores que tivessem o maximo cuidado em prever sobre as lenhas e madeiras" que se não cortem, nem queimem para fazer roças, ou para outras cousas, em partes que se possão escusar; por quanto sou informado que em algumas Capitanias do dito estado havia muita falta da dita lenha, e madeiras, e pelo tempo em diante haveria muito maior, o que será causa de não poderem fazer mais engenhos, e de os que agora ha deixarem de moer".

Em 1789, o Governador d. Thomaz José de Mello prohibe o córte de madeiras que servissem para a construcção de tragatas de vinte peças e náos de ultima grandeza, nas comarcas de Recife, Parahiba e Alagôas. Em edital de 26 de janeiro de 1791, ainda o mesma Governador ordenou que ficassem reservadas ao serviço real, as mattas que ficam do riacho Pirangí-grande, para os córtes de amarello; e para os de sucupira, todas as mattas de Una, quer da parte Sul

---

(41) — Gilberto Freyre — "Nordeste".

(42) — Carta de M. F. C., senhor de Engenho da Ponta Maio, aos srs. do Senado da Camara da Bahia.

como do Norte, até Rio Formoso e de sertão a dentro, em toda extensão. E para attender ás necessidades dos particulares localizou a zona de extracção de madeiras — o amarello — nessa região, nas mattas situadas para a parte do mar, de um lado e outro do rio Una, principalmente do riacho Pirangí-grande, e Catuama abaixo, para o mar. A sucupira podia ser retirada, em todas as mattas de Serinhaem.

Em 1796, baixa uma ordem regio determinando a creação de uma magistratura com o cargo de Juiz Conservador das Mattas.

Em carta de 1797, el-rei mandou demarcar e levantor uma planta de todas as mattas existentes em Pernambuco, declarando-as de propriedade da corôa. inclusive os arvoredos, e como compensação aos particulares prejudicados pela medida, mandou que se lhes dessem terra devolutas situadas no interior do paiz. Apesar disso, o machado impiedosamente foi abatendo o páo-brasil, a sucupira, o angico, o amarello, as mattas, os capoeirões, as capoeiras, os arvoredos, tudo reduzindo a cinzas, nas fornalhas dos engenhos, nas fornalhas das usinas. Onde a terra ficou desnuda, na zona da mattu do Nordeste, a paizagem tomou o colorido verde da canna de açucar. E ella fez no Nordeste, a saharização de hoje. E o Nordeste — principalmente Pernambuco e Alagôas — continuou com falta de generos alimenticios, falta que se pronuncia quando qualquer anormalidade climatica diminue ou annulla a producção de farinha de mandioca e de cereaes, na zona de transição da Matta para o Sertão. Agora mesmo, em 1936, quando um decrescimo de chuvas e sua má distribuição, caem sobre Pernombuco, a mportação da farinha de mandioca e de cereaes e leguminosas alimenticias, assume proporções excepcionaes.

Assim, no periodo de 1930 a 1936, Pernambuco importou 15.460 toneladas de farinha de mandioca, no valor de 7.376:191$000. E esse quadro mais se aggrava quando se verifica que o augmento das importações em 1936, em relação ao total do sexennio anterior, foi de 245,2 % no peso e 224,5 % no valor. Quanto aos productos essenciaes á alimentação, Pernambuco nos dois annos, 1935 e 1936, importou:

	1935	1936
Arroz	3.688:000$000	3.876:000$000
Farinha de mandioca	5:000$000	5.639:000$000
Farinha de trigo	.34.288:000$000	53.698:000$000
Feijão	1.323:000$000	3.997:000$000
Batatas	750:011$000	1.284:755$000
	40.054:011000	68.494:755$000

O proprio augmento das importações de farinha de trigo foi occasionado pela falta accentuada de farinha de mandioca. Quer dizer que o pão substituiu em parte a farinha, na alimentação das classes desfavorecidas, aggravando o seu cuseo de vida. Não havendo praticamente plantio de mandioca e cereaes e demais vegetaes destinados á alimentação, na unica zono humida de Pernambuco, isto é, a zona soberanamente cannavieira, o disturbio climatico occasionou uma grave desorganização no Estado.

Repete-se ainda hoje, o que o coronel Maller, consul geral da França em Pernambuco, dizia nos principios do seculo XIX: "o pão para os ricos e a mandioca para a classe indigente vinham de fóra e compravam-se por preços muito elevados". De facto, tal a situação que atravessa Pernambuco, que "o preço da farinha de mandioca attingiu e vem excedendo até o preço da farinha de trigo proveniente de paizes os mais distantes. Assim é que o preço da farinha de trigo nos portos nacionaes foi em 1936, de 963 réis, emquanto que o preço da farinha de mandioca em Pernambuco pelos dados da Directoria de Estatistica Estadual, variou de rs.... $980 a 1$330". (43)

Entre as causas da carencia de productos alimenticios, em primeira linha, pode se incluir a monocultura da Zona da Matta, onde só se planta canna e só se vive de canna. Dahi, as fomes periodicas.

O trabalhador Escravo

O latifundio e a monocultura necessariamente teriam que influir no regime do trabalho rural. Em 1888, o grande problema do braço chegara ao seu epilogo. E' de justiça resaltar que se o açucar fez o Brasil, era o negro quem fazia o açucar.

Elle é que plantava a canna nas ladeiras de barro vermelho do norte de Pernambuco ou nas suas varzeas do Capibaribe, do Cabo e Serinhaem, nos ferteis valles ao Coruripe e de Camaragibe, em Alagôas, no reconcavo uberrimo de Santo Amaro, na Bahia, nas terras planas de Campos dos Goitacazes, nas terras pretas de São Paulo; ao Norte, ao Centro, ao Sul, no litoral civilizado ou nas brocas dos capoeirões, nos "certões" do Brasil.

O indio, um inadaptado ao trabalho methodico, fracassou completamente como operario rural, na servidão a que era reduzido pelo europeu, apesar da obstinada resistencia opposta pelos Jesuitas. O padre Antonio Vieira investigando as possiveis causas do atrazo do Maranhão, deu como razão o facto de "ser feito todo o serviço dos moradores daquelle Estado com indios naturaes da terra, os quaes por sua natural fraqueza e pelo ocio, descanso e liberdade em que se criam, não são capazes de aturar muito tempo o trabalho em que os portuguezes os fazem servir, principalmente os das cannas, engenhos e tabocas, sendo muitos os que por esta causa continuamente estão morrendo". E como a base da economia de então não se fundava no valor da terra e sim no numero de escravos e nos lucros da agricultura e da industria, e dada a impossibilidade absoluta de progresso sem o trabalho escravo, diz-nos ainda o padre Antonio Vieira, que os colonizadores "com este desengano se resolveram a fabricar suas fazendas com escravos mandados vir de Angola, que é gente por sua natureza serviçal, dura e capaz de todo o trabalho, e que o atura, e vive por muitos annos, se a fome ou o máo tratamento os não acaba. Nem no Estado do Maranhão que é do mesmo Brasil, haverá remedio permanente de vida emquanto não entrarem na maior força do serviço escravos de Angóla".

---

(43) — **Discurso do ex-deputado federal pernambucano, João Cleofas, proferido na Camara, no dia 9 de setembro, e publicado no "Diario do Poder Legislativo", em 10|9|1937.**

Tomou grande impulso o trafico de negros tanto para o Brasil como para todas as colonias inglezas e hespanholas. O trafico a principio era feito por particulares que se obrigavam por meio de um "assento" (contrato) a entregar determinado numero de "peças" em suas viagens de Africa para a America. O primeira contrata de immigração parece ter sido assignado em 1586, por Salvador Correia de Sá, cabendo a primazia da introducção do elemento servil negro no Brasil, a Martim Affonso de Souza. Já em 1549, D. João III com o fito de animar a fundação de engenhos, permittira a cada senhor de engenho a importação de 120 escravos, com pagamento reduzido de impostos.

Verificado que só com a importação do negro seria possivel a grande producção açucareira, com suas multiplas actividades agricolas, pastoris e industriaes, que sómente com o negro, o europeu conseguiria dominar um ambiente tão hostil, uma natureza tão pujante e que só com o negro viveria o europeu a vida de fausto que lhe dava o açucar nos seculos XVI e XVIII, o negra foi tisnando mais e mais a paizagem brasileira. Importados aos magotes, em lotes, em massa, no seculo XVIII, vinham cada vez mois affluindo aos engenhos banguês e aos sertões auriferos de Minas Geraes. Rezam as estatisticas que de 1758 a 1803 foram importados pelo Brasil, 649.000 negros, correspondendo a uma media annual de 14.750 negros. De 1803 a 1807, uma média annual de 17 mil negros importados. De 1807 a 1819 uma media annual de 56.666 negros. De 1819 o 1847, importou o Brasil 1.122 mil cravos, dando uma media annual de 40.071 negros. Finalmente de 1847 a 1852, a media annual de importação do trabalhador escravo foi de 34.431 negros. Em menos de um seculo, o Brasil importau da Africa, 2.716.519 negros, representando uma média annual de 28.206 escravos.

Não fôra essa grande massa de trabalhador africano, e jámais o Brasil teria sido o emporio mundial do açucar. Era, pois, esse mercado humano, considerado uma necessidade vital para a colonia de producção. Aliás nesse ponto coincidia perfeitamente a mentalidade brasileira de então, com a reinante em Barbados — colonia ingleza. Diz-nos Harlow que "o cultivo das grandes plantações requeria o uso da mão de obra barata em grande escala, e immediatamente os senhores de engenho puderam comprovar que com o dinheiro gasto com os serviços de um trabalhadar branco por dez annos, podiam comprar um escravo por toda vida". Lá, como entre nós, com a abolição do trafico e da escravatura feitas immediatamente ou por etapas, escapou totalmente á percepção, que o problema do braço escravo não era um problema racial, porém social e ainda mais economico. Em nenhuma parte onde se cultiva a canna de açucar e onde houve ou existe o latifundio açucareiro, se realizou a redempção do homem de côr, preso por circumstancias de ordem geografica e economica, á mesma gleba, á mesma terra.

O dilemma com a abolição se apresentou: ou ficar na mesma terra recebendo soldos baratos para assim attender ás exigencias da canna de açucar ou emigrar. Emigrar, significou perambular por terras estranhas nessa ansia incontida de haurir liberdade na miseria. Ficar, significou continuidade do estado de semi-servidão. A indecisão de ser tomado um dos caminhos do dilemma, a emigração ou a continuidade na mansa rotina diaria de serviço, acarretou uma violenta desorganização no trabalho agricola e industrial, principalmente nos engenhos de açucar, onde o nivel da fortuna se media pelo numero de escravos.

Quando se processou a emancipação dos escravos, o valor delles era de 500 mil contos, não entrando em consideração os trabalhadores alforriados, em face das leis anteriores, ou alforriados pelos proprietarios, sob o imperio dos factos que se succediam.

Mercadoria - Valor

Se a base da riqueza rural se media pelo valor da escravaria, o senhor de engenho e o fazendeiro tratavam o negro escravo como mercadoria de real valor. Dahi o cuidado em sua alimentação. Sempre alimentado com generos de alto valor nutritivo, como feijão e milho. Sempre com horas de descanso. Differentemente occorria na America do Norte onde uma Commissão de Inquerito, nomeada pelo Congresso, em 1830, informava que annualmente havia um excesso de 2 1|2 % de obitos sobre os nascimentos E as causas apontadas desse desequilibrio eram o excesso de trabalho diurno e noturno, e a má alimentação.

No Brasil, informava um fazendeiro da provincia do Rio de Janeiro, a alimentação do escravo constava de feijão, farinha de mandioca, bananas, aboboras, algum toucinho e carne secca. Além disso os trabalhadores mais economicos e deligentes tinham uma alimentação melhorada, graças aos seus esforços como pequeno agricultor.

E um fazendeiro fluminense (44) tratando da alimentação do trabalhador escravo conclue que o negro no Brasil era melhor alimentado que o trabalhador portuguez que, segundo Rebello e Silva (45), era alimentado com "as grandes quantidades de sustento vegetal" como feijão, favas, chicoreas, grãos de bico e ervilhas, "afim de obterem a porção de substancias azotadas essenciaes á vida, attenuava-lhes o vigor e o crescimento. Hortaliças, um pouco de arroz, castanhas e escassas rações de peixe constituem com os legumes a base da sustentação rural entre nós. A carne de vacca, de carneiro, de chibato e de porco só por excepção entra ella em alguns dias festivos.

O povo vive e trabalha, mas seria mais exacto dizer que em bastantes partes vegeta, debil para os esforços fisicos e com pouca energia para dar á industria e á agricultura o impulso de que ambas carece".

Emquanto em Portugal o trabalhador livre sómente nos dias de festa tinha, por excepção, carne em sua alimentação, no Brasil "são communs as fazendas em que o escravo recebe uma ração de carne na razão de 150 libras por cabeça durante o anno". (46)

E o calculo de farinha por negro, era de uma libra, por dia Afóra toda a variedade de alimentação descripta pelo productor fluminense, cada escravo recebia por anno, duas roupas.

Havia o cuidado muito razoavel, entre os senhores de engenho, de valorizar o negro, o verdadeiro valor da antiga economia açucareira, pois então "os engenhos do Norte eram pela maior parte pobres explorações industriaes, existiam apenas

(44) — João José Carneiro da Silva — "Estudos Agricolas", 1875.
(45) — Rebello e Silva — "Economia Rural" — Citado por João José Carneiro da Silva.
(46) — João José Carneiro da Silva. Obra citada.

para a conservação do estado do senhor, cuja importancia e posição avaliava-se pelo numero de seus escravos". (47)

Poucos annos após, a situação do senhor de engenho se torna desanimadora e contristadora.

Decadencia do Senhor de Engenho

A passagem dum regime economico em que o negro era o sustentaculo, para o do trabalho livre, encontrou sómente poucos productores aparelhados para essa transicção. Se alguns productores de café conseguiram, com a immigração de portuguezes, italianos e allemães, ficar incolumes á crise de desorganização, os productores de açucar, pela propria situação geografica dos engenhos banguês, concentrados a maior parte no Nordeste, ficaram completamente desorganizados com a crise da abolição. O exodo rural após 1888 foi intenso, canalizando-se os antigos escravos para as cidades ou para os cafésaes do Sul, onde os salarios eram mais elevados.

Dahi aggravar-se a crise do Norte. O açucar perdera totalmente a sua collocação nos mercados mundiaes e os productores tiveram que condicionar a producção, ás necessidades do consumo interno. Com a falta de braço, não foi possivel compensar esse desequilibrio, com a cultura de novos productos, como, tabaco, cacáu e café.

A decadencia do senhor de engenho se processou acceleradamente. E um viajante estrangeiro (48), observando com muita fidelidade a transformação que se processava na sociedade agraria brasileira informa que "os grandes fazendeiros de canna, proprietarios de centenas de escravos, os chamados barões-fazendeiros, outr'ora cercados de uma aureola de força e de riqueza, perderam-se completamente, sem que della ficasse o menor vestigio.

A classe menos abastada de fazendeiros que se deram bem á sombra desses grandes do reino, desapparecem por sua vez. Estes tornavam-se, na maior parte, lavradores modestos, cultivando com muito pouca gente um pedaço de terra, sem levantarem a menor pretenção ás prerogativas que, em seu tempo, todo fazendeiro, possuia em alto gráo". Traça em seguida o garbo do senhor de engenho, na época aurea do seu poder que as contingencias dissiparam, tirando-lhe toda a hierarchia, que era obtida pela propria hierarchia da terra: — terra de barro vermelho, terra preta humosa, massapé, onde a canna vegetava, dando riqueza, luxo, baixellas principescas e exercitos de criados. E o senhor de engenho "quando passava pela cidade mais proxima, o chapéo de Chile de abas largas na cabeça, de botas de montar fortes e altas, fazendo barulho com as pesadas espóras de prata e brandindo o rijo chicote, era por todos cumprimentado.

Todos punham-se ao seu dispôr, porque elle era a fonte de riqueza, que espalhava os seus raios dourados por todos os lados. Recebia essa homenagem com um orgulho de caipira, como se lhe fossem devidas e naturaes. Sentia-se forte e era, nas suas extensas propriedades, senhor absoluto; quem chegava ás imme-

(47) — Joaquim Nabuco — "Minha Formação".
(48) — Mauricio Lamberg — "O Brasil".

diações das suas fazendas dependia delle. Na época da colheita, corria-lhe ouro em abundancia sob a farma de açucar. Era, com effeita, para elle que centenas de escravos trabalhavam com o suor do seu rosto, e esse suor transforma-se-lhe em ouro".

Através de mais de tres seculos de poder absoluto, elle, o senhor de engenho, que venceu os donatarios, os governadores, os vice-reis, os bispos e os jesuitas, que fundou uma civilização, que creou uma fisionomia e um clima no Nordeste, que se ennobreceu, que plasmou uma sociedade em que entrava como elemento eugenico de alto valor, que semeou pela miscigenação desbragada uma melhoria do tipo ethnico pelo hinterland brasileiro, elle, que foi factor do progresso, que trabalhou, que fez trabalhar, que organizou o trabalho, a economia, chega ao occaso do imperia, ao seu proprio occaso. E esse crepusculo se observa, ainda pelo documento de Mauricio Lamberg: "agora, quando o fazendeiro chega á cidade, ninguem se occupa com elle; pelo contrario, as negociantes, com os quaes entra em negocios, chegam a tratal-o com certa desconfiança. Alguns olham para elle com desdem, que procuram disfarçar. Os Bancos e os capitalistas são-lhe mais inaccessiveis do que ao mais infimo negociante". E apontava o observador itinerante, que tres são as causas da repentina mudança:

"1ª — A agricultura irracional, a mania do desperdicio e a politica, isto é, a compra de votos para as eleições;

2ª — A baixa dos preços do algodão e do açucar, — a primeiro por causa da terminação da guerra de secessão da America do Norte, o segundo pelo grande desenvolvimento da industria açucareira na Europa;

3ª — A emancipação dos escravos".

Essa decadencia tinha o sentido de tragedia, porque representava o anniquilamento de um ciclo de esplendores, com o açucar bruto, sêca ou melado, em que o engenho de bêsta ou a vapor, era o expoente da industrialização do interior brasileiro. Engenho das entrosas, das almanjarras, das rodas dagua, dos engenhos copeiros e meeiros, da machinasinha a vapor, de poucos cavallos; com suas tachas abertas impregnando o ar com o cheiro de melado; com a casa de purgar, onde, pingo a pingo, se enchia o tanque com a materia prima para a bebida do negro — a aguardente; sêcador de açucar, ao sol, cheirando a mel, vida activa, vida facil; de repente, a scenario se transmuda, desapparecendo a faina industrial, e muitas vezes, o senhor de engenho, o engenho, a roda dagua, as tachas abertas, a bagaceira, o cheiro de mel queimado, a fumaça preta dos boeiros de 10 metros; a casa grande de terraço amplo, a senzala, a igrejinha, onde o melão de S. Caetano e a tiririca implantam o seu dominio sobre as coisas abandonadas.

E' um novo ciclo que se inicia, é a Usina que apparece. E da voragem da desorganização, as primeiras usinas de Pernambuco cam os seus fornecedores, são os que menos soffrem, cam a emancipação do trabalhador rural.

Trabalhador Livre

Com a decadencia do senhor de engenho uma outra classe — a do trabalhador rural — ingressava num estado de maiar decadencia ainda. A abolição modificou a situação social do trabalhador escravo, mas a escravização economica do homem continuou. A literatura dos congressos açucareiros sempre allude á miserabilidade dos homens do campo, porém inocuamente

"Senhor de engenho" de Pernambuco (Foto de Mauricio Lamberg - Seculo XIX)

Moenda de um engenho banguê

literariamente. Uma das conclusões da Conferencia Açucareira de Recife em 1905, reza, que "os patrões devem ter particular cuidado em que seus operarios tenham excellentes condições de conforto — se trate da alimentação, do vestuario, ou do domicilio, no interesse de ter á seu serviço a machina humana melhor apparelhada para a funcção" (49). Mas não era sómente na zona monocultora de Pernambuco, que a penuria dos salarios ruraes reduzia um dos sustentaculos da industria açucareira do Brasil á miseria. O salario baixo era uma contingencia da grande cultura. Um outro testemunho official da situação confirma que "os nossos operarios agricolas infelizmente vivem quasi que em estado primitivo, sem aspiração, sem commodidade, limitando-se ao pequeno salario, impossivel de satisfazer as vitaes necessidades proprias e de sua familia, por isso mesmo, elles tornão-se máos auxiliares da lavoura, e cogitão de meios de enganar o patrão ou de morar nas terras publicas devolutas, onde passam uma vida errante, caçando, pescando, bebendo e emfim — entregão-se á ociosidade. Por outro lado os proprietarios em grande maioria tornam-se indifferentes á sorte de nossos trabalhadores, que tudo fazem machinalmente, ruim e sob o jugo do mando." (50) Os salarios pouco haviam melhorado em comparação com o dos ultimos annos do seculo XIX. No Estado do Rio nessa época, os salarios ruraes iam até 800 réis e raramente a 1$000. Em Pernambuco, os salarios eram de 400 a 480 réis e raramente 600 réis. (51) Os preços de açucar de usina, então, oscilavam no Rio de Janeiro, de 1$800 a 2$414 a arroba. Tambem nessa época os preços de 1 kilo de açucar mascavado bruto era de 120 réis, 1 côco, 60 réis, 1 kilo de farinha de mandioca, 35 réis, 1 litro de fava, 100 réis; 1 litro de feijão 250 réis, 1 litro de milho custava 58 réis e finalmente 1 litro de aguardente de mel, 60 réis. (52)

De então até hoje, os preços de açucar sobem; após, vem o ciclo de crise, para um posterior resurgimento. As pequenas usinas de capacidade de 200 a 300 toneladas diarias foram sendo substituidas por usinas maiores, cada vez mais perfeitas, attingindo grande perfeição technica. Surgem as Centraes dominando sobranceiramente propriedades immensas. A racionalização dá elementos de resistencia ás crises que attingiram a industria açucareira. E apesar de toda bôa vontade dos Congressos Agricolas fazendo inscrever em suas conclusões a resolução de ser melhorada a sorte dos trabalhadores, jámais foi cogitação governamental fazer integrar toda essa massa operaria numa situação mais adequada á sua condição humana. O productor, esse, ora attingido pela desvalorização dos preços desvalorizava o salario rural, ora com saldos elevados, melhorava suas fabricas, ampliava seus latifundios e esquecia lamentavelmente a machina humana que deveria ser "melhor apparelhada para a funcção". No decennio de 1914 a 1923, o augmento annual do custo de vida foi em Pernambuco de 10,19% e emquanto o augmento annual de salarios quasi paralellamente se eleva no Estado do Rio e na Bahia, em Pernambuco se rebaixavam em 71,7%. Essa disparidade tem que ter um motivo real e profundo que escapando á analise rapida, vá se entroncar na fatalidade economica e geografica que localizando no Nordéste a canna de açucar, impoz como medida de exito, a propria desgraça do ho-

---

(49) — 6ª Conclusão do Capitulo VII, da 4ª Commissão da 2ª Conferencia Açucareira de Recife.

(50 — A Sociedade de Agricultura de Alagôas perante a Conferencia Açucareira de Recife — 1905.

(51) — Gileno Dé Carli — "O açucar na formação economica do Brasil".

(52) — Pauta dos preços da Recebedoria do Estado de Alagôas. Revista Agricola, 1901.

mem, o qual sendo legalmente livre, vive entretanto miseravelmente. (53) Chegamos assim, hoje em dia, com o problema do salario mais aggravado. E como consequencia desse nivel baixo do valor do trabalho, a subnutrição das massas ruraes é uma affronta aos fóros de civilização, da civilização agraria açucareira. Civilização que foi innegavelmente no tempo, um dos paradigmas de civilização americana. Porem muito distanciada, mesmo hoje, da comparação das duas civilizações occidentaes: — da Europa e da America. Se "a Europa desperdiça os homens e economiza as cousas e a America gasta as cousas e economiza os homens" (54) na civilização americana do açucar, o homem é annullado, se perde. Não porque haja perdido aquelle motivo de vangloria do francez de produzir com personalidade, (55) não, que com a technica moderna de producção desappareça completamente "uma certa concepção de homem, associado no pensamento á propria idéa de civilização" (56) mas por se tornar um automato mal pago, mal nutrido, insatisfeito, trabalhando deficientemente, recalcadamente irado, pela contingencia do seu proprio viver. Como indice da subnutrição do homem que trabalha nos campos de canna de açucar, basta citar que em 1849, em Pernambuco " o jornal medio de um homem é 640 réis; o homem socialmente considerado é a reunião de tres pessoas, marido, mulher e filho; e o primeiro é quem supporta o maximo de trabalho, o trabalho de permuta que a todos vae supprir. Supponho que cada um coma uma libra de carne por dia, não passando esta de dez patacas a arroba, em carne gastará 300 réis; se ajuntarmos 80 réis de farinha, e 20 reis de lenha, teremos que o homem gasta em comida 400 reis por dia. (57) Não houve nenhuma melhoria no gasto "per capita" do trabalhador da zona açucareira do Nordeste. E hoje como naquelle tempo "a carne sêca, o peixe sêco e salgado e a mais das vezes arruinado, a farinha sem gomma, a má comida, a má dormida, a má casa, a fazenda arruinada, são os productos que consomem o pobre; além da diminuição que é obrigado a fazer para acommodar-se". E durante quasi um seculo após esse estudo, o homem mais se enraizou á fatalidade economica da monocultura e do latifundio. Perde-se dentro delle. Amesquinha-se, se entorpece. Definha. Definha porque quasi não come, porque tem que trabalhar a baixo salario. Num inquerito que eu mesmo procedi entre trabalhadores da Central Leão Utinga, Usina Santo Antonio e Usina Capricho, no Estado de Alagôas, usinas que pela grande, media e pequena capacidade, dão uma media de potencia economica e productora, encontrei numeros que seria criminoso guardar pelo receio de poder ferir susceptibilidades. Aliás os numeros e resultados que encontrei nas tres usinas nortistas retratam a fisionomia do trabalho em quasi todas as zonas açucareiras do paiz. Das fichas que compuz em 1934, transcrevendo algumas dellas, ter-se-á uma impressão do nivel de vida do nosso trabalhador livre. Tomando-se em consideração as principaes despesas de alimentação em seus valores de acquisição, tomando em consideração os gastos com aguardente e fumo, finalmente chegamos a uma dolorosa conclusão quando verificamos o estado civil e o numero de filhos em funcção do salario.

Eis o quadro:

---

(53) — V. T. Harlow — Obra citada.

(54) — André Siegfried — "Les Etats Unis d'aujourd'hui".

(55) — André Siegfried — " " " "

(56) — André Siegfried — " " " "

(57) — Relatorio do Conselho Geral de Salubridade Publica da Provincia de Pernambuco — 1849.

NOMES	Estado civil	Filhos	NATUREZA DO TRABALHO	Salario diario	COMPRAS SEMANAES										
					Feijão	Farinha	Bacalhau	Xarque	Sabão	Açucar	Café	Fumo	Aguardente	Fosforo	Carne de boi
Salustiano Aureliano	Cas.º	1	Serrador	3$000	1$400	3$000	—	3$500	1$000	2$000	1$400	$500	—	$200	—
Lourenço José	"	2	Carreiro	3$000	1$400	$900	1$800	2$300	1$000	$500	$700	$200	1$800	$400	—
Ant.º José Nascimento	"	1	Servente pedreiro	3$000	1$400	3$000	1$800	2$300	$600	2$000	1$400	1$000	—	$400	1$800
João Barra Grande	"	2	Enchimt.º vagões	3$000	2$100	3$000	3$600	3$500	$600	2$000	1$400	$500	—	$200	—
Aristides Manoel	"	2	Estrada de ferro	3$000	1$400	3$000	3$600	3$500	2$000	3$400	1$400	1$200	$200	$200	1$600
Ant.º Barra Grande	"	8	Cabo de turma	3$500	1$400	4$500	3$600	4$600	1$000	2$000	1$400	1$000	$600	$400	3$000
Benedicto B. Grande	"	8	Carregador canna	3$000	2$100	4$500	—	9$200	1$000	2$000	1$400	$500	$200	$600	3$400
Alfredo José da Silva	"	2	Trabalh.º campo	2$700	2$100	1$800	—	4$600	1$000	1$000	2$800	$500	$600	$200	1$200
Emidio Pereira	"	3	Ajud. de serralh.º	3$000	1$400	3$000	1$800	4$600	$500	1$500	2$100	1$000	$700	$400	2$000
Salustiano Amancio	Solt.º	—	Descarreg. vagão	3$000	1$400	1$500	1$800	2$000	$200	1$000	$600	1$200	$300	$200	—
João Luciano	Cas.º	—	Foguista	3$000	1$400	1$500	1$800	3$500	$400	2$500	$700	1$200	—	$200	3$000
José Porfirio	"	4	Trab. campo	3$000	2$100	4$500	1$800	3$600	$400	2$000	1$400	$500	$600	$400	3$000
José Gomes	"	1	" "	3$000	1$400	3$000	1$800	3$500	$400	1$000	$700	1$000	$800	$200	—
Pedro M. dos Santos	"	2	Trab. est. ferro	3$000	1$400	3$000	1$800	2$300	$200	$500	1$200	$500	—	$200	—
Anatalicio Mendonça	"	3	Serralheiro	4$000	1$400	3$000	1$800	3$500	$500	1$500	1$500	—	$600	$200	3$000
Antonio Gouveia	"	4	Machinista	3$500	2$100	4$500	5$400	3$500	$600	1$000	$500	1$400	—	$400	3$600
Manoel Timotheo	"	1	"	3$500	1$100	3$000	3$000	2$300	$400	1$000	$800	$700	—	$200	3$600
Pedro Victor	"	8	Trab. campo	2$000	2$000	3$200	—	6$400	$500	1$200	$700	$200	$200	$200	—
Marcolino Pereira	Solt.º	—	" "	2$600	1$000	1$400	—	3$000	$400	$900	$6000	—	$600	$600	—
Pedro Claudino	Cas.º	10	Tombador lenha	3$000	1$500	4$200	2$500	4$000	$800	1$200	$400	$500	$400	$400	—
José Ellas da Silva	Viuvo	6	Serralheiro	5$000	1$200	2$400	1$600	6$000	2$000	2$800	1$600	1$800	$600	$800	—
Manoel José Moreira	Cas.º	—	Trab. esteira	2$500	1$200	1$200	1$600	1$300	$400	$700	1$500	1$200	1$800	$200	—
José Febronio	Solt.º	—	Trabdor. campo	2$500	1$800	—	—	2$200	—	$800	$400	—	$500	$100	—
José Catú	"	—	" "	2$500	$600	$800	$900	$800	$200	$600	$600	$500	$500	$600	—

A apuração envalve cento e treze pessôas — o trabalhador e sua familia — havendo um gasto semanal de 353$200, nos generos assignalados. Quer dizer um gasto "per capita" de 446 réis. E' mais incrivel, se deduzirmos os vicios. Encontraremos 413 réis. E se calcularmos sómente o valor dos generos de alimentação, encontramos um gasto "per capita" de 395 réis. E' preciso notar ainda, que os dados do custo dos generos alimenticios foram tomados antes da alta vertiginosa dos preços.

Considerando os meios de alimentação em funcção das necessidades energeticas do organismo, faz-se necessario conhecer se o regime alimentar do trabalhador rural cobre com suas receitas — ou pelo menos se aproxima — as despesas de energias, base essencial para o equilibrio dinamico da vida. Assim, tomemos os elementos precisos para o calculo do gasto total de energias, em 24 horas, do trabalho do homem do campo. Segundo os numeros divulgados por Lusk (58) o gasto de calorias extraordinarias dispendidas por hora, por um pedreiro é de 300 e 378 calorias as dispendidas por um serrador de madeira. O trabalho mecanico dispendido por um trabalhador de campo e por um operario de usina de açucar, se aproxima da media de esforços, do trabalho de um pedreiro e de um serrador de madeira. D'onde termos 339 calorias para o trabalho horario do trabalhador livre da industria e lavoura da canna de açucar. "A despesa fundamental encontrada nas tabellas de Benedict e Harris, para um individuo de 60 kilos, com 40 annos de idade e com 1,62 metros de altura é de 1.432 calorias, das quaes subtrahido 15 % para o caso dum habitante do Brasil, resta um total de 1.217 calorias". (59)

A energia gasta no trabalho profissional, como trabalhador na industria e lavoura da canna de açucar, á base de 339 calorias, em 10 horas de trabalho, é de 3.390 calorias. A energia supplementar de repouso relativa durante as horas em que o trabalhador está de folga ou em repouso é de 30% sobre o total de energia de trabalho e de base, i. é, 1.382 calorias. Finalmente a energia gasta pela acção especifico-dinamica da alimentação, é de 10% (60) sobre o total das outras energias gastas, ou 598 calorias.

Sommando-se as calorias necessarias para as despesas energeticas dum trabalhador, encontramos 6.587 calorias.

Para compensar as despesas de energias gastas pelo trabalho mecanico e fisiologico do trabalhador rural e da industria do açucar, os alimentos ingeridos deverão cobrir essas despesas, para que assim não haja desequilibrio organico Despresando nesse estudo o valor chimico e suas proporções, as necessidades das materias organicas e inorganicas, e o problema das vitaminas, para dos alimentos considerar unicamente a receita energetica, de accôrdo com o quadro do que come o trabalhador rural, chegaremos ao conhecimento do deficit de calorias. Assim, o feijão mulatinho ao preço de 1$045 o kilo (61), e com 3.366

---

(58) — Lusk — "Science of Nutrition".

(59) — Josuê de Castro — "O problema da alimentação no Brasil".

(60) — Josué de Castro — Obra citada.

(61) — Os preços dos alimentos são os da praça de Recife, durante o mez de março de 193

calorias (62) por kilo, dá um total de 148 calorias "per capita", tomando-se em consideração os trabalhadores e sua familia — isto é, 113 pessôas. Em identicas condições, a farinha de mandioca, ao preço de $980 o kilo e com 3.655 calorias o kilo, dá um total de 320 calorias "per capita". O bacalhau, valendo o kilo 3$840, dá para cada pessôa 23 calorias, sendo de 1,692 calorias, a receita de um kilo desse alimento animal conservado.

O xarque, cujo numero de calorias por kilo é de 3.138 calorias ,ao preço de 2$500 o kilo, dá "per capita" 139 calorias.

O açucar bruto com 3.772 calorias, ao preço de 1$320 o kilo, dá "per capita" 124 calorias.

Finalmente, a carne de boi, cujo numero de calorias é de 1.145, ao preço de 2$400 o kilo, dá "per capita" sómente 18 calorias.

Sommam as calorias provenientes dos alimentos acima enumerados, 772 calorias que devem ser augmentadas de 468 calorias, do valor energico de feijão e farinha de procedencia ao sitio do trabalhador, perfazendo assim 1.240 calorias diarias.

Considerando ainda o contingente de calorias com a alimentação de milho, cará, macaxeira, abobora, vagem, etc., tambem proveniente do pequeno sitio do trabalhador rural (raramente o operario de fabrica possue sitio) e calculando essa receita em 30% das calorias acima encontradas, chegamos á conclusão que "per capita" tem o trabalhador uma receita total de 1.612 calorias. As 113 pessôas do inquerito têm, pois, 182.156 calorias de receita.

Como o trabalho do homem do campo não póde ser comparado ao trabalho da mulher e dos meninos, computando-se 30 % para o trabalho do homem e 15% para o trabalho da mulher, sobre a media geral encontrada "per capita", deduziremos que o trabalhador rural tem 2.095 calorias, a mulher 1.853 calorias, cabendo a cada filho 1.280 calorias.

Ora, se o trabalhador rural tem uma despesa energetica de 6.587 calorias e de receita 2.095 calorias, é evidente que existe um deficit de 4.492 calorias, equivalendo a uma differença de 68 %. Isto é uma prova evidente e insofismavel da sub-nutrição em que vive o trabalhador rural, que precisa ser melhor amparado, mais nutrido, para poder ser efficiente. Assim, onde poderia o trabalhador da industria açucareira buscar animo e forças para poder se apresentar na vida, com um outro aspecto, além desse "de sacco vasio se pondo em pé?" Dahi, o seu aspecto, a sua saude, a sua indole, a sua deficiencia de trabalho, a sua raiva recalcada, a sua miseria. Sem o negro escravo, dizem, seria incapaz uma cultura á européa na colonia da producção. Sem a miseria do trabalhador rural vivendo naquellas choupanas de palha ou barro, esburacadas, sem piso de tijolo, sem agua, sem latrina, sem higiene em summa, não poderiam por acaso existir essas esplendidas "Centraes" simbolo da absorpção e do industrialismo? (Feliz-

---

(62) — O valor nutritivo dos alimentos é calculado segundo determinações do prof. Alfredo A. de Andrade. Quadro publicado em "O problema da alimentação no Brasil".

mente, já existem algumas excepções, demonstrando o interesse pela elevação do nivel de vida do trabalhador.) Para a victoria da machina na industria açucareira se amesquinhou, se diminuiu, se desprezou, se annullou o homem. Para a redempção do homem seria incrivel a destruição da machina. Mas, indagar-se-á, porque é um sub-nutrido o trabalhador rural? Por causa da indolencia, por causa da falta de organização, pela ignorancia. Mas, se não trabalha porque não come, se não trabalha porque é doente se não come porque não trabalha, o que de positivo é necessario que se diga, é que é preciso interessar esse homem apatico á terra, melhorar o seu standard de vida, libertal-o duma escravidão que amanhã, a incuria, o desprezo, a má vontade ou o medo de encontrar solução para problemas dessa natureza, trarão, além de dias amargos, pesadas consequencias para o nosso erro.

E o salario como factor da desnutrição?

Salario Rural

Actualmente os preços dos salarios apresentam uma relativa ascenção, em comparação com os de 1930-1933, porém pouca elevação aos do periodo anterior á grande crise açucareira. De facto, a média do quinquennio 1926-1930 nos salarios diarios, é:

	Salario diario	N°s. indices
Pernambuco	3$110	100
São Paulo	7$110	228,8
Minas Geraes	5$250	168,8
Bahia	3$650	117,3

"Havendo uma differença para mais de 6,28 % do nivel de preços de São Paulo em relação a Pernambuco, no emtanto os salarios daquelle Estado são superiores aos nossos (Pernambuco) em 128,8 %. Minas tem um nivel de vida inferior em 1,37 % e salarios superiores aos nossos, em 68,8 %. Na Bahia, a vida é mais cara 9,10 % que entre nós (Pernambuco) mas ainda assim os salarios ruraes são superiores 17,3 %.

"Desta analise concluimos que não é dos melhores o viver da nossa população rural.

"Com este estudo, tenho em mira mostrar a todos o soffrimento estoico, deste batalhão crioulo que sustenta á custa da propria vida, a nossa occidentalissima civilização egoista. Alicerçadores anonimos e intemeratos do nosso progresso, os successores da infeliz raça escrava, escrevem uma pagina fulgurante de heroismo na palha de canna dos nossos engenhos e um trecho commovente de dôr, nos escalvados boqueirões do sertão nordestino" (63).

---

(63) — Gileno Dé Carli — "Standard de vida" em diversos Estados do Brasil. Publicado no "Diario da Manhã", de Pernambuco e "Economia e Agricultura" n. 15-5|7|1933.

Com a grande crise açucareira, os preços dos salarias cairam assustadaramente, chegando para as que abtinham trabalha nas campos, a 1$000 por dia. E a desanima se aprafundau nas campos, desarganïzando as trabalhas agricolas, e espalhando miseria e fame. Nãa fôra a intervenção do Governo creanda a Cammissãa de Defesa do Açucar e pasteriamente o Instituto da Açucar e do Alcool, e difficilmente teria havido o resurgimenta. Os salarias novamente subiram, attingindo em Pernambuco na zana cannavieira, a uma média de 2$750 por dia, em Alagaas 2$780, em Sergipe 2$940, na Bahia 3$290, Campos 4$164, Minas 4$100 e em São Paulo, a salaria media diaria é de 6$193.

Tamanda camo base o salaria paga ao trabalhadar rural em Pernambuco, temos as seguintes numeros indices: (64)

Pernambuco	100
Alagôas	101
Sergipe	106,9
Bahia	119,6
Campas	151,4
Minas	149,0
Sãa Paula	221,5

Quer dizer que os salarias em Campos, Minas e Sãa Paulo, são respectivamente superiares aos de Pernambuca em 51,4 %, 49 % e 121,5%.

A média dos salarias das trabalhadores ruraes da Nardeste açucareira é de 2$940, emquanto que a média abtida na Sul é de 4$819, o que representa uma differença de 1$179 ou 40 %.

---

(64) Em Pernambuco, foram tomados para a média os salarios ruraes em 1936, das seguintes usinas: Aripibú, Bom Jesus, Central Serro Azul, Cucau, Olho d'Agua. Santa Theresa, São José, Serro Azul, Santa Theresinha de Jesus, União e Industria, Uruaé e Tiuma.

Em Alagôas, a média foi obtida com os salarios ruraes das usinas Central-Leão,

Em Sergipe as seguintes usinas deram a média dos salarios ruraes: Antas, Aroeira, Belém, Bôa Sorte, Bôa Vista, Carahibas, Castello, Cedro; Central, Cruanha, Cruzes, Escurial, Flor do Rio, Itaperoá, Jordão, Matta Verde, Outerinho, Palmeira, Bom Jesus, Coruripe, João de Deus, Santo Antonio e Sant'Anna.
Francisco, S. José, Salobro, Santa Maria, Santo Antonio, S. Carlos, S. Luiz, Serra Paty, Pedras, Porto dos Barcos, Priapu', Rio Branco, S. Domingos, S. Felix; S. Negra, Tijuca, Timbó, Varzea Grande, Varzinha e Vassoura.

Na Bahia, o salario foi obtido com a media dos salarios das seguintes usinas: Acutinga, Alliança, Cinco Rios, Paranaguá, Passagem, Pitanga, Santa Elisa, Santa Luiza, São Bento, S. Carlos, e São Paulo.

Em Campos, foram tomados os salarios das seguintes usinas: Conceição, Cupim, Laranjeiras, Mineiros, Poço Gordo, Queimado, Sant'Anna, Santo Antonio e S. José.

Em Minas, as seguintes usinas deram a media dos salarios ruraes: Anna Florencia, Adriadnopolis, Bôa Vista, Bomfim, Malvina Dolabella, Maria Sofia, Pedrão, Rio Branco, Santa Cruz, Santa Theresa, Santa Helena, S. José e Ubaense.

Em São Paulo, a média dos salarios foi obtida com os salarios ruraes pagos pelas seguintes usinas: Amalia, Barbacena, Capuava, Costa Pinto, Esther, Furlan, Itahiquara, Junqueira, Lambari, Monte Alegre, Piracicaba, Santa Cruz; Tamoio e Vassununga.

A razão dessa differença reside entre outras causas, no factor geografico da localização dos centros de producção no Nordeste, longe dos centros de distribuição e consumo.

Racionalização

Dahi, perceber-se claramente a directriz hoje do industrial-agricultor, de racionalizar sua producção. Ha a necessidade premente de baixar o seu custo. Entre as differentes zonas productoras no Brasil existe um grande esforço de tornar o custo de producção da tonelada de canna, tão barato que o preço do transporte fique annullado. O Norte, geograficamente, se acha em situação de inferioridade ante os grandes consumidores — Districto Federal, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, emquanto que os productores sulistas entregam o açucar ao consumidor na porta, quasi sem onus. Campos, mesmo, leva uma grande vantagem da sua localização, perto do grande centro consumidor do Districto Federal, concorrendo tenazmente com o Norte, na collocação do açucar. Basta attentar que o volume das entradas de açucar, no Districto Federal, o melhor mercado nacional para açucar de usina, — foi durante o decennio 1925-1934, de 20.680.467 saccos, de todos os tipos, o que representa uma média annual de 2.068.046 saccos, obedecendo a seguinte distribuição, conforme a procedencia:

Pernambuco	746.618	saccos
Campos	603.100	"
Alagôas	378.913	"
Sergipe	216.528	"
Bahia	70.848	"
Parahiba	26.787	"
Diversos	25.248	"

Sobre o volume medio annual das entradas de açucar no Districto Federal, as percentagens da distribuição pelas procedencias são, para:

Pernambuco	36,0 %
Campos	29,1 %
Alagôas	18,3 %
Sergipe	10,4 %
Bahia	3,9 %
Parahiba	1,2 %
Diversos	1,1 %

Cabe, portanto, o primeiro logar a Pernambuco, que teve no decennio, sobre Campos, uma ascendencia no açucar distribuido, de 23,7 %.

A distribuição no anno de 1935 apresenta um aspecto completamente differente da decennia. Pernambuco passa para a segunda lagar, cam a melhar collocação ae Campos. Alagôas praticamente perdeu seu mercada na Districta Federal, tal o decrescima que affectou sua expartação, para esse grande centro consumidor, em 1935. O valume total das entradas fai de 2.059.024 saccos, assim distribuidas:

Campos (Est. do Rio)	795.281	saccos
Pernambuco	728.603	"
Sergipe	298.393	"
Alagôas	88.934	"
Bahia	88.598	"
Minas	10.849	"
Parahiba	6.500	"
Diversos	41.866	"

Sobre o volume de 2.059.024 saccas, a ordem percentual par pracedencia assim se distribue:

Campos	38,6 %
Pernambuco	35,3 %
Sergipe	14,5 %
Alagôas	4,4 %
Bahia	4,3 %
Minas	0,5 %
Parahiba	0,3 %
Diversos	2,1 %

Constata-se assim o deslocamenta de Pernambuco, pais que a distribuição do açucar de Campas, supera á daquelle centra de praducção de 9,1 %, em relação á distribuição do decennio. E a distribuição do açucar pernambucana em 1935 é inferior de 2,4 % á obtida no decennio 1924-1935.

O Estado de Alagôas tem em 1935, um decrescimo de 76,5 % em relação ao decennio. A Parahiba tem um desnivel de 75,7 %. Emquanta ista occorre cam os tres Estados productores da Nardeste, Campos consegue augmentar sua exportação para o mercado do Districta Federal de 31,8 %. O Estado de Minas que não canstava nominalmente das estatisticas, pela insignificancia das remessas, já apparece cam 0,5% do total das importações de açucar.

Em 1936, as entradas de açucar no Districto Federal attingiram a 1.958.755 saccos, com a seguinte distribuição, de accordo com as procedencias:

Campos	999.756	saccos
Pernambuco	708.584	"
Sergipe	147.774	"
Minas	69.848	"
Alagôas	22.064	"
Bahia	6.445	"
Parahiba	1.500	"
Diversos	2.784	"

Sobre o volume total das entradas em 1936, a distribuição percentual é a que segue:

Campos (Est. do Rio)	51,1 %
Pernambuco	36,2 %
Sergipe	7,5 %
Minas	3,5 %
Alagôas	1,2 %
Bahia	0,3 %
Parahiba	0,07 %
Diversos	0,13 %

Para uma analise mais detalhada, alinhemos as distribuições percentuaes, segundo a procedencia, no decennio 1925|1934, e nos annos de 1935 e 1936:

Estados	Decennio 1925|34	1935	1936
Campos (Est. do Rio)	29,1 %	38,6 %	51, 1 %
Pernambuco	36,0 %	35,3 %	36, 2 %
Sergipe	10,4 %	14,5 %	7, 5 %
Minas	—	0,5 %	3, 5 %
Alagôas	18,3 %	4,4 %	1, 2 %
Bahia	3,9 %	4,3 %	0, 3 %
Parahiba	1,2 %	0,3 %	0,07 %
Diversos	1,1 %	2,1 %	0,13 %

A não ser Pernambuco que teve um ridiculo augmento de 0,2 % em 1936, que é neutralizado com a differença de 0,7 % em 1935, podemos affirmar que todo o Nordeste açucareiro, isto é, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia e Parahiba, decresceu as collocações dos seus productos, no maior mercado nacional de açucar de Usinas. Emquanto isto acontece com o Nordeste, Campos augmenta 31,8 % e 65,7 %, respectivamente em 1935 e 1936, em relação á media annual do de-

cennia 1925|1934. E Minas Geraes augmenta em 1936, de 54,4 %, em relação ao anna anterior.

Dá uma melhor impressão da situação das centras de producção nas quatas de fornecimento, reduzinda as percentagens encantradas em 1935 e 1936, a numeros indices, tamanda-se cama base o decennio 1925|34.

Assim temas:

	1925|34	1935	1936
Campos (Est. do Rio)	100	131,8	165,7
Pernambuco	100	97,6	95,0
Sergipe	100	137,8	68,3
Alagôas	100	23,5	5,9
Bahia	100	125,5	9,1
Parahiba	100	24,3	5,6

São numeros que merecem e precisam ser meditados pelos que querem e têm a dever de salvar a ecanamia açucareira de Pernambuco, e em summa da Nardeste, que está seriamente ameaçada de mergulhar na miseria, cansequencia, entre autras causas, da fatalidade geografica, que a callacau a uma grande distancia dos centros de consuma. De Maceiá a Santas par exempla, as despesas de um sacco de açucar á base de 72$000 o sacco Cif Santos, são:

Preço cif Santos		72$000
Direitos	3$360	
Sellas 1%		
Seguros 7|8 %	2$970	
Agente 1 %		
Banca 1 1|4 %		
Alvarengagem	$510	
Trapiche (Norte)	$300	
Frete	5$090	
Lucra do Expartadar	1$500	
	13$730	

Para o praductar sulista, ista é, paulista au mineira, basta que a lucro par sacco de açucar seja a valor da transparte e demais despesas de exportação, para que a industria açucareira seja um lucrativo negacia. De farma que, a praductar nardestina tenda que enfrentar concarrencia tão forte, tem que accelerar a racionalização de sua praducção cannavieira.

O exempla frizante dessa maneira de agir é a da esplendida Usina Central Leão Utinga, uma das maiares e das mais perfeitas usinas da Brasil, modelo de arganização industrial e agricala. Em materia de racianalização industrial basta publicar a mappa de salarias das que trabalham na Secção de "Fabricação de Açucar", "Praducção" e media desta despesa durante o quinquennia 1928|29 a 1932|33, da mesma Usina:

Tabella n. 2

SALARIOS DOS QUE TRABALHAM NA SECÇÃO DE "FABRICAÇÃO DE AÇUCAR", PRODUCÇÃO E MÉDIA DESTA DESPESA DURANTE CINCO ANNOS, COMO SEGUE:

DISTRIBUIÇÃO	SALARIOS					TOTAL	*Média de despesa para os 5 annos*
	1928/29	1929/30	1930/31	1931/32	1932/33		
Balança	2:761$600	2:834$200	2:125$300	2:347$600	2:256$200	12:324$900	$009
Esteira	11:508$500	14:533$400	9:580$700	8:436$500	9:457$900	53:517$000	$038
Moendas	10:345$100	13:714$500	9:850$200	9:051$500	8:623$300	51:584$600	$037
Caldeiras	18:075$300	21:404$900	12:635$000	11:802$700	11:685$800	75:603$700	$054
Casa de Força	3:817$800	4:636$000	3:330$000	2:894$200	2:779$700	17:457$700	$012
Casa de Bombas	6:398$800	7:984$200	5:181$500	5:082$500	4:566$400	29:213$400	$021
Fabricação	30:764$100	42:090$000	30:060$800	26:841$600	23:468$300	153:224$800	$109
Turbinas	14:466$900	17:209$000	12:608$400	11:699$500	11:544$500	67:528$600	$048
Electricistas	4:234$000	5:170$500	2:582$000	2:539$400	2:455$600	16:981$500	$012
Serralheiros	4:717$100	5:498$100	4:965$000	4:182$000	3:834$200	23:196$400	$016
Ensaccamento e Embarque	18:742$000	26:240$800	17:069$000	16:128$700	16:999$100	95:179$600	$068
Ajudantes	2:186$800	2:186$400	1:642$900	1:343$100	1:545$800	9:365$000	$007
Vigias	2:615$900	3:414$500	2:016$500	1:426$100	1:366$900	10:839$900	$008
Diversos	3:940$700	4:132$400	3:055$000	2:954$700	3:185$600	17:268$400	$012
	134:574$600	171:508$900	116:702$300	106:730$400	103:769$300	633:285$500	$451
Engenheiro-Electricistas, mecanicos, etc.	113:543$200	123:550$530	135:160$000	120:012$900	76:256$050	568:522$680	$405
Chimico	87:150$750	172:703$400	138:912$800	129:208$090	107:627$600	635:602$640	$453
TOTAES	335:268$550	467:762$830	390:775$100	355:951$390	287:652$950	1.837:410$820	1$309

Producção dos 5 annos: [illegible]

Verificamos por esse bem elaborado mappa, que o salario dos trabalhadores nacionaes, durante o quinquennio, por sacco de açucar foi de 451 réis, o dos engenheiros electricistas e mecanicos, estrongeiros, de 405 réis e o do chimico, igualmente estrangeiro, de 453 réis.

Quer dizer que o salario de um unico homem foi superior ao dos operarios de 14 secções da fabrica. E se computarmos a somma dos salarios dos engenheiros mecanicos, electricistas e do chimico, verificamos que é superior 47,5 % ao total dos salarios de todos os operarios nacionaes dentro da fabrica.

Se estudarmos, então, a organização agricola da Central Leão, perceberemos a firme directriz de ser solucionada a questão açucareira pelo rebaixamento do custo de producção. Em trabalho que publiquei sob o titulo "Custo de producção da tonelada de canna", (65) fiz um estudo sobre a organização agricola da Usina Central Leão, e com todos os detalhes de dados e mappas, cheguei a conclusão que na safra 1932|33, a custo da tonelada de canna, nas 17 fazendas ou engenhos que ella possuia foi:

Culturas	6$591
Administração geral	4$441
Colheito	2$235
	13$267

Tendo sido o volor de acquisição da tonelada de conna, de accordo com os preços correntes do açucar, nesse anno, de 16$428, se deduz que o lucro agricolo, ainda com reflexos da crise deflagrado em 1929, foi de 3$161, por tonelada.

No sofra seguinte, de 1933|34, os despesos por tonelada de canna forom:

Cultura	6$050
Administração geral	5$067
Colheita	2$324
	13$441

Os preços da tonelada de canna, conforme valor de acquisição nessa safra, forom de 23$000. O lucro ogricola, pois, por tonelada de canna foi de 9$559.

Já na safra de 1934|35, em vez de 17 engenhos, a Central Leão se apresenta com 21 engenhos, sendo o custo de producção de tonelada de canna:

Culturas	5$178
Administração geral	3$771
Colheita	2$576
	11$525

Nesse anno, a parte agricola deu um lucro á Central Leão de 1.087:803$060, tendo sido o preço da tonelada de canna, conforme a seu valor de acquisição de 23$000, o que representa um lucro liquido de 11$475 por tonelada.

(65) — Gileno Dé Carli — Revista "Brasil Açucareiro" — Agosto 1936.

Causa naturalmente admiração a capacidade de organização de uma usina modelo, como a Central Leão, que conseguiu através de sua technica agricola, com bôa semente, com trabalho agricola sob base scientifica, com adubação e irrigação, um rebaixamento tão consideravel no custo de producção da canna de açucar, a ponto de equiparar seu custo de producção da tonelada de canna, com o das usinas de Campos e S. Paulo.

Mas o que causa certa estranhesa é que com tão grande lucro agricola, não houve nenhuma melhoria no standard de vida do trabalhador rural. Concorreu esse lucro sómente para a ampliação dos seus vastos dominios territoriaes na zona da Matta. A Central Leão absorveu, agora, as usinas Páo Amarello e Esperança, com um limite de producção de 81.842 saccos, com todas suas zonas agricolas.

Chegariamos assim, a um resultado paradoxal: — a racionalização da producção é factor de ampliação do latifundio açucareiro, em nada melhorando a vida do trabalhador rural. Para se poder aquilatar o desprezo absoluto por esse problema economico, social e biologico, basta que se estudem os numeros que seguem, e que representam o salario por dia e por trabalhador, por cada secção de uma usina no Norte, o valor por hora de trabalho e o numero de horas de trabalho precisas para acquisição de generos de primeira necessidade:

Operarios da Usina	**Salario**	
Esteira	2$933	
Moenda	3$231	
Caldeira	3$038	
Fabricação	4$076	
Turbinas	3$380	
Armazem de Açucar	5$920	
Centrifuga	2$804	
Laboratorio	5$964	
Officinas	5$294	
Locomoção	4$076	
Serra Circular	2$740	
Electricidade	5$845	
Carpintaria	5$000	
Pedreiros	3$675	
Garage	4$512	
Distillaria	4$845	
Turma volante	2$409	
Despezas geraes	3$491	
Empregados	12$004	
Média		4$260
Estrada de ferro		
Conservação (Média)		2$937
Trabalhadores de campo		
Engenho A	1$959	
Engenho B	2$160	
Engenho C	2$393	
Engenho D	2$462	
Engenho E	2$107	
Média		2$270

A média geral das 3 categorias de trabalhadores é de 3$155.

No estudo de horas de trabalho na acquisição de generos de primeira necessidade, tamo como valor desses generos, os verificados na praça de Recife, durante o mez de março de 1937. Os preços são:

Bacalhau	3$840	o kilo
Açucar de 2ª	1$320	"
Café moido	3$580	"
Café em grãa	2$370	"
Carne de xarque de 2ª	2$500	"
Carne de boi	2$400	"
Farinha de mandioca	$980	"
Feijão	1$045	"
Kerozene	$700	a garrafa
Milho	$560	o kilo
Ovos	2$400	a duzia
Pãa	2$000	o kilo
Sabão azul	1$900	"
Sal	$400	"
Vinagre	$560	a garrafa

Está demonstrado anteriormenfe que os generos de primeira necessidade actualmente ao alcance do trabalhador aa usina e dos campos, estão muito longe de se comparar com os constantes desse quadro. Mas para dar uma idéa da relação do salaria cam as necessidades reaes da vida, podemos verificar que são necessarias X horas de trabalho, á base de 10 horas de trabalho diario, para acquisição de cada genero de 1ª necessidade. Assim:

Um kilo de Bacalháo	12,1	horas
" " " Açucar	4,1	"
" " " Café em grão	7,5	"
" " " Café moido	11,3	
" " " Carne de xarque de 2ª	7,9	"
" " " Carne de bai	7,6	"
" " " Farinha de mandioca	3,1	"
" " " Feijão	3,3	"
1 garrafa de Kerozene	2,2	"
Um kilo de Milho	1,4	"
Uma duzia de Ovos	7,9	"
Um kilo de Pão	6,3	"
" " " Sabão	6,0	"
" " " Sal	1,2	"
Uma garrafa de Vinagre	1,7	"

Trabalhando normalmente quatro dias por semana, o trabalhador rural e o operario da usina teriam quarenta horas de serviço, que mal dariam para comprar um kilo de bacalháa igual a 12,1 horas, um kila de café moido igual a 11,3 horas, um kilo de carne de boi igual a 7,9 horas, um kilo de açucar igual a 4,1 horas, um kilo de feijão igual a 3,3 horas, e uma garrafa de vinagre igual a 1,7 horas.

Ha uma observação a notar: apesar de só serem precisas 1,4 horas de trabalho para acquisição de um kilo de milho, existe uma como que indiosincrasia pelo milho, na zona cannavieira do Nordeste. Porque "o horror á lembrança da escravatura, por tudo que fizesse perpassar num instante fugaz, o quadro horrendo pela mente do trabalhador livre, é o motivo da ogerisa, verdadeira indiosincrasia pelo milho, de grande relação nutritiva, substituido pela farinha d'agua de mandioca, sómente porque o angú de milho foi a base da alimentação do escravo no eito. E, á proporção que se sae da zona de distribuição e actividade, onde viveu mais intensamente a raça africana, o regime alimentar irá passando da farinha para o milho, a tal ponto, que no sertão, esse precioso cereal é a base da alimentação popular. Somente a morbida hereditariedade, teria força bastante para desviar até a propria base da alimentação do nosso homem rural, a ponto de tornal-o fisicamente menos efficiente, pela impressão que através das gerações ficou sulcada no sub-consciente, como um brado de revolta, como um grito ousado de independencia que as contingencias da vida suffocaram ou que fatalidade do destino emmudeceu". (66). De tudo, não resta duvida porém, que a principal causa da sub-nutrição é o salario. Salario somente, quasi comparavel ao do indigena da tribu dos Kavisondo cuja "falta de energia é compensada pela pouca elevação dos salarios (10 shillings por mez e mais uma ração alimentar de farinha de milho" (67)

O valle do Kavisondo em Kenya, possessão da Inglaterra, possue cerca de um milhão de indigenas e a area do valle é superior a da Ilha Mauricia.

Precisamos ser sinceros e convir, que não é justo que não se procure um meio de ser resolvida, entre nós, uma questão tão séria e tão complexa. E' que não póde, nem deve perdurar uma situação angustiosa, da qual ninguem quer se aproximar siquer, com receio de fazer doer a explanação de um assumpto por demais melindroso. Mas, o perigo reside em adiarmos o estudo do problema. A quem cabe a culpa directa de um standard de vida tão baixo, e de salarios tão aviltantes?

Um Novo Ciclo

A Usina iniciou um novo ciclo economico, facultando uma accentuada melhoria nos tipos, bem como um maior rendimento industrial decorrente da efficiencia da extracção do açucar.

Desde 1857 a Assembléa Provincial de Pernambuco cogitou da fundação dessas fabricas. Diversos melhoramentos foram sendo introduzidos parcelladamente. A fundação, porém, de engenhos centraes fracassava sempre. Ainda em 1873 a provincia de Pernambuco contractou com Fives-Lille um engenho central, incorporando este, com capitaes francezes, á "Compagnie Franco Brésilienne de la Province de Pernambuco", tendo o Governo Imperial garantido os juros de 7 % por 15 annos.

---

(66) **Gileno Dé Carli — Entrevista concedida ao "Diario da Manhã", de Recife, em 12 de novembro de 1933.**

(67) **"Revue Internationale de Resseignements Agricoles" — Vol. IV. N. 1 — 1926.**

Eito de trabalhadores ruraes, logo após a abolição

A Usina necessariamente teria que tomar a feição de orgão de absorpção das antigas fobricos, dos tradicionaes engenhas banguês. Teria que se tornar, no panoromo omericono, um simbolo da nova economia industrial. O Barão de Luceno, um grande administrador da Provincia de Pernombuco, percebeu com a agudeza de sua visão, todos os males que adviriam com um regime absoluto de absorpção, que doria um sentida vertical á economia pernambucana, em vez da projecção horizontal que socialmente attenderia melhor ao clima brasileiro.

O documento que tão bem retrata essa directriz, é o contracto firmado por Keller & Cia., com a Provincia de Pernambuco para a construcção de tres engenhas centraes, das quaes um seria em Agua Preta. Firmado o contracto pelo barão de Lucena, os fornecedores capitão José Alves da Silva, padre David Moreira, Sebastião Alves da Silva e sua mulher, major José Francisco Coelho e sua mulher e o dr. Manoel de Barros Wanderley e sua mulher, assumiram por contracto de 30 de abril de 1875 o compromisso do fornecimento de cannas. Os incorporadores não eram agricultores e se compromettiam a adquirir as cannas no "centro de cada terreno de producção" e a base de compra era "na razão de cinco e meio por cento do açucar sobre o peso de canna, calculando-se esta base pelos preços correntes do açucar bruto — não purgado, sêco e de primeira qualidade, ou na de 7 réis por kilogramma de canna, tudo isto quando não haja entre os contractantes e os fornecedores de canna estipulações ou ajustes em contrario".

Experiencias executadas nessa época demonstraram que a media de extracção de açucar era de 5 %. Quer dizer que com as novas installações se promettia uma melhoria ao preço da canna. A vantagem primordial para a engenho central residia no tipo de açucar que se tomava como referencia — o bruto, producto naturalmente mais desvalorizado que o demerara ou cristal, accrescendo que o tipo de açucar bruto não era purgado. Um dos aspectos de ordem e fundo social a ser encarado no contracto, foi o sentido de limitação de zonas, pois que a fabrica só excepcionalmente poderia receber cannas de outro municipio. Além disso se obrigava a não trabalhar com braço escravo. Já nesse contracto, sem se poder perceber o alcance, se tratava em capitulo especial do factor predominante do augmento do latifundio açucareiro: — a estrada de ferro. A empresa concessionaria assumia a obrigação de "montar linhas de Tramway ou de outro qualquer sistema de trilhos de ferro que seja melhor, para [illegible] communicação rapida e facil entre a fabrica e as propriedades dos fornecedores de cannas e fazer o transporte das mesmas cannas do ponto em que [illegible] em [illegible] ser depositadas pelos plantadores". Este foi o vehiculo que proporcionou de maneira assustadora, a ampliação do grande dominio rural. Tal [illegible] através da estrada de ferro, com a rivalidade e concorrencia para [illegible] materia prima. E' de dever resaltar que contribuiu bastante para [illegible] da posse da terra, a necessidade sempre crescente de lenha, [illegible] as fornalhas das usinas.

O transporte e a garantia do combustivel foram levados [illegible] corrego a dentro, atravessando chapadões, furando grotas, [illegible]

cortanda morros, em busca de lenha e tambem em busca de novas terras. Terras para garantia da materia prima e para "fechar zona".

Em Pernambuco apesar da gronde linha ferrea da "The Great Western of Brasil Railway" que liga Recife ás duas capitoes dos Estados limitrofes do Sul e do Norte, e ao sertão atravessando a quasi totalidade da zona açucareira do Estado, na entretanto possuem as usinas 2.106 kilometros de ferrovia particular. Das sessenta usinas em funccionamento sómente quatorze pequenas usinas, meio apparelhos, se acham desprovidas desse meio de transporte, havendo porém usinas, como a Cotende com 152 klms. de ferrovia, sendo que tambem é ligada á Great Western, por onde recebe parte da materia prima para a fabrica e parte tambem da lenha que consome.

Igualmente ligada á estrada de ferro Great Western está, por exemplo, a Usina União e Industria e que no emtanto possue 114 kilometros de estrada de ferro particulor. E coma nessas duas usinas, se repetem em quasi todas as zonas, a dependencia e a escravização dos engenhos cortadas pela estrada de ferro á usina. Não que essa dependencia humilhe o engenho por ficar de fogo morto, mas o que é desolador é o exemplo repetido da transmissão da propriedade. A estrada de ferro não se contentando com a transformação da fisionomia do engenho, exige e obtem a transformação social. A Usina venceu.

Esse novo ciclo da canna de açucar se iniciou nos annos de 1877 e 1878, após a fundação do engenho central de Quissamã, em 12 de setembro de 1877, e depois que o sr. D. Pedro II, a imperatriz Theresa Christina Maria, srs. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, Viscandes de Tamandaré, Bom Retiro e Maceió, Domingos Alves Barcellos Cordeiro, José do Patracinio e outros, assignaram a acta da fundação da Usina Barcellos, assignalando a acta que "dignaram-se percorrer o interior do estabelecimento e depois de assistir a cerimonia do benzimento das machinas o qual foi effectuada pelo revdmo. vigario José Calveza, Vigario Antonio Domingues Valiengo e padre Tito Affonso Capellani; terminada a cerimonia do benzimento, foi posto em movimento todo machinismo, dignando-se Sua Magestade, o Imperador, declaror inaugurados os trabalhos da Usina".

Inaugurava-se uma nova época no dominio açucareiro. O dominio da usina. Em 1884 em Pernambuco começa tambem esse nova periodo, com a inauguração dos quatro engenhos centraes — Santo Ignacio, Firmeza, Cuyambuca e Bom Gosto. Periodo, a principio, de grandes difficuldades de estabilidade da industrio, levando á fallencia diversas usinas que foram arrematadas em hasta publica. Periodo de soerguimento com auxilios dos governos provincial e central. Periodo de crises intermittentes e de preços altissimos, sacudindo a economia dos usineiros, em altos e baixos, porém conquistando com um trobalho tenacissimo e digno de admiração, a construcção dum grande porque açucareiro no Brasil.

Gradativamente foi evoluindo a industria saccarina do paiz, com a fundação de innumeras usinas, attingindo em quantidade um numero elevado. Sómente porém, em algumas zonas, é que o aperfeiçoamento technico da machinaria conseguiu se implantar. E após mais de meio seculo de actividade industrial, a industria açucareira no Brasil, nos doze ultimos annos de producção, se apresenta com o seguinte numero de fabricas em actividade:

1925|26	240	usinas
1926|27	249	"
1927|28	261	"
1928|29	279	"
1929|30	298	"
1930|31	302	"
1931|32	307	"
1932|33	298	"
1933|34	290	"
1934|35	296	"
1935|36	300	"
1936|37	295	"

Nos principaes Estados productores a distribuição das fabricas, dentro do triennio 1934-1935 a 1936-37 se processa da maneira seguinte:

	1934|35	1935|36	1936|37
Bahia	17	16	15
Alagôas	21	23	22
E. do Rio	27	27	28
Minas Geraes	21	21	23
S. Paulo	32	32	34
Pernambuco	62	63	59
Sergipe	82	80	76

Não representa sob o ponto de vista economico e estatistico de producção, o maior numero de fabricas, a maior capacidade de fabricação. A realidade desse valor se encontrará, tomando-se a capacidade média por fabrica, nos tres annos em estudo. Assim temos:

	1934|35	1935|36	1936|37
Bahia	37.722 scs. p|fabrica	32.413 scs. p fabrica	43.48[illegible] scs. p|fabrica
M. Geraes	11.705 " " "	18.780 " " "	17.24[illegible]
Alagôas	63.646 " " "	46.737 " " "	30.43[illegible]
E. do Rio	67.610 " " "	78.061 " " "	93.425 " " "
S Paulo	57.640 " " "	61.605 " " "	66.12[illegible]
Pernambuco	68.823 " " "	72.678 " " "	93.425 " "
Sergipe	9.070 " " "	9.262 " " "	6.987

Classificanda os diversas Estadas praductares, de accorda cam o volume de producção em relação oo numero de Usinas na média do triennio, verificamos:

Estodo da Rio	79.698	scs.	por	fobrico
São Paulo	61.791	"	"	"
Pernambuca	59.160	"	"	".
Alagâas	46.938	"	"	"
Bahia	37:881	"	"	"
Minas Geraes	16.078	"	"	"
Sergipe	8.439	"	"	"

Caube o primeiro lagar na collocação do numero de saccos por fabrica, ao Estodo do Rio, cuja pragressão no triennio se processau rapidamente, porquanto ho um accrescimo em 1936|37, de 38,1%, em relação ao anno de 1934|35. O segundo lagar cabendo a São Paula, denata um augmento de 12,8 % em 1936|37 sobre 1934|35. Caube a Pernambuco a terceiro lagar na média triennal, com umo differença de 25,7 % e 4,2 %, em relação respectivamente ao Estado do Rio e São Paula.

Tomando-se, porém, para base de calcula o limite de praducção dos Estados oçucareiros que exprimirá a realidade num periodo normol de trabalho ogricola e industrial e calculando-se coma divisor a média das fabricas em actividade no triennio 1934|35 a 1936|37, verificamos que cabe aa Estado da Ria, — com pequenissimo differença sabre Pernambuco — a liderança na collocação do maior numero de soccos por fabrica, denotando assim, uma maior efficiencia industrial e uma maior cancentração de praducção açucareira. Eis como se modifica a anterior situação, encantrada com as elementas tomados em relaçãa ás safras, em face de navos elementos tamadas em funcçãa da limitação:

Estado do Rio	73.879	scs.	por	fabrica
Pernombuca	73.768	"	"	"
São Paula	62.770	"	"	"
Alagôas	60.785	"	"	"
Bahia	42.973	"	"	"
Minos Geraes	15.871	"	"	"
Sergipe	9.140	"	"	"

Comparonda-se o que autoriza a actual quata de limitação, cam a que tem occorrida no compa da producção nacianal, ande se verifica ter havida um grande desequilibrio estatistico de praducçãa açucareira no Nordeste, proveniente de secas que assolaram essa regiãa, diminuinda partanto as safras, cancluiremas que o Estado do Ria augmentau legalmente — sab pena da diminuição exaggeroda dos estoques, mativanda assim a especulaçãa — 7,8 % a quantidade de saccas por fabrica na média do triennia, em relaçãa á sua limitação. O Estado de Pernambuco que teve uma grande reducção na safra de 1936|37, apresenta uma diminuição de 19,8 % entre a limitação e a média da triennio. E' preciso frizar que o cada reducção, corresponde uma derrota na cancorrencia junto aos mercados. A luta interna pela supprimenta das mercados é vital para o Nordeste, de farma que o problemo a ser enfrentado par elle, é de dominar os effeitos da sêca, au ser annulloda futuramente. O Estado de S. Paulo, aliás o melhor mercada paro

GENEALOGÍA DE ALGUNAS DE LAS VARIEDADES DE CAÑA MAS IMPORTANTES PRODUCIDAS EN JAVA

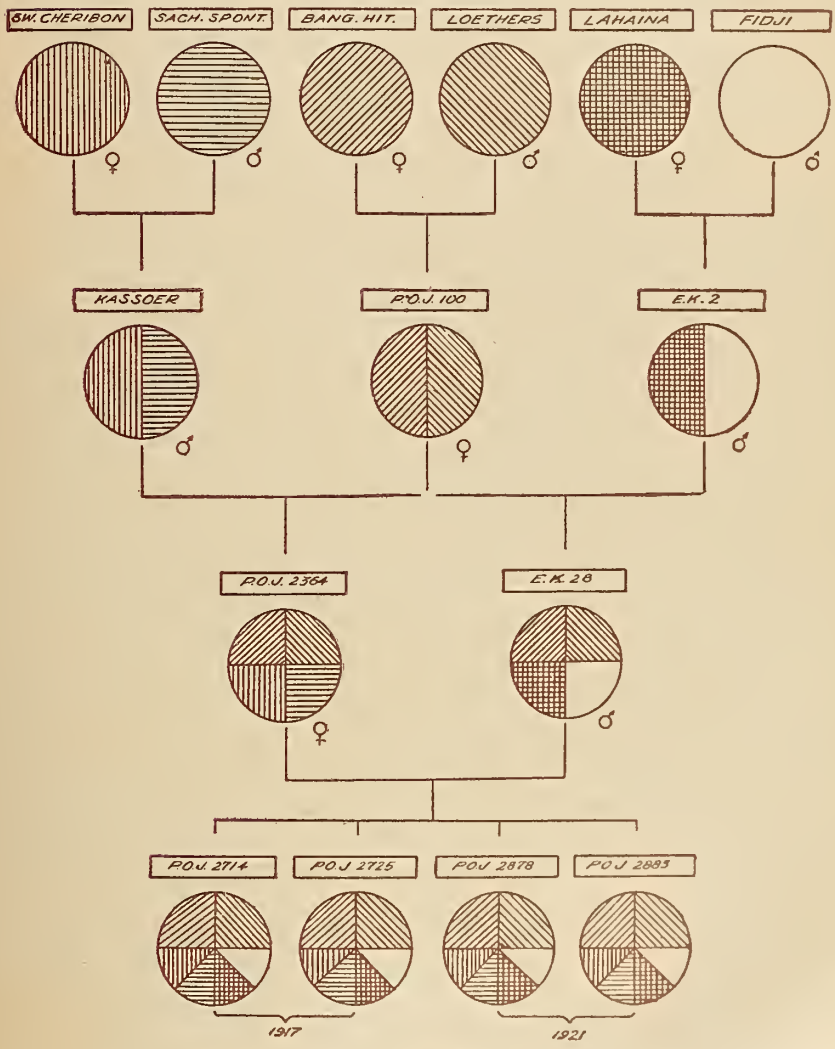


Figura 1

o açucar do Nordeste, avança tambem no progresso industrial açucareiro e principalmente na lavoura cannavieira, onde os methodos de trabalho, precisam ser imitados. S. Paulo não tendo attingido em 1934|35 o seu limite, apresenta na média de producção geral do triennio uma insignificante differença de 979 saccos de açucar por fabrica em relação á sua capacidade pela limitação, correspondendo essa differença, a 1,5%.

O Estado de Alagôas, attingido tambem pela anormalidade climatica, se apresenta com uma reducção de 22,7%; o Estado da Bahia tem uma differença de 11,8% e o Estado de Sergipe de 7,6% da actual limitação sobre a média obtida no triennio 1934|35 a 1936|37, de numero de saccos por fabrica de açucar.

Finalmente o Estado de Minas Geraes obtem um pequeno augmento de 1,3% na média de saccos de açucar por fabrica, em relação ao seu limite.

Computando-se todos os dados dos sete grandes Estados productores de açucar, encontraremos uma média geral de producção de 48.455 saccos por fabrica de açucar, consideradas fabrica, a usina de açucar e meio apparelho.

Se por um lado tão baixa producção por fabrica denota, no geral, uma fraca efficiencia, e um periodo anterior á verdadeira industrialização com as grandes Centraes diminuindo o numero de fabricas e o custo de fabricação, por outro lado porém, não chegamos ao estado de angustia do restante da industria açucareira do mundo ,onde o problema se tornou muito mais complexo. Ademais com tão alto numero de usinas e portanto com menor producção por fabrica, percebemos que ha uma melhor distribuição da riqueza açucareira. Para isso ser testemunhado basta se attentar que:

1 — A ilha de Reunion, tomando-se por base a média das safras de 1932|34, tem uma producção por fabrica de . .	67.122	saccos
2 — A ilha Mauricia, tomada por base a producção dos annos de 1934 e 1935, tem uma média de producção, por fabrica, de	80.826	"
3 — A Republica Argentina, tomada como base de calculo a média da producção das safras 1932|33 e 1933|34, tem uma média de producção por fabrica, de	87.864	"
4 — A ilha da Trindade, considerada a média da producção dos annos de 1934 e 1935, tem uma média de producção por fabrica, de	188.405	"
5 — A ilha de Java, tomando-se em consideração a producção de 1934 reduzida a um limite baixissimo devido á crise de super-producção e grande accumulo de estoque na ilha e comparando-se com o numero de fabricas que trabalharam e que representam sómente 31.7 % das existentes, porquanto existem 110 fabricas em "chômage", encontramos uma producção média por fabrica, de	211.191	"
Tomando-se porém, a média de producção do quatriennio anterior a 1934 e calculando-se a média de producção por fabrica, computando-se a totalidade das fabricas existentes, encontramos	248.217	"

6 — A Republica do Perú, para a producção média das safras de 1933 e 1934, dá uma capacidade por fabrica, de 227.425 "

7 — A Australia, calculando-se a média da producção dos annos de 1933 e 1934, apresenta uma media de producção por fabrica, de .. .. 257.100 "

8 — A Republica de Cuba, tomando-se por base a producção média do triennio 1933|1935, se apresenta com uma alta producção de açucar por fabrica, que attinge .. .. 280.974 "

9 — Porto Rico, apresenta ainda uma maior producção de açucar por fabrica, porquanto, tomando-se a média das producções das safras de 1932|33 e 1933|34, encontramos para cada fabrica .. .. 356 640 "

10 — Hawaii se colloca num plano ainda mais elevado, pois que, computando-se a média das safras de 1932|33 e 1933|34, a média de producção de açucar por fabrica, é de .. .. .. 375.640 "

11 — Finalmente as Filippinas occupam o mais elevado logar entre os que mais produzem açucar por fabrica em actividade. Assim, calculando-se a média das producções das safras de 1932|33 e 1933|34, que foi de 1.168.856 toneladas de 2.240 libras, encontramos uma média de producção de açucar por fabrica, de .. .. 439.835 "

Por todos esses numeros (68) que exprimem realmente o gráo de aperfeiçoamento technico e efficiencia, deduzimos a verdade de quanto menos complexo é o problema açucareiro no Brasil, onde a riqueza açucareira está muito mais distribuida e onde ha muito maior numero de productores, diminuindo assim, — porque se espelham — os onus que o combate á super-producção requeira da producção. Porém essa maior distribuição da producção, fatalmente teria que augmentar o custo de fabricação, porque quanto maior a producção — em identicas condições de fabricação — menor o seu custo unitario. E basta se meditar que a distribuição da praducção por fabrica, no Brasil, é inferior á de Reunion, 27,6 %; á de Mauricia, 40%; á da Argentina, 44,8%; á da Trindade, 74,2%; á de Java 77,0%; e 80,4%, correspondendo respectivamente ao calculo com o numero de fabricas em actividade e com o numero total de fabricas existentes; á do Perú, 78,6%; á da Australia, 81,1%; á de Cuba, 82,7%; á de Porto Rica, 86,4°|°; á de Hawaii, 87,1%; e á das Filippinas, 88,9%:

Raciocinando ante os numeros acima, temos de convir, que o Brasil terá de evoluir para a grande industria açucareira, aperfeiçoando as grandes usinas actuaes, sem porém absorver a terra, agrupando as pequenas usinas em forma cooperativa, sem monopolizar a producção entre poucos, para que se possa usufruir o beneficio duma relativa bôa-repartição da riqueza açucareira.

Obtenção de Variedades

Já em 1894, poucos annos após iniciar-se o novo ciclo do açucar em Pernambuco, os noticiarios dos jornaes e revistas vinham constantemente tratando dum assumpto de grande vulto para a lavoura can-

(68) — Dados extrahidos do "Annuaire Sucrier" — 1936.

navieiro, que já possuindo innumeras variedodes, no entretanto não se aclimatovam bem. Annunciavo-se officialmente a obtenção de novos variedades de cannos, conseguidas da germinação das semente. Parece que a primeira noticia documentada sobre cannas obtidas expontaneamente da germinação da semente, se encontra numo carta de Poris, de 1859, publicada em "Barbados Advocote". Esto descoberta foi confirmada ainda nessa possessão inglezo, por Drumm, em 1869, no "Agriculturol Report". (69).

No historico dos trabalhos de selecção de variedades, obtidas pela germinação de sementes, duas fases se apresentom: a do cruzamento entre especies differentes de Saccharum, com Saccharum officinarum, com o fito de serem obtidas voriedades de cannas immunes ás enfermidades.

Segundo informa dr. J. Jeswiet (70), em 1862 Noto Homi Prodjo, cidadão Javanez, conseguiu algumas variedades de canna de açucor, obtidas por vio sexuol, publicando uma noticia no "Journal of Science for Netherland Indio". Em 1885 Soltwedel tratou de conseguir semente da especie silvestre de Saccharum spontoneum, produzindo varios seedlings da mesma, proseguindo o estudo durante o anno seguinte, das variedades de canna do Mauricia, pertencentes ós especies Socchorum officinarum e das cannas Loethers, bem como dos sementes da conhecido Glong-gong, do genero Erionthus. Em 1887 tentou varios cruzomento entre as variedades Loethers e a Sacchorum Spontaneum, costrondo as flores de ambas. Se bem as experiencias não tenham dado resultados sotisfatorios, porém ficou pela primeira vez patenteada a possibilidode do fecundação artificial. Nesse mesmo anno o doutor Ostermann obteve em Java, sementes de uma canna javaneza, provavelmente a Ardjoena. Nesse periodo, Soltwedel conseguiu seedlings da Saccharum officinarum e de uma canna rustica hawaiana, cujo nome se ignoro. Concomitantemente Harrisson e Bovel em 1889 obtinham em Barbodos novas voriedades. As experiencias de Soltwedel tiveram como continuador Moquette, que conseguiu innumeros seedlings da canna Fidji, e até 1892 conseguiu reunir 5.000 plantas de 38 variedades de canna. O doutor Wakker, da estoção jovaneza de Pasoeroean, além de ter divulgado interessantes trabalhos de florescimento e fecundação da canna, foi o descobridor da causa que produziu o esterilidade da canna Cheribon Negra e foi tambem quem conseguiu a famosa canno P. O. J. 100, no anno de 1893, possivelmente o cruzamento do conna Bonpermosin com a Loethers. Bouricius cruzou a Cheribon Negra e a Fidji, conseguindo a conna 247 B, de grande successo. Em 1903 fecunda a Cheribon Negra com a conno Botjon conseguindo a D. I. 52. Em 1911 John W. Veustelgh selecciona a E. K. 28, que com o D. I. 51, faz subir bastante a producção de Jova. Além dessas principoes voriedo-

---

(69) — Eva Mamelli de Calvino.

(70) — Dr. J. Jeswiet — Actas de la Segunda Conferencia de la Sociedad Internacional de Tecnólogos de la Caña de Azucar.

des pertencentes á especie Saccharum officinarum, outras promoveram o soerguimento da industria açucareira javaneza, porém, todos ellos eram susceptiveis ao mosaico e ao sereh.

Quanto á obtenção de variedades pelo cruzamento entre especies differentes de Saccharum com Saccharum officinarum, cabe essa gloria o Moquette e o Wakker — segundo director da estação experimental de Pasoeroean — que foram os primeiros que conseguiram o cruzamento com a canna silvestre, encontrada por M. Kruger no vulcão Moeriah, a Kassoer (70 A). As cannas obtidas por esse cruzamento, desde o principio demonstraram immunidade ao mosaico e ao sereh, se bem que apresentassem um baixo conteúdo de açucar.

Em 1890, conseguiu cannas que se distinguiram pelo rapido crescimento e vigorosos raizes, com o inconveniente porém, de pouco peso e por demais susceptiveis ao mosaico. Foram as cannas que muito se espalharam, como as P. O. J. 36, 139, 228 e 234. Após uma longa série de variedades obtidas pelos geneticistas, principalmente de Java, em 1910 Wilbrink torno a cruzar a Kossoer, fecundondo a "Alistoda Preanger", a Cheribon Negra e a P. O. J. 100. Do cruzomento da P. O. J. 100 x Kassoer, foi obtida a P. O. J. 2364. Em 1917, feito o cruzamento da P. O. J. 2346 com o E. K. 28, foram conseguidos as variedades P. O. J. 2714, P. O. J. 2722 e P. O. J. 2725, a P. O. J. 2878 e a P. O. J. 2883. Todas ellas ricas de oçucar, erectas, de raizame forte e commercialmente immunes ao mosoico. E a ilha de Java atrovés dos esplendidos trobalhos da genetica vegetol lançou ao mundo uma novo ordem no economia açucareira, possibilitando um rapido progresso agricolo e industrial.

Mas se pesquizarmos mois profundamente, deduziremos talvez, que a selecção, o refinamento, a melhoria dos tipos, o trabalho scientifico dos fitotechnistos, forom os factores primeiros da super-producção açucareira no mundo.

Imperialismo da canna "manteiga"

Ao mesmo tempo quasi do inicio dos trabalhos de selecção e cruzamento da canna de oçucar nas diversas zonas cannavieiras do universo, em Pernambuco, um agricultor, senhor de engenho, geneticisto por intuição, assegura ao seu Estado a primazia na America do Sul, do obtenção de connas por vio sexual e talvez a prioridade no mundo, de plantio extensivo de cannas ossim obtidos.

De facto o sr. Manoel Covalconti de Albuquerque, senhor do engenho

(70) — Dr. J. Jeswiet — Historia de los Trabajos de Selección de Variedades de la Caña
(70 A) — Dr. J. Jeswiet — Historia de los Trabajos de Selección de Variedades de la Cana en Java.

Dependencias e senzalas de um engenho de canna em Pernambuco

Cachoeirinha, situado no municipio de Victoria, depois de uma série de estudos conseguiu em 1894, uma variedade de canna que dominou, annos depois, totalmente os cannaviaes pernambucanos e alagôanos: a "manteiga", tambem denominada "sem pello", "envernizada", "Cavalcanti", "Flôr de Cuba". O nome mais vulgar é o de "manteiga", dada sua côr ao attingir a maturidade, sendo arroxeada quando nova Os gomos são de mediana comprimento, occorrendo lascaduras no sentida longitudinal, que porém logo cicatrizam. Em memoriol apresentado á 2ª Canferencia Açucareira, realizada em Recife, um estudioso da cultura cannavieira considera então, o rendimento agricola da canna manteiga bastante elevado.

Considera na entanta, a decadencia ou estacionamento agricola de Pernambuco, proveniente do imperialisma da manteiga. Nos cannaviaes pernambucanos raramente se encontrava uma outra qualquer variedade. Essa predominancia era resultante da rusticidade e da falsa vantagem que encontrava o usineiro, em receber a canna manteiga — considerada canna branca — com umo depreciação de 15 a 20% no valor.

Emquanto tivemos em Pernambuco um surto industrial digno de nota, se não regredimos na technica agricola, pelo menos não avançamos. E a demonstroção dessa affirmativa está na camparação do volume de producção de 1894 com o dos annos subsequentes. Naquelle anna as entradas de açucar na praça de Recife foram de 194.419.020 kilos e até chegarmos á safra de 1936|37, cuja entrada na mesma praça foi de 150.680.580 kilos, periodo de 43 annos, veriticamos que 26 safras foram de volume inferior ao de 1894 e sómente 17 safras superaram aquelle volume. Ainda mais, as 23 safras seguintes á de 1894|95, foram sempre inferiores. A média das 23 safras foi de 126.290.167 kilos, sendo a safra de 1894|95 superior 35% a essa média. E se raciocinarmos com a média geral de todas as satras posteriores á de 1894|95, ficaremos verdadeiramente desolados, encontrando uma média geral de 171.532.062 kilos, o que represento umo diminuição de 11,7%. Essa media geral, patentea-nas uma regressão.

Emquanto se processa esse "impasse" agricola, a parte industriol se aperfeiçoava. Encontrama-nas hoje na contingencia de ter a fabrica que carregor o peso morto da lavaura cannavieira, cuja rendimento agricola é inferior a 30 toneladas por hectare e cuja variedade de canna além de enfraquecido, pobre em açucar, é susceptivel ao mosaico.

Em Alagôas em tempo foi percebido o perigo do imperialismo da conna manteiga, tenda o barão de Vandesmert, proprietario da Usina Brasileiro, em março de 1908, importado as seguintes variedades: Whote Transparent, Demerara 74 e 625, Barbados 147, 208, 376, 1.753, 3.390, 3.412 e 3.696. Segundo anolises procedidas em tres dessas variedades, encontrou o sr. Vandesmert:

	Brix	Sacarrose	Pureza
White Transparent	21,95	22,46	93,8
Demerara 74	21,70	20,49	86,6
Borbados	23,60	21,38	82,4

No anna seguinte a proprietaria da Usina Brasileiro importou as variedades: Demerara 848, 1.082 e 4.805, e Barbadas 1.566, 3.405, 3.675 e 6.450. Em março de 1910 importou e plantau as variedades, Barbados 3.747, 3.922, 4.578, 6.204, 6.360, 1.108, 2.468, 3.956 e 4.397. Finalmente em julho de 1911 recebeu ainda as variedades Barbadas 3.859 e 6.835.

Dessas variedades directamente impartadas, gosavam de fama mundial a D. 74, muito espalhada na Louisiana e a D. 95. E segundo estudas de Nael Deer eram as duas mais ricas variedades abtidas par via sexual. Num trabalha publicada pela sr. Ribeira de Britto em Pernambuco em que resaltava a necessidade da cultura de novas variedades de canna, em 1911, allude aa grande rendimenta agricola da canna "manteiga" que chegau a praduzir até 100 taneladas par hectare, porém os industriaes notavam que esse alta rendimento cultural carrespandia um decrescimo da rendimenta industrial. E um incansavel batalhadar que fai a dr. Ignacio de Barras Barretta, em 11 de maio de 1911, através das calumnas da "Diaria de Pernambuca", chamava a attençãa das paderes publicas para a esplendida apparelhamento industrial da parque açucareiro, emquanta era desaladara a parte agricala e inculcava "a causa da nenhum augmento verificada na volume da safra, na crescente pabreza da materia prima que trabalhamas".

Junte-se á precariedade da variedade da canna plantada, o total desprezo pela parte agricala. Cam a mentalidade creada do enabrecimenta autamatica canferida ao senhar de engenha e nãa ao agricultar da canna de açucar, verifica-se a canstante preoccupaçãa de sempre apparecer a industrial. O fabricante de açucar e nãa o lavradar. Não a lavrador na dependencia financeira da engenha, mas a prapria lavradar independente. O credito da senhar de engenha era conhecido pelo valar das escravas, pelas caixas de açucar produzido, pelas feixes, cunhetes au caras de açucar. Nunca pela extensãa dos seus cannaviaes, pela qualidade das cannas, pela racianalizaçãa da trabalho, pelo baixa custo de pradução. Dahi a plana secundario da technica rural. Dahi existir ainda haje a arada de madeira "Pae Adãa" nas terras de massapé do recancavo bahiano. Ha a scisma que arado de ferra nãa presta, porque "nãa fura a terra, se furar se quebra e se nãa quebrar, a canna não nasce". Arado de madeira, tasca e pesado. Dez e daze bais para puxal-a. Pais fai essa mesma rotina, essa falta de conhecimento da terra, esse pauca ligar aas mistéres do campa sempre repugnanda á maiaria dos nossos industriaes que preferiu vêr a açucar limpa a sair das turbinas ou ensaccada em seus armazens ou nos centras de distribuição e de especulação, á se causticar aa sal tropical, a se molhar debaixo das chuvas pesadas da inverno, a sentir a cheiro de suor das levas de negras e caboclas das eitos ou a odôr esplendida da terra madura, que nas fez viver mais de 30 annas com uma variedade má, com uma variedade de canna pabre.

Variedade que enfraquecenda, além de pobre em saccarose, accelerou o ritmo da acasa da Narte. A decadencia da Nardeste açucareiro. Não se poderá abscurecer a fulgor da crepusculo...

Loga após a abtençãa da canna manteiga par via sexual, na engenho Cachaeirinha, pela agricultor Manael Cavalcanti de Albuquerque, autra agricultor pernambucano, sr. Antania Cavalcanti de Arauja, praprietario do engenho S. Caetano, lacalizada na municipia de Victaria, conseguiu tambem após pacientes es-

tudos, uma série de variedades de cannas assignalando-os pela ordem alfabetica. Existe uma variedade muito rica em açucar, ainda plantada nos cannaviaes de Pernambuco — a S. Caetano — que é o resultdo dos esforços desse fitotechnista nato. Por essa mesma época, o sr. Jeronimo Alves Varella, cunhado do senhor de engenho S. Caetano, obtem a canna Varella, de bôa germinação e de notavel riqueza. Um outro agricultor, o sr. João Cavalcanti de Araujo, irmão da proprietario do engenho S. Caetano, consegue uma bôa variedade de canna, denominada "Lyra" que segundo analises chimicas apresentou resultados satisfatorios, de pureza e riqueza.

Além da canna "manteiga" o sr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque, conseguiu outras variedades que a principio ganharam nome e que sómente desappareceram com o imperio da "manteiga". Algumas dessos variedades foram a "aleijada" tambem conhecida por "caiana sem pello". Parece se tratar dum producto proveniente do cruzamento da canna Caiana com a Salangôr, pois que apresentando os caracteristicos da antiga "Caiana", denota pela côr acinzentada a presença da Salangôr. A canna "cinzenta" tambem conhecida por Grossona, tem a côr "Salangôr" e as folhas identicas ás da "caiana". Cresce bastante porém, acama com facilidade. E' muito damnificada, porque é variedade que tem a casca mais molle e além de pouco precoce, é pouco resistente ao verão. Outras variedades obtidas pelo fitotechnista de Cachoeirinha são: — a "Paulo Salgado", de côr amarella esverdeada quando madura, vegetando bem em terrenos ferteis, de porte erecto, porém com deficiencia de saccarose. A "Malhada" de côr oscillando de roxa clara para verde com manchas rôxas, de accordo com o estado de maturação, engrossa pouco, filhando pouco e flecha com frequencia e tem socaria fraca. A "Manoel Cavalcanti" muito parecida com a canna coiana, de côr esverdeada quando nova e á medida que se processa a maturação a côr muda para amarella, com manchas vermelhas. Dá bôa filhação, raramente flechando. As cannas "limpa" e "Branca" têm bom porte, bôa filhação, não flechando a primeira e flechando bastante a segunda.

Das cannas obtidas pelo agricultor Alfredo Machado Cavalcanti de Albuquerque se distinguem a "bronzeada", a "branquinha", a "Rajada" a "grossona" e a "arandú".

Em 1900 a revista ingleza "Sugar Canne" publicou um informe sobre as variedades de canna cultivadas nos engenhos de Pernambuco, accentuondo o seu exito, dada a resolução dos agricultores de ser continuado o plantio com as cannas pernambucanas. O "Sugar Cane" noticia a exposição de cannas na Sociedade Auxiliadora da Agricultura, resaltando o aspecto de algumas variedodes entre ellas ao do tipo chamado em Pernambuco-Imperial — isto é, de côr amarella e verde listrada. A Zigue-zague sobresae pela maneira curiosa do seu crescimento. Em trabalho publicado em 18 de março de 1900, sob o titulo "cannas da semente da flecha" o sr. Alfredo Wats estampava interessontes dados de analises chimicas com as variedades de canna do engenho Cachoeirinha, e tambem cannas obtidas pelo sr. Alfredo Machado Cavalcanti de Albuquerque, proprietario do engenho Arandú, no municipio de Escada, em Pernambuco. Eis a analise do caldo:

	Brix	% açucar	Pureza
Manteiga	19,25	17,70	91,4
Paula Salgada	20,65	19,12	92,6
Malhada	18,20	16,96	92,2
Zigue-zague	19,18	18,44	96,1
Manoel Cavalcanti	22,60	22,42	99,2
Limpa	18,65	17,06	91,5
Branca	19,00	16,34	86,0
Branzeada	15,20	14,06	92,5
Branquinha	17,55	16,28	92,8
Rajada	18,40	17,31	94,1
Grassona	18,50	17,28	93,4
Arandú	19,10	17,72	92,8

Todas as cannas analizadas foram moidas em principio de fevereiro. Quasi sem excepção, as variedades de Cachoeirinha apresentaram mais percentagem de açucar que a Caiana.

Dahi em deante surgiram em Pernambuco innumeras variedades de canna, em cada sitio de agricultor. Os names e designações se multiplicaram, apparecendo assim a canna Tbayré, em engenha de igual name, em Goianna, de prapriedade da Diogo Soares da Cunha Rabello. A "Batucuda" tambem foi conseguida em Goianna, cruzamento da canna imperial cam a "manteiga".

Todas porém viveram uma vida efemera nos cannaviaes do Norte e em algumas outras zonas açucareiras do paiz.

Só a "manteiga" venceu, só a "manteiga" prosperau, pontificou.

E mesmo apás a debacle das safras, attingidas pelo masaico, quando em São Paulo, Estado da Rio, Minas Geraes, Bahia e mesma Alagôas, todas mudam a semente infectada, substituinda-a por canna immune aa terrivel mal, a imperialismo da canna "manteiga" estava tão enraizado em Pernambuco, que oppãe uma resistencia feroz, tenaz e persistente. Sómente a pouco e pouco, as novas variedades vão sendo cultivadas.

Que prejuizo enarme não causa á economia pernambucana esse imperialismo, que teima em deixar o praductor com tão baixo rendimento industrial, emquanto os outros centros se aperfeiçaando, se racionalizanda, vão deslocando o centro de gravidade açucareira, do Norte, para o Sul.

O Mosaico

Não resta duvida que ao mosaico se deve muito do reerguimento da industria açucareira do mundo. Não fôra elle e talvez não tivesse havido o trabalho persistente das estações experimentaes de canna de açucar. Não teria havida a "revolução das variedades de canna". A enfermidade foi pela primeira vez verificada em Java, no anno de 1890, com a nome de "Gele Strepenziekte". Em 1909 foi encontrada no Egypto, em 1910 em Hawaii, em Porto Rico em 1915 e em 1919 na Luisiana. Depois, em todas os centros cannavieiros da mundo, cainda assustadoramente as safras. E ante a difficuldade de caracterizar a causa real do mal, os scientistas appellaram para a theoria do virus filtravel.

No Brasil, o mosaico foi assignalado em sua fase incipiente, pelo sr. José Vizzioli, no Estado de São Paulo, nos municipios de Piracicaba e Campinas, em fins de 1923. (71)

Em Pernambuco o mal foi pouco depois assignalado, em primeiro lugar, nos cannaviaes da Usina Tiuma, alastrando-se logo de inicio, por todo o vale do rio Tapacurá, em sua fórma já grave, com descoloração e manchas nas folhas, e na canna, linhas vermelhas para o eixo central e verdadeiras ulceras. Ha a presupposição de que muitos annos antes da assignalação do mal, já elle desequilibrava as safras desse Estado, principalmente na zona da Usina Tiuma, que sempre importava diversas variedades, de outros centros de producção, infectados de mosaico. A quéda da producção açucareira das usinas do Estado de Pernambuco, resultante naturalmente da actuação de algum factor estranho, póde-se perceber exactamente nesse periodo de irrupção do mal.

As safras a partir de 1921|22 foram:

1921|22	3.133.206	saccos
1922|23	2.283.295	"
1923|24	1.968.353	"
1924|25	187.532	"
1925|26	2.418.114	"
1926|27	2.597.657	"
1927|28	3.209.301	"

O combate ao Mosaico pela selecção da semente das variedades existentes no Estado, foi feito através da acção do Estado e por iniciativa particular.

As safras da Usina Tiuma, fóco irradiador da molestia, cairam tambem de maneira accentuada. Assim vemos que a partir de 1921|22 as safras foram:

1921|22	210.291	saccos
1922|23	160.932	"
1923|24	143.193	"
1924|25	187.532	"
1925|26	178.829	"
1926|27	156.750	"
1927|28	189.280	"

Somente na safra de 1928|29, a producção consegue galgar seu nivel real, attingindo então 252.204 saccos. Foi a Usina Tiuma das poucas fabricas de Pernambuco que combateu o mosaico em suas propriedades, com a mudança da semente de canna, se bem que tenha plantado novas variedades, nem sempre immunes ao mal.

Afóra ella, porém o combate com a mudança da variedade quasi que escapou á solução do problema profilatico. Realmente, por condições excepcionaes,

(71) — José Vizzioli — Combate ao Mosaico. Artigo publicado no "Estado de S. Paulo", em 12 de abril de 1929.

o mosaico não produziu em Pernambuco tão profundos disturbios como o occorrido em diversos centros productores do mundo, bem como em alguns Estados do Brasil, principalmente os Estados do Rio e S. Paulo.

Está faltando aos productores pernambucanos, a convicção de que "qualquer condição desfavoravel de sólo e clima, favorece o desenvolvimento do mosaico". As variedades communs de Porto Rico soffreram diminuições de 20 a 50 %. Desde o apparecimento do mosaico, porém, na ilha de São Domingos onde as condições são mais favoraveis, as mesmas variedades não têm signal algum de haver sido prejudicadas. (72).

Exactamente occorre em Pernambuco, onde os effeitos de qualquer perturbação climatica, promovem desniveis de producção não proporcionaes ás precipitações pluviometricas. Com a mudança das condições optimas de clima, o mal actua mais intensamente, a ponto de ter reduzido a safra de 1936|37, para 2.122.420 saccos, o que representa uma differença sobre o anno anterior de 2.466.341 saccos, ou 53,7%.

O Estado de São Paulo resolvèu de maneira diametralmente opposta, o combate ao mosaico. Em 1923, quer dizer, logo após a verificação da molestia não havia plantio de cannas javanezas. Em 1924 já se consignavam 1 %, em 1926, 12%; e em 1928, 75%. A existencia de um pequeno cannavial de canna javaneza na Usina Companhia Guatapará foi o centro de irradiação para a renovação dos cannaviaes paulistas. As cannas que iniciaram o resurgimento da lavoura paulista foram a P. O. J. 36, P. O. J. 213, a P. O. J. 228 e P. O. J. 234.

Em 1926, o Engenho Central de Villa Raffard offerece á Estação Experimental de Piracicaba, as variedades P. O. J. 210, 213 e 281.

Em 3 de junho de 1928, ainda a Estação Experimental de Piracicaba recebeu directamente da Estação Agronomica de Móca, Republica Dominicana, a P. O. J. 2725. Em principios de 1929, eram recebidos os primeiros rebolos da P. O. J. 2878, vindos de Campos (73).

Em 11 de junho de 1929 importou directamente de Jáva as P. O. J. 2878 e 2883. Em 1930 foram importadas directamente a CO. 213, CO. 290, CO. 312 e CO. 313 provenientes de Coimbatore. Ainda em 1930, recebeu novamente da Estação Experimental de Piracicaba a P. O. J. 2878 e 2883, da America do Norte.

Sintetizando o esforço paulista no que se refere ao combate do mosaico, pelo quadro abaixo se observará como se processou velozmente a substituição das antigas variedades susceptiveis ao mal.

---

(72) — J. A. Stevenson, Journal of Departament of Agriculture citado por G. L. Fawcett no Trabalho. "Las enfermidades de la caña de azucar en Tucuman".

(73) — Em 1929 o director da Estação Experimental de Campos, Adrião Caminha Filho, adquiriu pessoalmente as primeiras estacas que entraram no Brasil, da famosa P. O. J. 2878.

Anno	Variedades susceptiveis	Variedades resistentes
1925	99%	1%
1926	88%	12%
1927	75%	25%
1928	25%	75%
1929	15%	85%
1930	7%	93%
1931	5%	95%
1932	1%	99%

Em oito annos de trabalho de renavação, São Paulo inverte completamente a situação, passando de 99% de variedades susceptiveis, para identica percentagem de variedades resistentes.

Apesar do rigor nas exportoções de conna para outros centros de producção, a Estação de canna de açucar do Estado de São Paula, cooperou no resurgimento de diversas zanas açucareiras do paiz, despachando de accordo com os pedidos e as normas que presidiam essas expartações, algumas toneladas de cannas javanezas, após o anna de 1928. E, a não ser algum productor particular que conseguiu poucas cannas, sámente em 1932, na documentação que me foi dado compulsar, encantrei uma pequena exportaçãa para a Secretaria da Agricultura de Pernambuco, das variedades Kassoer e P. O. J. 2878 (74).

Depreende-se, que exactamente quando urgia uma completa renovação dos cannaviaes e dos methodos de trabalhar a terra, quanda se tornava necessario acompanhar de perto o que faziam o Estado de São Paulo e Campas, Pernambuco enveredava por outro caminho, por autro methodo de combate ao mosaico, espalhando, em vez de cannas javanezas, as E. B. (Estaçãa Experimental de Barreiros), que não conseguiram livrar-se do mosaico, nem se impâr como substitutas da canna "manteiga". Só mais tarde com a sub-estação de Tapacurá localizada na Escola Superior de Agricultura de São Bento, é que os praductares começaram aos poucos e muitos sem enthusiasmo, a processar a renovação dos cannaviaes pernambucanos, que estãa oinda muitissimo longe de attingir o gráo de renovação das cannaviaes paulistas.

E' de inteira justiça resaltar a esforço da Usina Central Leãa Utinga, no Estado de Alagâas, que em poucos annos conseguiu renavar em mais de 70% as suas variedades de canna. E' certamente a Usina no Norte que mais conseguiu na esfera da technica agricola, a racionalizaçãa das seus trabalhos de campo. E dos dadas colhidos nessa Central poderemos deduzir ser infundado o receio de muitos productores nortistas de que a transplantação, a mudança de habitat, venham influir nas caracteristicas essenciaes das variedades de cannas.

---

(74) Todos esses dados sobre variedades de cannas em São Paulo devo á gentileza do ex-director da Estação Experimental de Piracicaba, o agronomo Corrêa Meyer.

Eis os dados de analise de treze variedades de canna, desde oito mezes de periodo vegetativo até os quinze mezes, com o Brix, Sucrose e Pureza, por onde qualquer productor poderá aquilatar a excellencia de algumas das variedades analizadas:

Nºs.	DESIGNAÇÃO		BRIX	SUCROSE	PUREZA
	Em 27|7|36 — Com 8 mezes				
1	C. O.	290	13.0	9.50	72.0
2	P. O. J.	2878	12.1	7.20	58,5
3	C. O.	313	10.6	6.15	56.9
4	C. O.	285	11.4	7.96	68.6
5	C. O.	210	12.9	9.20	70.2
6	B. H.	10.12	16.1	13.69	84.0
7	C. P.	27|139	12.5	8.50	66.9
8	F. L.	29|265	14.3	11.42	78.7
9	Otaheite		12.5	8.28	64.7
10	F. L.	29-7	16.7	13.83	81.3
11	B.	3405	11.2	5.90	51.3
12	P. O. J.	2873	10.6	6.12	56.1
	Em 24|8|36 — Com 9 mezes				
1	C. O.	290	14.1	11.41	78.1
2	P. O. J.	2878	17.3	14.45	82.5
3	C. O.	313	11.5	5.97	50.5
4	C. O.	285	12.3	8.20	65.6
5	C. O.	210	12.9	9.84	73.4
6	B. H.	10.12	17.9	16.83	91.4
7	C. P.	27|139	11.7	8.03	65.8
8	F. L.	29|265	14.5	12.12	80.5
9	Otaheite		13.6	9.64	69.8
10	F. L.	29-7	17.1	14.51	82.4
11	B.	3405	14.7	11.19	73.6
12	P. O. J.	2883	13.3	9.39	68.0
13	D. P.	625	15.2	10.91	70.8

Em 28|9|36 — Com 10 mezes

1	C. O.	290	18.3	15.51	83.3
2	P. O. J.	2878	21.2	19.21	88.5
3	C. O.	313	16.8	13.08	76.4
4	C. O.	285	15.2	11.24	72.5
5	C. O.	210	19.1	16.67	85.9
6	B. H.	10.12	21.2	19.71	90.4
7	C. P.	27|139	16.8	14.31	83.6
8	F. L.	29|265	19.4	17.57	89.1
9	Otaheite		18.3	16.46	88.4
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	17.6	13.76	76.8
12	P. O. J.	2883	14.8	11.86	78.5
13	P. O. J.	625	17.7	14.65	81.3
14	D.	625	—	—	—

Em 21|10|36 — Com 11 mezes

1	C. O.	290	18.4	16.80	88.4
2	P. O. J.	2878	20.9	18.73	86.7
3	C. O.	313	19.0	16.91	86.3
4	C. O.	285	16.8	14.14	81.2
5	C. O.	210	18.2	16.56	88.1
6	B. H.	10.12	22.6	21.90	94.0
7	C. P.	27|139	17.4	15.58	86.5
8	F. L.	29|265	19.8	17.75	87.0
9	Otaheite		19.6	18.20	90.0
10	F. L.	29-7	19.2	17.82	90.0
11	B.	3405	18.0	16.08	86.4
12	P. O. J.	2883	17.0	14.90	84.6
13	P. O. J.	625	19.1	17.30	87.8

Em 21|11|36 — Com 12 mezes

1	C. O.	290	20.3	18.50	88.1
2	P. O. J.	2878	23.5	21.73	90.5
3	C. O.	313	18.4	15.99	84.6
4	C. O.	285	18.7	16.56	86.7
5	C. O.	210	21.0	18.75	87.2
6	B. H.	10.12	24.3	23.54	94.1
7	C. P.	27|139	18.0	15.68	84.7
8	F. L.	29|265	20.4	18.53	88.6
9	Otaheite		18.4	16.26	86.0
10	F. L.	29-7	19.3	18.15	91.2
11	B.	3405	20.0	18.62	90.8
12	P. O. J.	2883	15.5	12.27	76.2
13	P. O. J.	625	19.8	16.94	83.0

Em 9|12|36 — Com 13 mezes

1	C. O.	290	19.8	18.78	91.6
2	P. O. J.	2878	22.7	21.20	90.5
3	C. O.	313	19.7	17.28	85.1
4	C. O.	285	19.3	17.04	85.6
5	C. O.	210	21.4	20.27	91.3
6	B. H.	10.12	23.4	23.11	95.4
7	C. P.	27|139	16.6	14.56	84.6
8	F. L.	29|265	21.4	19.60	88.6
9	Otaheite		18.8	17.15	88.4
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	18.5	17.42	90.7
12	P. O. J.	2883	17.0	15.34	8'.6
13	P. O. J.	625	19.7	16.54	81.0

Em 2|1|937 — Com 14 mezes

1	C. O.	290	—	—	—
2	P. O. J.	2878	21.4	20.08	90.8
3	C. O.	313	18.7	16.51	85.5
4	C. O.	285	18.4	16.36	86.1
5	C. O.	210	21.1	19.35	89.2
6	B. H.	10.12	23.2	22.48	94.5
7	C. P.	27|139	—	—	—
8	F. L.	29|265	21.9	19.92	88.1
9	Otaheite		16.9	15.59	89.1
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	19.3	17.98	91.3
12	P. O. J.	2883	—	—	—
13	P. O. J.	625	21.9	19.37	86.1

Em 5|2|37 — Com 15 mezes

1	C. O.	290	—	—	—
2	P. O. J.	2878	21.8	20.86	91.8
3	C. O.	313	19.4	17.88	88.9
4	C. O.	285	19.6	18.08	89.0
5	C. O.	210	21.1	19.88	90.3
6	B. H.	10.12	23.7	23.33	94.8
7	C. P.	27|139	—	—	—
8	F. L.	29|265	21.8	20.43	90.3
9	Otaheite		—	—	—
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	20.0	18.88	90.7
12	P. O. J.	2883	—	—	—
13	P. O. J.	625	23.1	22.22	92.5

Ante taes numeros, apresentados pelas P. O. J. e CO. principalmente por serem immunes ou altamente resistentes ao mosaico, haverá ainda quem se apeque á "manteiga", com sua baixa pureza e sucrose interior muitas vezes a 10 %? Como resistir á concorrencia se a canna que se esmaga, é inferior em cerca de 50% da quantidade de saccarose contida nas cannas dos cannaviaes paulistas e fluminenses?

Tem-se a impressão que a relativa e superficial resistencia ao mosaico, das variedades de canna de açucar em Pernambuco e Alagôas, determinou uma parada, uma estagnação de um decennio, á necessidade de renovação da semente de canna, no Nordeste Açucareiro.

Deslocamento da producção açucareira — O mosaico transformou o panorama da producção açucareira no paiz. A renovação absoluta dos cannaviaes paulistas e fluminenses e o retardamento da substituição da semente de canna nas lavouras nortistas, provocaram um verdadeiro deslocamento dos centros de producção de açucar no paiz.

Unicamente o Estado do Rio de Janeiro era o competidor do açucar do Norte. Os productores de S. Paulo, voltados para o café, reproduziam o conceito daquelle senhor de engenho de Ponta, da Bahia, que queria exclusivamente plantar canna de açucar, que dava para tudo, inclusive para comprar farinha de mandioca.

Os productores tinham o café que dava para tudo, inclusive para a compra do açucar de Pernambuco ou Alagôas.

Depois veiu o drama do café. Drama da moderna economia o drama da super-producção do café. Esse drama, que teve o seu inicio em 1896, como consequencia da alta exaggerada dos preços motivada por uma excessiva e progressiva depreciação da nossa moeda e forçando uma corrida para o plantio do café, foi mais tarde attenuado pelas constantes valorizações artificiaes. Emquanto artificialmente se valorizava a rubiacea, o productor paulista vivia satisfeito com o que dava o café, que se tornou inteiramente soberano, no quadro agricola do grande Estado. Dahi a morosidade do progresso da industria açucareira paulista. Se bem que anteriormente a 1925|26 suas safras de açucar de usina tivessem tido maiores vultos, no entanto esse periodo marca, com a debacle nos cannaviaes affectados de mosaico, o deslocamento dos centros de gravidade da producção.

Deslocamento da producção açucareira, do Norte para o Sul, como já occorrera com o deslocamento do eixo economico do Brasil.

O Sul açucareiro é representado por São Paulo, Estado do Rio de Janeiro e Minas Geraes. Dos tres Estados sómente o Estado do Rio era tradicionalmente productor de açucar.

Safras	S. Paulo	Estado do Rio	Minas Geraes
1925|26	155.348 scs.	861.070 scs.	82.088 scs.
1926|27	375.930 "	1.467.800 "	100.169 "
1927|28	652.867 "	1.177.385 "	119.911 "
1928|29	945.980 "	807.434 "	92.227 "
1929|30	1.113.417 "	2.102.019 "	73.291 "
1930|31	1.108.510 "	1.345.297 "	145.348 "
1931|32	1.565.824 "	1.705.700 "	177.106 "
1932|33	1.673.998 "	1.486.209 "	212.127 "
1933|34	1.828.668 "	1.767.259 "	258.602 "
1934|35	1.844.497 "	1.825.474 "	245.821 "
1935|36	2.032.083 "	2.107.651 "	294.395 "
1936|37	2.248.370 "	2.615.923 "	408.229 "

Tomando-se em consideração a safra de 1925|26 e comparando com a de 1936|37, isto é, doze annos após, verificamos que a producção paulista attingindo nesse anno a sua maior safra, apresenta um augmento de 1.347,3%, a fluminense um accrescimo de 203,7% e a mineira de 397,3%.

Tomando-se a safra de 1925|26 do Estado do Rio, que attingiu a 861.070 saccos, verificamos que ella é superior 452,2% á safra de S. Paulo e 948,9% á safra de Minas Geraes, naquelle mesmo anno. Já na safra de 1936|37, — o Estado do Rio que teve uma producção de 2.615.923 saccos, — constatamos que ella é superior a de S. Paulo e Minas Geraes nessa mesma safra, respectivamente .... 16,3% e 540,7%.

O Norte açucareiro é representado por Pernambuco, Alagôas e Sergipe, podendo-se exceptuar a Bahia porque se bem seja um Estado com producção avultada, no entanto é pequeno exportador, consumindo assim, grande parte de sua producção.

No periodo 1925|26 a 1936|37, as safras desses tres Estados foram:

Safras	Pernambuco	Alagôas	Sergipe
1925|26	2.256.285 scs.	480.731 scs	345.667 scs.
1926|27	2.648.627 "	470.276 "	397.481 "
1927|28	3.282.123 "	726.000 "	386.846 "
1928|29	3.876.944 "	910.334 "	378.497 "
1929|30	4.603.127 "	1.450.986 "	580.269 "
1930|31	3.106.244 "	1.037.170 "	742.508 "
1931|32	3.854.742 "	892.412 "	393.424 "
1932|33	3.306.573 "	963.652 "	342.911 "
1933|34	3.219.124 "	747.557 "	298.790 "
1934|35	4.267.176 "	1.336.577 "	743.802 "
1935|36	4.588.761 "	1.074.873 "	741.022 "
1936|37	2.122.793 "	669.535 "	531.067 "

Calculado o augmento da safra nos dois extremos dos doze annos de producção, verificamos que a producção pernambucana caiu 5,9%, a alagoana augmentou 39,2% e a sergipana augmentou 53,6 %.

Computando-se, para effeito de ser diminuido tanto quanto possivel o erro de calculo baseado em poucas safras, as médias dos doze annos, temos:

São Paulo	1.295.457	saccos
Estado do Rio	1.605.768	"
Minas Geraes	192.442	"
Pernambuco	3.427.709	"
Alagôas	896.675	"
Sergipe	490.190	"

Quer dizer que o Sul açucareiro teve uma producção média nos doze annos, de 3.093.667 saccos annuaes, quando em 1925|26 essa producção era de 1.098.506 saccos, augmentando-a em 1936|37, para 5.272.522 saccos. Emquanto que o Norte açucareiro tem uma producção média nos doze annos, de 4.814.574 saccos annuaes, quando em 1925|26 essa producção era de 3.082.683 saccos, augmentando-a para 3.323.395 saccos, na safra 1936|37.

O Sul açucareiro, na média dos doze annos tem um augmento sobre a safra de 1925|26, de 181 % e uma differença de 41 % em relação á safra 1936|37.

E o Norte açucareiro, na média dos doze annos, tem um augmento sobre a safra de 1925|26, de 56% e em vez de uma differença como no Sul açucareiro, um augmento de 44% em relação á safra 1936|37.

Cada anno de crise no Norte, crise de producção, é um incentivo á producção sulista.

O Norte açucareiro na situação precaria em que se encontra, sem a renovação dos seus cannaviaes, com fraca producção por hectare, com cannas pobres em saccarose, com fretes ferroviarios e maritimos muito caros, para viver, lutar e não baquear, para não se tornar uma ruina numa zona historica, um monumento antigo da civilização açucareira que passou, tem que fundar logo em bases solidas a sua politica hidraulica. Pernambuco, Alagôas e Sergipe, precisam d'agua para não viver sob contingencias da distribuição de chuvas. Para essa zona desprotegida e populosa, zona unica littoranea onde o homem póde viver sem emigrar quando vem a calamidade da sêca, zona onde reter agua é perpetuar a vida, a riqueza, a estabilidade do trabalhador, nessa zona irrigar, armazenar agua, revivificar toda uma grande região que precisa se soerguer, é funcção de governo, é medida de salvação publica.

Se a medida não fôr immediatamente tomada, se a solução para o problema maximo do Norte açucareiro — produzir açucar — fôr retardado, perderemos definitivamente a hegemonia da producção açucareira como já perdemos a do algodão ha pouco tempo e como já perdemos em tempos que já vão longe, a supremacia economica no Brasil, o que correspondeu ao deslocamento do eixo politico e cultural.

Teremos, principalmente com o fenomeno açucareiro paulista, o deslocamento do centro de gravidade de producção de açucar, do Norte para o Sul.

Qual então o destino do Norte?

Fenomeno paulista

Para se explicar plenamente o actual fenomeno oçucareiro paulista, que demonstra a possibilidade de deslocar o eixo da producção açucareira do Norte para o Sul, é necessario caminhar através a sua documentação açucareira, perceber o sentido da civilização que elle creou e ante esses elementos, ante a evidencia de sua argumentação, deduzir num estudo analitico-psichologico, até que ponto essa possibilidade de deslocamento se estende.

O Estado de S. Paulo praticamente não tem tradição açucareira. Mesmo se se concordasse em dar ao grande Estado a prioridade da fundação do engenho de açucar, discordando da forte argumentação de Freire Allemão e da prova real do pagamento de dizimos de açucar pernambucano entrado em Lisbôa, acceitando assim a these de Frei Gaspar de que o engenho São Jorge "foi o primeiro que houve no Brasil e delle sairão cannos paro as outras capitanias brasilicas", esse facto teria um valor puramente historico. Porque em São Paulo, o engenho de açucar não logrou crear uma fisionomia como a do Nordeste açucareiro. Depois da estabilidade do homem branco no sólo paulista, não se fundou uma élite conservadora, estavel. O paulista foi bandeirante, emquanto no Norte se fundava uma economia, uma civilização fixando homens, forjando riquezas, appropriando a terra para funcção productiva.

Em São Paulo, em 1548, havia 6 engenhos e ao findar ainda esse seculo, a industria açucareira regredio.

A partir dessa data a capitania começou visivelmente a regredir, testemunhado esse atraso, pelo Padre Manuel da Nobrega que attesto que "a Capitania de S. Vicente se vae pouco e pouco despovoando, pela pouca conta e cuidado que el-Rei e Martim Affonso de Souza têm, e se vão lá passando ao Paraguay pouco a pouco". (75)

"Em S. Vicente segundo Bleau, no fim do seculo XVII o panorama era ainda de atrazo. Setenta casas com uma centena de habitantes — portuguezes e nortistas. Tres ou quatro engenhos de açucar."

O seculo XVIII, trouxe umo maior prosperidade para S. Paulo e ao findar esse seculo o ogriculturo "acha-se em hum progresso muito grande, de sorte que se póde dizer que se acobou o preguiça de que geralmente era accusada a Capitania de S. Paulo.

Só a villa de Itú faz mais de cincoenta mil orrobas de assucar por anno e vae em augmento. Da Freguezia de Ararytaguaba, da nova Povoação de Piracicoba, da Villa de Sorocaba, do Freguezia das Campinas, o termo da Villa de Jundiahy sae presente muito açucar" (76). Essa producção era irrisoria comparada a dos 248 engenhos de Pernambuco em 1761, exportando em 35 navios, 12.292 caixas de oçucar, 805 feixos e 130 caras de açucor, ou a dos engenhos da Bahia

---

(75) — **Carta de Manuel da Nobrega para o Provincial de Portugal, em 1557.**

(76) — **Relatorio do capitão-general Bernardo José de Lorena a Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, em 1797.**

exportando ao fim do seculo XVIII 17.826 caixas e 109 feixos de açucar, no valor de 1.645:576$640 (77). Em 1797 a exportação do açucar paulista fôra de 88.435 arrobas. (78)

Alguns annos após, em 1807, havia na Capitania de São Paulo 458 engenhos de açucar e 601 alambiques para aguardente, parém esses engenhos não se podiam comparar com as grandes fabricas de açucar bruto dos Estados da Norte, como o engenho Salgado, em Pernambuca, pois "á primeira vista o estabelecimento parece bastante com uma das grandes herdades da Beauce. Os edificios cercam um grande pateo quadrado de 60 taezas de camprida sabre 30 e poucas de largo. Vê-se em primeiro lugar uma extensa construcção ao rez do chão, tendo em frente uma galeria sustentada por columnas; é a senzala dos negros, deserta durante as horas de trabalho.

"Da senzala domina-se a planicie onde se cultiva a canna. O calor é de 27 a 28.º, o sol abrazador; vejo expostos ali ao seu ardor 30 negros e negras curvados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitar armado dum chicate que pune o menor repouso; ali oito negros vigorosas cortam as cannas que cinco raparigas enfeixam; os carros chegam da matta carregados de lenha para as fornalhas. Tudo é movimento.

"Proximo á senzala acha-se o engenho; assenta sobre o terraço e o seu tecto repouza sobre pilares; oito cavallos estimulados pelos gritos de quatro moleques, fazem-nos girar. Num cercado contiguo estão 100 cavallos de reserva para as mudas; approximam todos da construcção em que estão as caldeiras afim de se abeberarem nagua em que se deita as espumas açucaradas de que gostam extraordinariamente".

"O edificio que encerra a moenda contém igualmente a importante dependencia das caldeiras, onde é cozido o caldo e se forma o açucar. O mestre refinador é um homem livre; tem ás suas ardens cinco negros robustas que vivem, como elle, em meio de um vapor ardente; agitam o mel cam grandes calheres, e fazem as successivas transfusões que ardena o mestre. O fogo das fornalhas é alimentada dia e noite e mantido durante os cinco mezes que dura a safra. Dois negros collocados em frente ás bocas alimentam as formas para a casa de purgar, que é tambem dirigida por um mulato livre. Este tem sob suas ordens dois homens para a refinação e dois outros para esgotar o mel que vae juntar-se num reservatorio commum. Esta dependencia é silenciosa e escura, necessitando de uma temperatura fresca; communica com a em que se despejam as formas contendo o açucar acabado. Ali os pães cristallizados e purgados são quebrados; separam-se as qualidades e espalha-se o açucar, para secar ainda, sobre duas plataformas moveis que podem ser recolhidas cam facilidade em caso de mau tempo; depois pila-se e encaixota-se o açucar, sendo esta a ultima operação." (79) Eram 120 ou 130 individuos trabalhando nesse engenho. E sob o ponto de vista architectonico, as casas grandes ainda hoje existentes, muitas ainda do periodo colonial, attestam deslumbrantemente o fausto, o conforto, a riqueza do senhor de engenho.

---

(77) — Gileno Dé Carli — O açucar na formação economica do Brasil.
(78) — Affonso de E. Taunay — Subsidios para a Historia do Café no Brasil Colonial.
(79) — L. F. Tollenare — Obra citada.

Em São Paulo, em 1818, já quando se notava um surto bem accentuado de progresso, o principal centro productor de açucar era Campinas onde havia "no termo desta Villa sessenta engenhos, contando com os do fabrico de aguardente; quinze dos quaes são movidos por agua; e outros muitos se podem levantar por esta maneira commoda. O principal senhor de engenho he o Coronel de Milicias Luiz Antonio de Souza Macedo Queiroz, morador em São Paulo, homem ajudado pela fortuna de hum modo espantoso, e que possue huma das mais solidas casas do Brasil; só elle, em Campinas, tem dezeseis engenhos, hum dos quaes lhe rendeu em 1817, nove contos; a sua colheita annual não desce de trinta mil arrobas d'assucar, e a renda da sua casa anda em oitenta mil cruzados". (80) As trinta mil arrobas de açucar de producção annual, distribuidas pelos dezeseis engenhos, dão uma média de 1.874 arrobas por engenho, quando o engenho Salgado safrejava cinco mil arrobas. Certamente a grande maioria dos engenhos de São Paulo se approximava dos descriptos por Saint Hilaire, em Cachoeira: "A canna de açucar e o café são os dois productos que mais se cultivam nessa comarca. Vêm-se engenhocas de açucar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigencia". Em todo caso, os engenhos eram em grande numero, accusando em 1808 uma producção de 122.993 arrobas de açucar, em 1813 uma exportação de 578.657 arrobas.

E quando S. Paulo começava realmente a se impôr como productor de açucar, a rubiacea veiu tudo substituir, creando uma nova fisionomia, uma outra evolução, uma agigantada estructura economica, com o café que se fez além de soberano, um verdadeiro tirano.

Para o café todas as actividades se dirigiram, todos os capitaes se volveram. São Paulo pouco produziu de açucar no grande periodo iniciado com a "febre" do café, bastando citar a sua producção de açucar em 1888, de 6 mil toneladas

A caracteristica sociol formada com o café, em S. Paulo, differia profundamente da creada com o açucar no Nordeste. O regime do trabalho, quer no periodo da escravatura, quer após a abolição, era tambem de natureza differente, differenciação traçada pela diversidade de culturas. Cultura perenne do café, cultura periodica da canna de açucar. E a diversidade de trabalho mais se aprofunda com a immigração, tornando o immigrante, o colono, o plantador, o trabalhador, o elemento braçal para a colheita, recebendo mediante um contrato com o fozendeiro. Emquanto que no Norte o trabalho era — após a abolição — feito pelo assalariado, percebendo uma remuneração insignificante. Esse quadro permaneceu mais ou menos estavel no regime de exploração agricola das duas culturos. A industria açucareira evoluiu no sentido da substituição do antigo senhor de engenho transformado em fornecedor de cannas á usina ou no sentido do obsorpção do engenho banguê pela usina.

Em Pernambuco e Alagôas sempre existiu uma classe de agricultores — o lavrador, que explorando a terra do engenho, pagava ao seu proprietario 50% de renda. Differia porém profundamente esse lavrador do colono. O lavrador era

---

(80) — Luiz d'Alincourt — Memoria sobre a viagem do porto de Santos á cidade de Cuiabá.

Engenho Timorante, em Amaragy

uma especie de feitor graduado do senhor de engenho tendo sob suas ordens innumeros assalariados, variando o numero delles de accordo com a extensão dos cannaviaes.

O colono é o proprio trabalhador pois que "na plantação de café, a familia é considerada como um grupo de trabalhadores em que o pae é o chefe. Conforme o numero de adultos e de adolescentes que compõem a familia, assim se confiam ao colono maior ou menor numero de cafeeiros; em media, 4 mil a 7 mil". E nesse regime de trabalho "em regra o colono endivida-se durante o primeiro anno de trabalho, no segundo equilibra-se e no terceiro já consegue realizar de 1 a 2 contos de economia" (81)

Quando após a irrupção do mosaico em São Paulo, os cannaviaes foram renovados e a ante-visão do crack do café, sustentado artificialmente por uma politica economica que teria de falhar, forçou o deslocamento de capitaes para outras actividades agricolas e industriaes, os antigos e novos usineiros se encontraram ante uma situação de toda especial. Sem nenhuma tradicção açucareira que tivesse de ditar normas economicas e sociaes.

Aproveitando a lição do regime do café, os usineiros de S. Paulo transplantaram para a exploração dos cannaviaes a technica da exploração da lavoura cafeeira. Instituiram o colono — em grande escala — como o pequeno agricultor da lavoura resuscitada.

Temos assim elementos de comparação mais homogeneos, dentro da propria lavoura cannavieira.

No Norte, o fornecedor — antigo senhor de engenho, com alto standard de vida; sem luxo, porém vivendo decentemente; installado na vida e precisando viver a sua época, dentro das commodidades que a civilização creou. No Norte a tradicção açucareira determinando motivos e exigindo uma apresentação. E num meio em que o rendimento agricola é baixo, a semente de canna má, a technica agricola atrazada, o custo de producção portanto elevado, o preço da canna jámais satisfará. Dahi os aborrecimentos constantes, os mal-entendidos permanentes, a luta que por vezes tem explodido, entre usineiros e fornecedores.

No Sul, o colono é um homem de habitos por demais simples, e os lucros só existem dada a modestia com que se apresenta na vida. Vive nos campos, no seu sitio, trabalhando com a propria familia, com baixo standard de vida, sem representação social alguma, plantando a canna, e ao lado a fava, a mandioca, o feijão, a verdura, bastando-se quasi, com os filhos em escola primoria ou as mais das vezes no cabo da enxada. Trabalha numa terra bôa, destocada, com a assistencia technica do usineiro que lhe vende o adubo e lhe entrega a variedade de canna que tem de plantar e arbitra o numero de limpas que tem de dar com o cultivador. Bôa semente, bôa terra, baixo custo de producção, alto rendimento agricola, dão um razoavel lucro ao colono, vendendo elle por baixo preço a tonelada de canna.

---

(81) — Fernand Maurette — Alguns aspectos sociaes do desenvolvimento actual e futuro da economia brasileira - 1937.

Para contrapôr ao fornecedor de canna do Nordeste, tem a industria açucareira paulista o colono. As tabellas de cannas dos Estados, principalmente as de Pernambuco, e São Paulo pedem um estudo pormenorizado, para uma explicação mais clara do fenomeno paulista.

Tabellas de compra e venda de canna

Com o advento da usina, appareceu um problema que nos tempos do engenho banguê era bastante simples. Nesse tempo o lavrador trabalhando nas terras do engenho entregava 50% de sua producção ao proprietario, que moía e fabricava o açucar.

Após o apparecimento das usinas, o aspecto do fornecimento da materia prima foi logo focalizado. Em 30 de abril de 1875 no contracto entre Keller & Cia., e a Provincia de Pernambuco, ficou estabelecido que "os contractantes farão contracto com os proprietarios para o fornecimento de cannas á fabrica. Estas serão compradas no centro de cada terreno de producção e recebidas nos pontos determinados para serem depositados". E segundo o artigo 9º, "a base de compra das cannas será na razão de cinco e meio por cento do açucar sobre o peso da canna, calculando-se esta base pelos preços correntes do açucar bruto — não purgado — sêco e de primeira qualidade, ou na de 7 réis por kilogramma de canna, tudo isto quando não haja entre os contractantes e as fornecedores de cannas estipulações ou ajustes em contrario". Para evitar qualquer compressão da Companhia sobre os fornecedores, ficou estabelecido em clausula contractual, que todos os contractos seriam apreciados e approvados pelo presidente da Provincia.

Annos após, quasi todas as usinas de regular efficiencia e capacidade para a época, contractavam o fornecimento de cannas pelo preço de seis mil réis por tonelada, quando a média dos preços do açucar — grã-fina e cristal ou cristal sómente — na quinzena, fosse de tres mil réis por 15 kilos, na praça de Recife. Para cada cem réis que subisse ou descesse, o preço médio em relação a base de tres mil réis, a Usina augmentava ou diminuia duzentos e cincoenta réis no preço da tonelada de cannas. Quando a conveniencia do mercado exigia a fabricação de açucar demerara, o pagamento da canna era na base de cinco mil réis para o preço de dois mil réis pelos quinze kilos de demerara, com a mesma variação de duzentos e cincoenta réis para mais ou para menos. Em qualquer dos casos se addicionava ao preço da canna, mais cem réis por tonelada, para cada cem réis que excedesse de mil réis o preço da canada do alcool de 40 gráos.

No contracto, de onde extraimos essas notas (82) estava consignado um item que representava uma garantia da excellencia da materia prima, pois que o contractante se obrigaria "a plantar em suas terras cannas das melhores qualidades e rendimento, como sejam: caiana, cristalina, salangor, imperial e outras; abolindo as de má qualidade e rendimento, como sejam: a rôxa, ferrea, fita e semelhantes. A canna rôxa e semelhantes soffriam um "desconto de 10% so-

---

(82) — Contracto de fornecimento de cannas á Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, transcripto em "A Industria Açucareira em Pernambuco" — Gaspar e Apollonio Peres — 1915.

bre o peso, sendo tal desconto opplicado á cargo total do vogão, mesmo quando a canna rôxa estiver misturada com outras de qualidades differentes".

Se se tivesse em mira em Pernambuco e nos outros Estodos açucoreiros, a melhoria constante da materia prima, com o fito da suo renovação otravés das substituições da semente, e o quadro economico de Pernambuco açucareiro teria sido muito differente. Em summa, tornou-se ficticiamente um lucro paro o industrial, a taxa de 10% e até mais, sobre a "canna branca", isto é, as voriedades de canna como manteiga, ferrea, roxa, etc. Por uma folso visão, deixou-se perdurar essa situação annos e mais annos, accumulondo-se os mal-entendidos e desgostos entre fornecedores e usineiros, tendo por epilogo, após um esboço de luta de classe de consequencias imprevisiveis, a intervenção do Governo do Estodo de Pernambuco, através do decreto n. 111, de 23 de janeiro de 1932, approvado pelo decreto do Governo Provisorio da Republico, sob n. 21.264, de 8 de abril de 1932.

O tabellamento de cannas de Pernombuco, de 1932, exprimiu plenomente a mentalidade que norteava o productor de oçucar dessa região, tonto usineiros como fornecedores. Pernambuco havia tido pouco antes, a suo moior safra, — 4.603.127 saccos de açucar de usina e os productores do Sul emergiom de um grave desequilibrio, com o ataque oos cannaviaes, pelo mosaico.

Pernambuco liderava em volume e somente com o volume de sua producção se preoccupava. Visando sempre a quantidade relegou para um plono secundario a qualidade da materia prima. Não se legislou sobre o theor soccarino das cannas, não se visou a substituição das variedades, obrigondo compulsoriomente essa substituição, dentro de um determinado prazo. Unicamente se prohibiu o taxação sobre cannas de qualidade inferior. Para o estudo comporativo das tabellas é interessante transcrever o decreto n. 111, com as competentes justificotivos:

— "O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando do autorização concedida pelo Chefe do Governo Provisorio da Republica e tendo em vista a necessidade immediata de derimir a contenda estabelecida entre os proprietarios de usinas e os fornecedores de sua materia prima em torno das tabellas de preços minimos para pagamento da tonelada de conno;

Considerando que não foi possivel chegar a um occordo entre as partes interessadas afim de resolver esse dissidio que já começo a interessor a ordem publica;

Considerando a situação de muitos fornecedores, cujas propriedades isoladas não lhes permittem offerecer os seus productos em livre concorrencia que é a condição por excellencia do legitimidode do preço;

Considerando que no momento se impõe uma medida de emergencia que faça desapparecer essa fonte de discordio até que um estudo sério e demorado regule, num justo equilibrio, os interesses dessas duas importantes classes;

Considerando que a concepção sociol moderna em face do desenvolvimento das industrias, justifico uma opportuna intervenção do Estado, nas relações das forças productoras;

Considerando que o mais antigo orgão da lavoura do Estado, ou seja a Sociedade Auxiliadora da Agricultura já se pronunciou desde 1927, pela intervenção do poder publico no caso em apreço;

Considerando que o Ministerio do Trabalho já fez publicar um anteprojecto de decreto, dispondo sobre as relações industriaes e plantadores de cannas, e, finalmente considerando que o Governo Provisorio autorizou esta Interventoria a regular os direitos e obrigações entre usineiros e fornecedores, fixando o preço para o pagamento das suas contas;

DECRETA:

Art. 1° — Para o effeito de pagamento de cannas pelas usinas aos seus fornecedores ficam as mesmas consideradas em tres categorias, attendendo-se ao criterio de frete para o transporte de açucar.

a) A primeira categoria compreende as usinas cujo frete por sacco de sessenta kilos de açucar não exceder de dois mil réis (2$000);

b) a segunda compreende aquellas cujo frete passar de dois mil réis (2$000) até tres mil e quinhentos réis (3$500).

c) a terceira compreende as que tiverem frete superior a tres mil e quinhentos réis (3$500).

Art. 2° — O frete é referente ao sacco de açucar de sessenta kilos transportado por barcaça ou via-ferrea, não sendo computada neste calculo a despesa de transporte pelas usinas nas linhas de sua propriedade.

Art. 3° — As usinas pagarão as cannas postas nos seus carros, de accôrdo com a média dos preços maximos de açucar cristal em cada quinzena, de conformidade com as cotações obtidas e verificadas pela commissão de sindicos na praça de Recife.

§ 1° — Até o preço de oito mil novencentos e noventa réis (8$990) por quinze kilos de açucar cristal, as usinas de primeira categoria pagarão: — sobre a base de tres mil réis (3$000) por quinze kilos de açucar, sete mil e quinhentos réis (7$500) por tonelada de canna e mais trezentos réis em cada cem réis de oscilação no preço de partida.

§ 2° — As compreendidas na segunda categoria pagarão: — sobre a base de tres mil réis por quinze kilos de açucar, sete mil réis (7$000) por tonelada de canna e mais duzentos e oitenta e cinco réis ($285) em cada cem réis de oscilação no preço de partida.

§ 3° — As de terceira categoria pagarão sobre a base de tres mil (3$000) por quinze kilos de açucar, seis mil e quinhentos réis (6$500) por tonelada de canna e mais duzentos e cincoenta réis ($250) em cada cem réis ($100) de oscilação nos preços de partida.

Art. 4° — Quando o açucar for cotado acima de oito mil novecentos réis (8$900) conforme o disposto no art. 3°, as usinas pagarão pelas mesmas tabellas accrescidas de mil e quinhentos réis (1$500) nas respectivas partidas.

Variedade de canna P. O. J. 2878, cultivada na Usina Petribú, no Estado de Pernambuco

Art. 5º — O fornecedor terá direito sobre cada tonelada de canna fornecida á usina, a meio litro de alcool e a uma camada de mel.

Art. 6º — Assiste aos fornecedores o direito de fiscalizar a pesagem de suas cannas nas usinas, pessoalmente ou por meio de representantes.

Art. 7º — O preço das cannas será isento de qualquer desconto, bem como serão mantidas as tabellas superiores ás estabelecidas pelo presente Decreto.

Art. 8º — As usinas, cujas safras não excederem de quinze mil — (15.000) toneladas de canna, poderão pagar menos quinhentos réis que as demais da categoria a que pertencem.

Art. 9º — O presente decreto, que será submettido á approvação do Governo da União, entrará em vigor da data de suo publicação, até que sejam estabelecidas as bases para definitiva regulomentação da especie.

Art. 10º — O Governo do Estado nomeará dentro de dez (10) dias uma commissão composta de representantes do Estado e das classes interessadas para assentarem as bases definitivas das tabellas de pagamento de cannas.

Art. 11º — Revogom-se as disposições em contrario".

A tabella de compra e venda de Pernambuco é visivelmente incompleta. E quanto ao valor da materia primo é o mais olto preço pago por tonelada de conna, dentre todas as zonas açucareiras do paiz. A industria se ocha sobrecarregada por esse alto preço, porém o fornecedor de canna com os octuoes rendimentos agricolas, com os desniveis constontes de safra, com o semente que hoje é plantada, não poderia receber menos pela tonelada de canna, sob pena de ruina. Aggrava ainda mois a situação, o determinismo economico que fez tradicionalmente de Pernambuco umo região açucareira. E essa tradição, por uma contingencia logica tem sido mantido e digamos a verdade, é preciso que seja perpetuada. E pesa naturalmente sobre o volor da materia prima, a manutenção dessa tradição açucareira.

Nos demais Estados cada usina tinha sua tabella, elevando-a ou abaixondo-a de accordo com a quantidade de cannos durante a safro. Na Bahia, o Sindicato Açucareiro desde 1920 estabeleceu uma tabella que perdurou até 1936. Tabella que em si não era má, no entanto perdia a possibilidade de controle pela originalidade da formula para se encontror a médio dos preços. Os preços de açucar correspondiam á médio dos preços durante o mez, de açucar de 1º e 2º jactos, na proporção de 70% para o 1º e 30% pora o 2º, não só para consumo no Estado, como para exportação deduzidos os respectivas despezas e levando-se em conto o estoque existente, média esta feita mensalmente pelo Sindicato Açucoreiro da Bahia. Tornova-se difficil saber officiolmente o preço de açucar, porque a Bolso de Mercadorios não dó cotação do producto.

Depois, que criterio se poderia tomar para calculor o valor do estoque para se arbitrar um preço que deverá influir — poro menos — na cotoção men-

sal do açucar? Se no periodo da safra, pela super-abundancia da producção nos mezes de outubro a fevereiro, já existe um recalcamento de preço, porque devera influir nelles um estoque cuja tendencia é a valorização automatica na entre-safra?

Em São Paulo havia contractos entre as Usinas e os poucos fornecedores existentes. De uma grande usina extraimos os seguintes dados do tabelamento de compra e venda de cannas, adoptados para os seus fornecedores:

Cotações de açucar cristal			Preço para a tonelada de canna
De 25$000	até	35$000	17$000
De 35$000	"	45$000	18$000
De 45$000	"	55$000	19$000
De 55$000	"	60$000	20$000
De 60$000	"	65$000	22$000
De 65$000	"	70$000	24$000

Por esses numeros verificamos que a tabela de São Paulo era muito inferior a da Bahia, que por sua vez era inferior á de Pernambuco. Correspondendo em São Paulo o preço de 24$000 a tonelada a 70$000 o sacco de açucar cristal, na Bahia identico preço por tonelada de canna correspondia a açucar de 37$200 o sacco.

Em todas as zonas açucareiras, devido principalmente ás quedas das cotações do açucar após 1929, tendo o desequilibrio affectado os productores de canna, logicamente adviria a reacção, visando a justa recuperação. Após uma intensa campanha nos centros productores e na Camara dos Deputados, foi sanccionada em 9 de janeiro de 1936, a lei n. 178 que regula a transação de compra e venda de canna entre lavradores e usineiros, vasada nos seguintes termos:

"Art. 1° — Ficam os proprietarios, ou possuidores de usinas de açucar e de distillarias de alcool, obrigados a applicar na sua industria, observadas as limitações dos decretos ns. 22.789, de 1 de janeiro de 1933 e 12.981, de 25 de julho do mesmo anno, canna adquirida aos lavradores seus fornecedores, em quantidade correspondente á média de seu fornecimento do quinquennio antecedente ou no periodo de tempo, menos dilatado, em que se fizerem taes fornecimentos.

§ 1° — Para esse fim, os usineiros deverão adquirir a quantidade correspondente de canna, e os lavradores entregal-a, no periodo da safra.

§ 2° — As obrigações, acima determinadas, não prevalecerão desde que os lavradores, fornecedores de canna, tiverem deixado de fornecer canna á usina de que se trata, durante uma safra, salvo por motivo de força maior, como sêca, incendio — ou innundação, devidamente provado; e só prevalecerão com a mesma reducção proporcional de quantidade, que possa ter soffrido por força dos citados decretos, ou de determinações do

Instituto do Açucar e do Alcool, a quantidade média de producção — de açucar da usina no quinquennio, a que se referem os mesmos decretos.

§ 3º — Caso não forneça o lavrador canna em quantidade sufficiente, ou de todo não a forneça, o usineiro poderá applicar, na producção do açucar, até o limite fixado, canna de sua propria cultura ou de outra procedencia.

Art. 2º — A transgressão dos dispositivos desta lei, pelo usineiro, acarretará, de pleno direito, a reducção do limite de sua producção de açucar em quantidade correspondente á canna que tenha, indevidamente, recusado de seu fornecedor, procedendo o Instituto do Açucar e do Alcool na conformidade das leis applicaveis, para assegurar a observancia da mesma reducção e para garantir a indemnização, pelo usineiro, dos prejuizos que, por aquelle motivo, soffreu o fornecedor.

Paragrafo unico — Não estando o fornecedor indemnizado até 40 dias após a apresentação de sua reclamação ao Instituto do Açucar e do Alcool, poderá recorrer ao Poder Judiciario, sujeito o infractor a appreensão do producto, ou, em falta de outros bens, de sua usina, á multa de importancia igual ao valor da canna offerecida pelo lavrador, nos termos do art. 5º e seus paragrafos do decreto n. 24.749, de 14 de julho de 1934, sendo o producto da venda dos bens appreendidos applicado, precipuamente, com preferencia a quaesquer outros creditos, a indemnizar ao fornecedor respectivo o valor da canna offerecida de conformidade com o art. 1º e não paga pelo usineiro. A appreensão recairá, de preferencia, sobre bens que não prejudiquem o funccionamento normal da usina.

Art. 3º — Caso a usina, a que fornecia a canna de suas culturas, tenha suspendido os trabalhos e se nenhuma outra usina da localidade adquiril-a nas mesmas condições, poderá o lavrador valer-se da faculdade conferida pelo paragrafo unico art. 4.º, do decreto n. 24.749, cessando, desde então, para o mesmo usineiro, a obrigação constante do art. 1º.

Art. 4º — Nos Estados onde não houver, entre usineiros e lavradores tabellas de preço do pagamento de canna e sua pesagem, regulamentadas por lei, será organizada uma commissão de cinco membros, composta de representantes do Ministerio da Agricultura, do Governo Estadual, do Instituto do Açucar e do Alcool, dos plantadores e dos industriaes, a qual ficará incumbida da organização das alludidas tabellas.

Paragrafo unico — Dentro do prazo de 30 dias, da data desta lei começarão os trabalhos da Commissão, os quaes ficarão concluidos dentro de tres mezes.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrario".

A lei n. 178, denota além das falhas de um trabalho incompleto e confuso, tambem o desconhecimento dos legislodores sobre o assumpto.

Como attestado de confusão, basta citar as seguintes interpretações sobre a maneira de ser tomado o divisor para se encontrar a média de fornecimento de cannas:

a) — Quando o fornecedor tem cinco annos de fornecimento, o divisor é 5.

b) — Quando o fornecedor tem menos de 5 annos, a somma do fornecimento é dividida por 5.

c) — Quando o fornecedor tem menos de 5 annos, a somma do fornecimento é dividida pelo numero de annos fornecidos

d) — Quando ha interrupção de um anno dentro do quinquennio despresa-se o fornecimento anterior á interrupção, e divide-se a somma do fornecimento restante pelo numero de annos desse periodo.

e) — Quando ha interrupção de um anno dentro do quinquennio, desprezase o fornecimento anterior a interrupção e divide-se a somma de fornecimento restante pelo numero de annos desse periodo.

f) — Quando ha interrupção de fornecimento de um ou mais annos, a somma do fornecimento dentro do quinquennio é dividida por 5.

g) — Quando ha interrupção de um ou mais annos, o fornecedor perde o direito de fornecimento.

h) — Quando não existindo o quinquennio completo, ha interrupção de um anno no fornecimento, e quando essa interrupção occorreu no anno de 1935, a somma do fornecimento é dividida pelo numero de annos de fornecimentos, addicionado desse anno.

Segundo o art. 4°, nos Estados açucareiros se organizou uma Commissão de cinco membros, com o fito de legislar cada uma, de accordo com a maioria occasional. E o resultado desse dispositivo é paradoxal. Onde o açucar é mais barato o preço da materia prima é elevadissimo e onde o preço do açucar é muito elevado, o preço da materia prima é baixissimo. O legislador involuntariamente fortaleceu em demasia uma região açucareira, com os altos lucros industriaes, impossibilitando quasi a concorrencia do açucar de antigas regiões productoras, que ante o desequilibrio ou differenças do valor da materia prima, caminha para o pauperismo.

Através da analise, por exemplo, da tabella official de compra e venda, do Estado de São Paulo, observemos o que diz respeito ao fornecimento de bôas variedades de canna, bonificando-as e estimulando o lavrador ao plantio de cannas ricas em açucar.

As proprias justificativas ao tabellamento de São Paulo attestam uma melhor compreensão do problema agricola. Eis a tabella:

"CONSIDERANDO que em vista das modalidades de colonização nas regiões ruraes do Estado de São Paulo torna-se necessaria, para a devida clareza a determinação do tabellamento e respectivo regulamento;

CONSIDERANDO que situações de natureza especial e dignas de todo o acatamento trariam, se removidas, prejuizos de ordem material e financeira a lavradores fornecedores de canna e usineiros;

CONSIDERANDO que a selecção de variedades e sua officialização torna justo o tabellamento uniforme para todas as regiões do preço da canna

de açucar proporcionando melhoria de rendimentos agricolas e commercial da graminea, favorecendo assim a lavradores e usineiros;

CONSIDERANDO que o pagamento em mil réis é a modalidade que melhor attende aos interesses das partes, par proporcionar a uns o embalsa immediato dos lucros e a recuperação dos capitaes empregados e a outros facultar controle seguro de seu movimenta, além de estabelecer como objecto de venda dos lavradores a canna e dos usineiras o açucar, tarnando assim a distribuição das rendimentos de accorda cam as actividades agricolas de uns e industriaes de outros;

CONSIDERANDO que ao par da necessidade de uniformização do preço da materia prima deve ser resalvada a situação de lavradores com plantações localizadas a grandes distancias dos pantas de entrega cam difficuldades de meias de transporte, bem como aquelles que lutam com falta de meios rapidos para a entrega da canna ás usinas recebedoras;

CONSIDERANDO que a cotação média quinzenal do açucar do Estado, qualidade cristal, disponivel na Balsa de Mercadorias da Capital é a base official do valar do açucar de usinas em São Paula;

CONSIDERANDO que como medida util aos interesses de ambas as partes deve ser fixada um periodo para pagamento, pelas usinas, dos farnecimentos feitos;

CONSIDERANDO que a materia prima deve ser tornecida em condições technicas e de salubridade, facilmente observaveis e indispensaveis na fabricação de açucar e

CONSIDERANDO que a existencia em todas as usinas de labaratorios technicos de pesquizas póde e deve ser aproveitada para praporcianar aos lavradores fornecedores valiosas indicações em beneficia de seus mutuos interesses;

RESOLVE baixar o seguinte regulamento para as relações entre lavradores de canna e usineiros de açucar no Estado de São Paulo:

Art. 1º — O tabellamento do preço da canna do açucar, bem como o presente regulamento, revogam os contractos existentes anteriormente, entre lavradores e usineiros.

§ 1º — Incidem no tabellamento e estão sujeitos aa presente regulamento, as usineiros que recebem canna de fornecedares, e estes nos seguintes casos:

a) — Lavradores de canna em terras proprias ou arrendadas;

b) — Lavradores em terras de usineiros ou de terceiros, mesmo que por simples cessãa, sem percepção de beneficias autros e cujas relações com a usina se limitem a contractos de compra e venda da canna.

§ 2º — Nãa incidem no tabellamento e não estão sujeitos ao presente regulamento, os usineiras que obtêm a materia prima de lavradares seus colonos, e estes nos seguintes casos:

a) — Lavradores de canna a serviço de usinas, remunerados de accordo com os contractos de locação de serviços, das leis do trabalho;

b) — Lavradores de canna em terras de usineiros, remunerados na razão das quantias fornecidas, porém, considerados colonos por receberem os beneficios inherentes a essa qualidade, taes como, assistencia medica, social, financeira e technica, além de outras concessões e favores, com plantações não tributadas em seu proprio nome e isentos de qualquer taxa ou aluguel pela área cultivada.

Art. 2º — Publicado o presente regulamento, os usineiros e plantadores que desejarem de commum accordo, continuar nas mesmas condições anteriores têm o praso de 60 dias para communicar tal deliberação ao Instituto do Açucar e do Alcool, mediante preenchimento de ficha adequada, cujo modelo se encontra annexo ao presente, na Collectoria Federal de sua jurisdicção.

§ 1º — Essa resolução bilateral irá fundamentada na propria ficha.

§ 2º — Qualquer espaço deixado em branco no referido modelo tornará sem effeito dita communicação.

Art. 3º — O Tabellamento só será applicado ás variedades de canna de açucar preconizadas e recommendadas pela Secretaria de Agricultura do Estado, por seus orgãos competentes, para fabricação de açucar e desde que a riqueza theorica minima do caldo não seja inferior a 12%.

§ 1º — Para as variedades differentes, anteriormente fornecidas, prevalecerá o tabellamento até á proxima renovação das lavouras quando deverão ser substituidas.

§ 2º — Caso haja difficuldade na obtenção das mudas das variedades preconizadas e apropriadas ao terreno e sendo impossivel ao usineiro interceder por sua influencia para dita obtenção, poderá o plantador proseguir com a mesma variedade, até que seja possivel se effectuar mencionada substituição.

§ 3º — Será junta ao presente regulamento a relação das variedades preconizadas e recommendadas pelo referido orgão competente, da Secretaria da Agricultura do Estado.

§ 4º — As novas variedades a serem introduzidas no Estado, serão annunciadas officialmente.

Art. 4º — O pagamento será feito em moeda corrente do paiz.

§ 1º — Vigorará para os calculos de pagamento a fornecedores, por tonelada de canna, entregue, nas balanças ou carregadeiras de ferrovias das usinas, a seguinte tabella progressiva:

A' cotação do preço de açucar cristal do Estado na Bolsa de Mercadorias de São Paulo — sacco de 60 kilos — do disponivel, corresponde no preço a ser pago por tonelada de canna:

Cotação do açucar	*Preço da tonelada de canna*	*Cotação do açucar*	*Preço da tonelada de canna*	*Cotação do açucar*	*Preço da tonelada de canna*
20$000	10$000	20$500	10$200	21$000	10$400
21$500	10$600	22$000	10$800	22$500	11$000
23$000	11$200	23$500	11$400	24$000	11$600
24$500	11$800	25$000	12$000	25$500	12$200
26$000	12$400	26$500	12$600	27$000	12$800
27$500	13$000	28$000	13$200	28$500	13$400
29$000	13$600	29$500	13$800	30$000	14$000
30$500	14$200	31$000	14$400	31$500	14$600
32$000	14$800	32$500	15$000	33$000	15$200
33$500	15$400	34$000	15$600	34$500	15$800
35$000	16$000	35$500	16$200	36$000	16$400
36$500	16$600	37$000	16$800	37$500	17$000
38$000	17$200	38$500	17$400	39$000	17$600
39$500	17$800	40$000	18$000	40$500	18$200
41$000	18$400	41$500	18$600	42$000	18$800
42$500	19$000	43$000	19$200	43$500	19$400
44$000	19$600	44$500	19$800	45$000	20$000
45$500	20$200	46$000	20$400	46$500	20$600
47$000	20$800	47$500	21$000	48$000	21$200
48$500	21$400	49$000	21$600	49$500	21$800
50$000	22$000	50$500	22$200	51$000	22$400
51$500	22$600	52$000	22$800	52$500	23$000
53$000	23$200	53$500	23$400	54$000	23$600
54$500	23$800	55$000	24$000	55$500	24$200
56$000	24$400	56$500	24$600	57$000	24$800
57$500	25$000	58$000	25$200	58$500	25$400
59$000	25$600	59$500	25$800	60$000	26$000
60$500	26$200	61$000	26$400	61$500	26$600
62$000	26$800	62$500	27$000	63$000	27$200
63$500	27$400	64$000	27$600	64$500	27$800
65$000	28$000	65$500	28$200	66$000	28$400
66$500	28$600	67$000	28$800	67$500	29$000
68$000	29$200	68$500	29$400	69$000	29$600
69$500	29$800	70$000	30$000	70$500	30$200
71$000	30$400	71$500	30$600	72$000	30$800
72$500	31$000	73$000	31$200	73$500	31$400
74$000	31$600	74$500	31$800	75$000	32$000
75$500	32$200	76$000	32$400	76$500	32$600
77$000	32$800	77$500	33$000	78$000	33$200
78$500	33$400	79$000	33$600	79$500	33$800
				80$000	34$000

§ 2º — Quando a balança da usina ou os pontos de carregamento dos vagões estiverem localizados a mais de 5 kilometros das plantações actuaes e sendo inevitavel o transporte por conta do lavrador, serão os preços da tabella constante do paragrafo primeiro accrescidos de Rs. $400 (quatrocentos réis) por kilometro a percorrer, excedente áquelle limite, não estando incluidas neste beneficio as novas plantações a distancias maiores do que as actuaes. A fracção unica do kilometro a ser considerada será a de 500 metros, á razão de $200 (duzentos réis).

§ 3º — Não possuindo a usina esteira, nem estrada de ferro, e não dispondo de meio rapido para descarga da materia prima trazida por seus fornecedores, por meio de transporte, cuja demora na descarga influa no encarecimento do frete, deverá haver ainda uma majoração na tabella constante do art. 4º, para cobertura dos prejuizos decorrentes desse atraso, á razão de $500 (quinhentos réis) por hora, considerando-se como fracção unica a meia hora a $250 (duzentos e cincoenta réis).

Art. 5º — O preço da tonelada de canna fornecida durante um mez será estabelecido tomando-se por base a média quinzenal da cotação do disponivel na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, isto é, a média do disponivel entre compradores e vendedores para o açucar cristal em relação a uma sacca de 60 kilos.

Art. 6º — Pelo valor correspondente á cotação quinzenal se farão os pagamentos dos fornecimentos de canna na primeira quinzena, de 1º a 15 do mez seguinte, podendo taes pagamentos ser requisitados pelos interessados 6 dias após o termino da quinzena.

Art. 7º — Os lavradores obrigam-se a entregar nas balanças ou vagões de propriedade da usina, estacionados nas carregadeiras, cannas frescas, maduras, convenientemente limpas e despalhadas.

§ 1º — Em todo fornecimento de canna, independentes destas condições o usineiro terá direito a um desconto no peso bruto até 10 %, nos seguintes casos:

a) — um desconto até 5% será applicado ás cannas convenientemente limpas, porém só com amarrilhos:

b) — o desconto até 10% será applicado ás cannas que apresentarem consideravel, porém não excessiva quantidade de qualquer ou a totalidade dos seguintes defeitos: palmitos (pontas), enraizadas, brocadas, sêcas e semelhantes.

§ 2º — Cabe ainda ao usineiro o direito de descontos especiaes nos seguintes casos:

a) — nunca superior a 15% quando as cannas apresentarem quantidade excessiva de palha, salvo se o plantador preferir a limpeza ou se o usineiro concordar em fazel-o por conta do plantador;

b) — nunca superior a 25% quando a entrega da canna tenha sido retardada de mais de tres dias da data do seu corte, salvo se a usina não houver satisfeito dentro do praso previamente estipulado o pedido de vagão, caso em que não caberá o descanto, permanecendo, entretanto, a obrigação do recebimento da canna.

Art. 8º — As cannas queimadas por fogo, voluntaria ou involuntariamente, deverão ser fornecidas dentro de 48 horas após a queima e mesmo assim sujeitas a um desconto especial de 20%. As cannas queimadas pelo fogo ou pela geada, fornecidas após esse praso soffrerão um desconto de 30%, cabendo ao usineiro o direito de regeital-a se a analise do laboratorio da usina indicar que já estão improprias para a fabricação do açucar.

Art. 9º — Para melhor aproveitamento da materia prima fica determinado abrigatoriamente que os usineiros mandarão proceder em seus laboratorios as analises das amostras de canna das lavouras dos fornecedores, indicando de accordo com os resultados quaes os talhões que apresentam maior grão de maturação, e portanto, os que devem ser cortados.

Art. 10.º — A pesagem das cannas será feita em balaças appropriadas, que devem ser fornecidas pelas usinas, convenientemente aferidas.

§ 1º — A aferição das balanças será effectuada no inicio das safras, e depois de 90 em 90 dias, pelos usineiros sendo facultada a presença dos plantadores seus fornecedores, ou seus representantes autorizados, com a assistencia, quando requisitada, do Instituto do Açucar e do Alcool.

§ 2º — Fóra desses prasos, qualquer plantador poderá solicitar a aferição, correndo as despezas por sua conta, caso se verifique que as balanças estavam exactas, e em caso contrario, por conta dos usineiros.

Art. 11º — O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação no "Diario Official" do Estado de São Paulo".

A comparação entre as tabellas de Pernambuco e S. Paulo, com os extremos dos preços da materia prima, irá demonstrar que se forma nesse progressista Estado, uma verdadeira potencia economica açucareira, que se beneficia com mais de 14$000 por sacco correspondendo ao custo do transporte de Pernambuco a São Paulo, e com uma tabella de materia prima, de preços verdadeiramente insignificantes

O criterio do legislador foi absurdamente falho, porque emquanto facultou dentro dos quadros economicos do Brasil que uma região fortalecesse sua industria

açucareira a ponto de tornal-a não só a mais florescente mas a mais resistente, deixou uma outra região — o Nordeste — tradicionalmente açucareira, geograficamente mal situada em relação aos grandes mercados consumidores, se esvaindo, a comprar uma materia primo inferior, a preço muito mais elevado que em São Paulo.

A lei n. 178 autorizando a creação duma commissão para tabellas de preços de canna nos Estados açucareiros, creou a anomalia dos valores, da mesma tonelada de canna.

Cuba, paiz de producção açucareira quatro vezes superior á nossa, em 1935 legislou sobre o preço da materia prima e estabeleceu um unico criterio para o valor da compra e venda da canna, obrigando á todas as Usinas ao pagamento da canna "a razon de no menos de cinco y medias arrobas de azúcar por coda cien arrobas de cona molida, cuando la producción de la misma tenga lugar en tierras facilitadas por el fabricante de azúcar sin pagar o si esta no excediere de quince pesos al año y de seis arrobas de azúcar por cada cien de cañas cuando el colono la produzca en tierras no facilitadas por el ingenio o pagare a este renta mayor de quince pesos al año par caballeria, (83) aunque en los contratos de molienda de caña se subiere pactado precios inferiores a los mencionados, so siendo aplicables los preceptos que preceden a los casos en los quoles el colono reciba, de conformidad con el contrato celebrado e con las practicas estabelecidas mayor precio que el antes expresado" (84).

E' pois, com a fixação do preço unico da canna, o antithese ao que se fez no Brasil. Basta que se attente no quadro do valor da tonelado de canna, em São Paulo, em Campos, em Alagôas e em Pernambuco. Em Alagôas, para o calculo do valor da tonelada de canna, tomamos a tabella de uma usina cujo frete custa até 1$500 por sacca até Maceió, e que tem uma capacidade de producção superior a 200 mil saccos Em Pernambuco, calculamos o valor da materia prima pelo de uma usina com frete interior a 2$000 por sacco, até Recife. No quadro tomamos o valor de um sacco de açucar cristal e calculamos para as quatro regiões productoras, o valor da tonelada de canna. Assim temos:

Valor de um sc°. de açucar cristal	S. PAULO Valor da ton. da canna	CAMPOS Valor da ton. da canna	ALAGOAS Valor da ton. da canna	PERNAMBUCO Valor da ton. da canna
33$000	15$200	20$000	22$200	24$450
36$000	16$400	22$000	24$300	27$200
39$000	17$600	24$000	26$400	30$450
42$000	18$800	26$000	30$000	32$000
45$000	20$000	28$000	32$100	33$950
48$000	21$200	30$000	34$200	36$200
51$000	22$400	32$000	36$300	38$400
54$000	23$600	34$000	38$400	40$700
56$000	24$400	35$333	39$800	42$200

(83) — 1 caballeria = 33 acres 1|3; 1 acre = 4.046m2, 71.

(84) — Lei n. 9, do Governo Provisorio de Cuba, datada de 8 de março de 1935 e publicada na "Gaceta Official", de 13 de março de 1935.

Verificamos que o valor de 24$000 por tonelada de cana, em Pernambuco, correspondendo ao preço de 33$000 o sacco, vae encontrar em S. Paulo equivalencia, quando o preço da açucar está a 56$000. Isto é, para as usineiros pernambucanos e paulistas pagarem o mesmo preço da tonelada de cana, é necessario que a differença entre os dois Estados seja de 23$000 por sacco de açucar. Ainda na ultima safra, quando Pernambuco teve uma média de preço de 43$000 e S. Paulo 63$91r, os preços respectivamente pagos por tonelada de cana, foram de 32$500 e 27$600.

Se em Pernambuco vigorasse o preço médio de açucar obtido por S. Paulo na ultima safra, a preço de tonelada de cana seria de 48$337, contrastanto cam a preço de 27$600, da tabella paulista.

Se em S. Paula tivessem vigorado as preços médios de açucar obtidos em Pernambuco, applicando-se a tabella paulista, o preço da tonelada de cana seria de 19$200, contrastanta com o preço de 32$500, pago pela tabella pernambucana.

Em relação a Campos, a tabella de Pernambuca é superior 4$450 por tonelada quando o preço do açucar está a 33$000 o sacco; é superior 5$950 por tanelada, quando o preça do açucar está por 56$000 o sacco.

E' preciso notar ainda, que não ficaram ahi as vantagens da industria açucareira paulista. As Usinas do grande Estado sulista moeram as seguintes tonelagens a partir de 1934:

1934	1.134.634	toneladas
1935	1.321.543	"
1936	1.425.549	"

Os fornecedores de cana do Estado, desse total cantribuiram em:

1934	com	10,8 %
1935	com	14,6 %
1936	com	17,6 %

E das 32 usinas paulistas, 18 não possuem fornecedores, 8 usinas possuem uma média geral de fornecimento no triennio, até dez mil toneladas annuaes, cinca usinas possuem fornecedores com um fornecimento médio annual, durante o triennia até 20 mil toneladas e a Usina Junqueira, a que recebe maior quantidade de canas, recebeu em 1934, 46,5%, em 1935, 33,4% e em 1936, 37,6% de todas as canas de fornecedores do Estada.

Pareceria assim, que a tabella de canas da Estado de Sãa Paulo é baixa porque são poucos os fornecedores. Tal porém, não é um facto real, porque S. Paula o que fez foi imprimir á industria açucareira a technica da trabalho trazida da lavoura caféeira. Em vez do grande fornecedor, o usineira paulista creou a colano aue de accarda com o art. 1° parag. 2°, da tabella de S. Paula, não está compreendida nas beneficios do tabellamento. E com isso ainda mais se avantajam as differenças entre a industria nortista e a paulista

E' interessante focalizar alguns dos contractos de fornecimento de cana por porte de colonos, inteiramente esquecidos pela legislador que creando a lei n. 178,

nada conhecia dos problemas agricola, industrial, economico e social da canna de açucar.

Transcrevendo abaixo um desses contractos com colonos, facil será deduzir os lucros avultados da industria açucareira paulista.

"Contracto celebrado entre a Usina... e os colonos da mesma, para o plantio, formação e fornecimento de cannas, mediante as clausulas seguintes:

— I —

O presente contracto terá a duração de quatro (4) annos a partir de 1º de janeiro de 1937, terminando, consequentemente, em 31 de dezembro de 1940. Findo este prazo sem que qualquer das partes denuncie a sua terminação, por escripto, com seis (6) mezes pelo menos de antecedencia, considerar-se-á prorogado por igual periodo de tempo.

— II —

Os colonos obrigar-se-ão a plantar, formar e entregar as cannas nas balanças da Usina ou no local designado pela administração da Usina.

— III —

Na pesagem das cannas a Usina fará os seguintes descontos: cinco por cento (5%) para as cannas boas, limpas e maduras, desconto esse correspondente ás amarras; dez por cento (10 %) para as cannas que embora boas forem queimadas accidentalmente; e trinta por cento (30 %) para as cannas queimadas propositalmente.

— IV —

As datas de inicio dos cortes das cannas e quantidades a fornecer diariamente serão designadas pela administração da Usina, que para isso usará o criterio do tempo para o aproveitamento das soqueiras.

Na proporção que os colonos forem terminando o córte das cannas obrigar-se-ão a auxiliar os colonos atrasados com o serviço, cujo auxilio será pago pelos beneficiados, garantido pela Usina, nas bases do preço corrente.

— VI —

E' expressamente vedado aos colonos vender, onerar ou permutar sua lavoura sem prévio assentimento da administração da Usina que concordando, dará autorização mediante contracto de transmissão.

— VII —

A Usina pagará pelas cannas plantadas, formadas e fornecidas na balança ou onde designar, o preço seguinte: vinte mil réis (20$000) por mil e quinhentos kilos (1.500).

— VIII —

Os pagamentos das cannas serão feitos na proporção de trinta por cento (30%) cada fim de mez, calculados sobre as cannas entregues e o restante de setenta por cento (70%), sessenta dias depois da ultima entrega.

— IX —

A Usina fornecerá aos colonos terras pora plantio de cereaes etc. destinados ao sustento de suas familias, cujas terras terão direito na proporção de cincoenta por cento (50 %) das terros que cultivarem em cannas. A Usina não cobrará fôro, sendo entretanto expressamente prohibido os plantações intercaladas nas lavouras cannovieiras.

— X —

Os colonos obrigar-se-ão a conservar os pastos e terrenos sob sua guarda e uso, bem limpos e cercados, assim como manterem em bom estado os caminhos e carreadores de suas lavouras fornecendo a Usina, arame farpado, grampos e madeiras do matto da mesma Usina, ficando a mão de obro a cargo dos colonos, bem como a conducção e extracção do material.

— XI —

Nas queimadas dos roças ou palhoças, os colonos serão obrigados a fazer os acêiros de modo a isolar as lavouras visinhas, estrada de ferro Sorocabana e outros logares a juizo da administração do Usina, que para isso deverá sempre ser avisada, afim de mandar fiscalizar. Os prejuizos que advierem por negligencia ou abusos consequentes, serão indemnizados pelos causadores independentemente de qualquer formalidade.

— XII —

Os colonos que deixarem de cumprir qualquer das clausulas deste contracto: derem-se ao vicio de embriaguez habitual; promoverem desordens; participarem directa ou indirectamente em roubos; ou que por qualquer outro motivo indigno forem autoados pela policia, terão, a juizo da Administração seus contractos rescindidos.

— XIII —

No caso de rescisão do contracto o colono será indemnizado pelo valor de sua lavoura e pertences, avaliados por dois peritos, nomeados pelas partes contractantes e por um terceiro no coso de divergencia. Da avaliação seró feito o desconto de quinze por cento (15%) e o saldo pago depois do colono ter desoccupado a casa e retirar-se da propriedade sem damnificar qualquer das bemfeitorias. A sua retirada deverá dar-se dentro do prazo maximo de trinta (30) dias a contar da data da rescisão do contracto, respondendo o colono por qualquer prejuizo que venha causar á Usina na sua mudança

As garantias deste contracto ficarão suspensas no caso de destruição ou incendio no engenho e lavouras; gréves; desarranjos ou quebras de machinismos, etc., não se tornando dest'arte, os contractantes obrigados a indemnizações, pelos prejuizos causados por motivos alheios á vontade da Usina."

Esse tipo de contracto pertence a uma pequena Usina do Estado de São Paulo, que paga ao seu colono á base fixa de 13$333 a tonelada de canna. As Usinas Tamoio e Monte Alegre pagam á base fixa de 18$000 a tonelada e a Usina Santa Barbara tendo pago toda a safra de colonos em 1935 a 19$000 a tonelada, decidiu pagar na safra 1936 á base de 20$000 a tonelada de canna.

Ha outro tipo de contracto, com oscillação no valor da materia prima, de accordo com o preço do açucar cristal, e que pertence a uma grande Usina do Estado, com limite de producção superior a 100 mil saccos. Eis as clausulas do contracto:

1° — O presente contracto entrará em vigor no começo da safra de... e extinguir-se-á em fins da safra..., podendo continuar por mais tempo por tacita reconducção, se não houver declaração em contrario de alguma das partes.

2° — O preço das cannas acompanha a cotação do açucar "Cristal "na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, no mez do fornecimento, de accordo com a tabella abaixo:

Por tonelada de canna	Quando o açucar "Cristal", por 60 kls., estiver acima de
11$000	15$000
13$000	20$000
14$000	25$000
15$000	30$000
16$000	35$000
17$000	40$000
18$000	45$000
19$000	50$000
20$000	55$000
21$000	60$000
22$000	65$000
23$000	70$000
24$000	75$000
25$000	80$000
26$000	85$000
27$000	90$000
28$000	95$000
29$000	100$000

O preço do açucar "Cristal" que servirá de base a esta tabella sera o da média das cotações de compradores do disponivel da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", entre os dias 20 e 30 do mez do fornecimento.

3º — As cannas deverão ser fornecidas limpas, sem pontas nem barbas, e, para compensação dos atilhos, serão pesadas com o desconto de 10% em seu peso, como fazem todas as Usinas. Se as cannas estiverem sujas e com pontas verdes, o desconto será feito ao arbitrio da companhia, podendo até serem regeitadas. Não havendo atilhos, nada se descontará.

As cannas queimadas soffrerão o desconto addicional de 20% em seu peso, no caso de incendio casual e o de 50 % se fôr proposital.

As cannas queimadas deverão ser entregues no prazo maximo de cinco dias, tendo preferencia de entrada na Usina, e, conforme a sua quantidade, a Companhia suspenderá diversos cortes, ficando os demais fornecedores obrigados a auxiliar o córte e o transporte das cannas queimadas, por conta do proprietario das mesmas.

As cannas estragadas de geadas soffrerão tambem o desconto de 50%.

4º — O fornecedor terá direito de assistir a pesagem de suas cannas na balança da Usina, não sendo admittidas reclamações depois da pesagem.

5º — Os pagamentos das cannas fornecidas pelos empreiteiros á Usina, serão feitos no mez immediato ao do fornecimento, por occasião do pagamento geral.

6º — Os fornecimentos de cannas não serão interrompidos aos domingos e dias santificados ou feriados.

7º — O corte será feito mediante entendimento com a gerencia da Usina e será iniciado nos talhões mais adeantados e á margem da linha ferrea, para o competente aceiro. As cannas serão carregadas pelo vendedores, na melhor fórma possivel e o prazo a contar entre o córte das mesmas e o seu carregamento não deverá exceder de 48 horas.

8º — A Usina fornecerá gratuitamente as pontas necessarias á primeira plantação, não sendo permittido ao contractante desviar canna alguma de sua empreitada para qualquer outro negocio, sob pena de rescisão deste contracto e a multa de rs. 250$000 (duzentos e cincoenta mil réis) por quartel de canna que tiver sido contractado, a juizo do gerente.

Fica, outrosim, o empreiteiro obrigado a conservar a área do terreno plantado com canna, na quantidade mencionada no presente contracto, em plena producção, e a reforma do plantio só poderá ser feita em parte e a sua duração não poderá exceder de mais de um anno, tempo este bastante para tal serviço, sob pena de rescisão deste contracto e pagamento da multa acima estipulada, a qual será cobrada por acção summaria.

9º — A plantação só poderá ser feita com a variedade de cannas approvadas pela gerencia.

10º — O empreiteiro não poderá transferir suas lavouras a terceiros sem autorização por escripto do director-gerente da Usina.

11º — Na occasião da safra o empreiteiro obriga-se a attender todas as ordens do gerente da Companhia, relativas ao córte de canna, e assim como entrará em accordo com o mesmo a respeito do numero de vagões diarios que lhe fôr necessarios, para que possa terminar sua safra ao mesmo tempo que a Usina.

12º — As terras plantadas com cannas para fornecimetno á Usina, poderão ser adubadas, porém, a adubação será feita de accordo com a formula indicada pela gerencia e sob a fiscalização da mesma. O empreiteiro informará a gerencia, de agosto a setembro, sobre a área a ser adubada. A Usina fornecerá os adubos, debitando-os aos empreiteiros para lhes ser descontados nos fornecimentos de cannas".

Tomando-se o preço maximo do contracto acima, isto é, 100$000 o sacco do açucar cristal, correspondente em São Paulo a 29$000 a tonelada, e calculando-se aquelle preço do açucar segundo a tabella de Pernambuco, o preço da tonelada de canna seria de 75$357, ou uma differença de 46$357 por tonelada

Calculando-se para Pernambuco, uma renda média de 15% como pagamento do aluguel da terra ao usineiro pelo fornecedor de canna, os preços da tonelada de canna, seriam na realidade de 64$054.

Se se tomasse a paridade de preços de canna em Pernambuco e São Paulo, chegariamos á conclusão de que o colono paulista paga ao usineiro uma renda da terra, no valor de 54,7%...

Agua

O equilibrio politico é resultante dum equilibrio economico. A solidariedade nacional se attenua quando aos responsaveis pela vitalidade do paiz escapa a solução de problemas vitaes para uma região.

E deixar se esfacelar uma região outrora o centro economico do Brasil — o Nordeste açucareiro — pela falta de resolução dos seus problemas, será além de deshumano, desalentador á nossa capacidade de povo novo.

Se a politica economica da Amazonia é a borracha, se a da Bahia o cacau, a de São Paulo o café, a de Minas Geraes a metallurgia, a do Paraná o matte, a de Pernambuco e Alagôas é a politica da agua. E como em quasi todas as partes do universo onde é preciso se integrar o homem ao sólo, criar riquezas e salvar zonas attingidas pela irregularidade do clima, compete ao Governo accudir em favor das populações e das classes productoras, é necessario se fazer de irrigação funcção de Governo, na zona da matta do Nordeste, barrando os rios permanentes, armazenando as caudaes impetuosas que descem do sertão e que se espraiam sem nenhum beneficio, construindo barragens no velho Capibaribe, interceptando suas tres ou quatro furias annuaes de enxurradas. Dando uma finalidade á toda rêde hidrografica dos Estados de Pernambuco e Alagôas.

De tal necessidade é essa obra que em troca do favor governamental facultando se praduzir em vez de trinta toneladas por hectare, o triplo ou mais, que o pagamento do beneficio poderá ser feito, entregando o usineiro as terras

excedentes ás necessidades agricolas e pastoris, pois bastaria ficar com a área de terra sufficiente para o seu limite de producção, terra em repouso, em rotação de cultura e mattas.

Essa área excedente, o Governo, prohibindo o plantio de canna, dividiria em pequenas propriedades para exploração de leguminosos alimenticias, cereaes, farinha de mandioca e frutas. Só assim haverá a garantia de generos de alimentação, na unica zona humida do Nordeste.

Não haveria tropeços a essa politica de melhor distribuição da terra, porque o Usineiro só é latifundiario devido á necessidade de supprimento de materia prima. Logo que esse supprimento estivesse garantido não seria a vaidade de olhar do alto da sua casa-grande o sol nascer e se pôr, atraz dos accidentes topograficos de suas extensas propriedades, que o tornaria um possuidor exaggerado de terras.

E com a agua teremos garantida a impossibilidade do deslocamento do zentro de gravidade de producção do Norte para o Sul. Teremos soluccionado o desolador problema do salario, elevando a população rural a uma situação que a dignifique e nos ennobreça.

Teremos a renovação immediata da semente da canna, se bem que isso seja possivel sem a immediata solução do problema da agua. Com a adubação, praticaremos a cultura intensiva, pois que nada vale adubar, para se ficar a espera de que chova.

E a canna de açucar com o seu raizame sugando a agua que o homem controla, que o homem scientificamente distribue, se redimirá de tantos males que a fatalidade lhe attribuiu.

Então, o Nordeste retendo o que a tradição economica lhe garantiu, terá conseguido dentro dos quadros nacionaes o logar de destaque que a sua civilização açucareira creou.

E com os novos elementos de progresso, mesmo com uma maior distribuição geografica da canna de açucar através de todo o vasto territorio do Brasil, — o Nordeste açucareiro encontrará o seu destino.

Ninguem mais, então, perguntará: "Qual o destino historico do Nordeste?"

M. FAZENDA
D.A.-NRA-GB
59234
COM. INVENTARIO
PORT. 114/73

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

18 NOV '48			
13 JUL '52			

Biblioteca do Ministério da Fazenda

338.476641
D291
g

5297-46

Dé Carli, Gileno.
AUTOR
Geografia economica e social da can-
TÍTULO na de açucar no Brasil.

evolver em	NOME DO LEITOR
28 NOV 43	Maria Helena
13 JUL 52	Berenice de Souza Barros R-339

5297-46